



PLANO DE GESTÃO FLORESTAL

Zona de Intervenção Florestal

Sarzedas - Magarefa

(2022 - 2039)

AFLOBEI



Associação de
Produtores
Florestais
da Beira Interior

**ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES FLORESTAIS
DA BEIRA INTERIOR**



PLANO DE GESTÃO FLORESTAL

Revisão do PGF

Aprovado em 27.04.2016

Nº169.PB.023.20100722.R1.20150522

Zona de Intervenção Florestal

Sarzedas - Magarefa

(2022 - 2039)

EDIÇÕES

Nº DA EDIÇÃO	DATA	DESCRIÇÃO
ED1	JULHO 2010	Elaboração do PGF
ED2	MAIO 2015	Revisão do PGF N.º 169.PB.023.20100722
ED3	MAIO 2022	Revisão do PGF N.º 169.PB.023.20100722.R1.20150522

ÍNDICE

ÍNDICE.....	4
ÍNDICE DE QUADROS	7
ÍNDICE DE FIGURAS	9
ÍNDICE DE MAPAS.....	10
LISTA DE ANEXOS.....	11
LISTA DE ABREVIATURAS	12
Glossário.....	13
INTRODUÇÃO E OBJECTIVOS	17
A - DOCUMENTO DE AVALIAÇÃO	19
1. Enquadramento Social e Territorial do Plano	19
1.1. Caracterização do Proprietário e da Gestão	19
1.1.1 Identificação do Proprietário, Gestor ou Responsável pela Gestão	19
1.1.2. Identificação do Responsável pela Elaboração do PGF	19
1.2 Caracterização geográfica da exploração florestal	20
1.2.1 Identificação da exploração florestal e dos prédios que a constituem	20
1.2.2 Inserção administrativa.....	33
1.2.3 Localização e acessibilidade da exploração	33
2. CARACTERIZAÇÃO BIOFÍSICA DA PROPRIEDADE	33
2.1 Variáveis Fisiográficas - Altimetria, Declives e Exposições.....	33
2.1.1 Altimetria	33
2.1.2 Declives	34
2.1.3 Exposições	34
2.1.4 Hidrografia.....	35
2.2 Clima	35
2.3 Solo	36
2.3.1 Litologia / Capacidade de Uso do Solo	36
2.4 Fauna, flora e habitats.....	37
2.5 Pragas, doenças e infestantes	39
2.6 Incêndios florestais, inundações e outros riscos naturais.....	43
2.6.1 Ocorrências / Área ardida	43
2.6.2 Carta de Perigosidade	43
2.6.3 Carta de Risco de Incêndio	44
3. REGIMES LEGAIS ESPECÍFICOS	45
3.1 Restrições de utilidade pública.....	45

3.2 Instrumentos de planeamento florestal.....	47
3.3 Instrumentos de gestão territorial	49
3.4 Outros ónus relevantes para a gestão florestal.....	50
4. CARACTERIZAÇÃO DE RECURSOS	53
4.1 Infraestruturas florestais	53
4.1.1 Rede viária florestal (RVF).....	53
4.1.2 Armazéns e outros edifícios associados à gestão	54
4.1.3 Infraestruturas DFCI.....	54
4.1.4 Infraestruturas de apoio à gestão cinegética.....	55
4.1.5 Infraestruturas de apoio à silvopastorícia.....	55
4.1.6 Infraestruturas de apoio ao recreio e turismo.....	55
4.2 Caracterização socioeconómica da propriedade	55
4.2.1 Função de produção.....	56
4.2.2 Função de proteção	56
4.2.3 Função de silvo pastorícia, caça e pesca.....	57
4.2.4 Evolução histórica da gestão	57
B - MODELOS DE EXPLORAÇÃO	58
1. Caracterização e Objetivos de Exploração.....	58
1.1. Caracterização dos Recursos.....	58
1.1.1 Caracterização geral	58
1.1.2 Compartimentação da propriedade, definição e delimitação das parcelas	59
1.1.3 Componente florestal.....	60
1.1.3.1 Caracterização das espécies florestais, habitats e povoamentos	60
1.1.3.2 Caracterização dos povoamentos (descrição parcelar - dp).....	61
1.1.4 Componente silvopastoril	68
1.1.5 Componente cinegética, aquícola e apícola.....	68
1.1.6 Componente de recursos geológicos e energéticos.....	68
1.1.7 Componente do património arqueológico	68
1.2 Definição dos objetivos de exploração.....	69
2. Adequação ao PROF	70
3. Programas operacionais	71
3.1 Programa de gestão de biodiversidade.....	72
3.2 Programa de gestão da produção lenhosa	73
3.2.1 Programa de cortes e desbastes	75
3.3 Programa de Gestão do Aproveitamento de Recursos Não Lenhosos e Outros Serviços Associados.....	76

3.3.1 Programa de gestão suberícola	77
3.3.2 Programa de gestão cinegética	79
3.4 Programa de infraestruturas	80
3.5 Programa de Operações Silvícolas Mínimas.....	81
3.6 Gestão florestal preconizada (Calendarização das Intervenções).....	81
4. Bibliografia	95



ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 - Identificação do proponente.....	19
Quadro 2 - Identificação dos responsáveis pela elaboração do PGF.....	19
Quadro 3 - Identificação dos Prédios Rústicos da propriedade.....	20
Quadro 4 - Identificação dos Prédios Rústicos da propriedade.....	21
Quadro 5 - Identificação dos Prédios Rústicos da propriedade.....	22
Quadro 6 - Identificação dos Prédios Rústicos da propriedade.....	23
Quadro 7 - Identificação dos Prédios Rústicos da propriedade.....	24
Quadro 8 - Identificação dos Prédios Rústicos da propriedade.....	25
Quadro 9 - Identificação dos Prédios Rústicos da propriedade.....	26
Quadro 10 - Identificação dos Prédios Rústicos da propriedade.....	27
Quadro 11 - Identificação dos Prédios Rústicos da propriedade.....	28
Quadro 12 - Identificação dos Prédios Rústicos da propriedade.....	29
Quadro 13 - Identificação dos Prédios Rústicos da propriedade.....	30
Quadro 14 - Identificação dos Prédios Rústicos da propriedade.....	31
Quadro 15 - Identificação dos Prédios Rústicos da propriedade.....	32
Quadro 16 - Distribuição percentual das classes de altimétricas da ZIF.....	33
Quadro 17 - Distribuição percentual das classes de declive da UGF.....	34
Quadro 18 - Distribuição percentual das classes de exposição da UGF.....	34
Quadro 19 - Dados Climáticos (Fonte: Atlas do Ambiente).....	35
Quadro 20 - Tipos de Solo da UGF (Fonte: Atlas do Ambiente).....	36
Quadro 21 - Litologia da UGF (Fonte: Atlas do Ambiente).....	37
Quadro 22 - Capacidade de Uso do Solo da UGF.....	37
Quadro 23 - Síntese de Pragas e Doenças presentes na UGF.....	40
Quadro 24 - Síntese de Pragas e Doenças potenciais na UGF.....	40
Quadro 25 - Síntese de Pragas e Doenças potenciais na UGF.....	41
Quadro 26 - Síntese de Pragas e Doenças potenciais na UGF.....	42
Quadro 27 - Métodos de controlo utilizados na Acácia-mimosa.....	42
Quadro 28 - Métodos de controlo utilizados na Cana-comum.....	42
Quadro 29 - Enquadramento da ZIF no Plano Regional de Ordenamento Florestal do Centro Interior (PROF CI).....	47
Quadro 30 - Enquadramento da ZIF no Plano Regional de Ordenamento Florestal do Centro Interior (PROF CI) (cont.).....	48
Quadro 31 - Zona de Caça que engloba a ZIF (Fonte: ICNF).....	52
Quadro 32 - Distribuição da Rede Viária Florestal da UGF.....	53
Quadro 33 - Quantificação das Componentes da Rede de Faixas e Mosaicos de Gestão de Combustíveis da ZIF.....	54
Quadro 34 - Classificação funcional da ZIF.....	57
Quadro 35 - Uso e Ocupação do Solo da ZIF.....	58
Quadro 36 - Compartimentação da ZIF (Talhões e Parcelas).....	59
Quadro 37 - Características dos povoamentos da ZIF (Atual e Futura).....	60
Quadro 38 - Caracterização parcelar dos povoamentos da ZIF.....	61
Quadro 39 - Caracterização parcelar dos povoamentos da ZIF.....	62
Quadro 40 - Caracterização parcelar dos povoamentos da ZIF.....	63
Quadro 41 - Caracterização parcelar dos povoamentos da ZIF.....	64
Quadro 40 - Caracterização parcelar dos povoamentos da ZIF.....	65
Quadro 41 - Caracterização parcelar dos povoamentos da ZIF.....	66
Quadro 42 - Caracterização parcelar dos povoamentos da ZIF.....	67

Quadro 64 - Objetivos específicos das sub-regiões homogéneas aplicados à ZIF.	70
Quadro 65 - Quadro resumo da contribuição para as metas do PROF.	70
Quadro 64 - Modelos de silvicultura e gestão florestal sustentável, segundo a legislação do PROF Centro Interior.	71
Quadro 65 - Modelos de silvicultura e gestão florestal sustentável, adaptados às tipologias específicas da UGF.	71
Quadro 68 - Modelo de Silvicultura para o Pinheiro bravo (PB) - novas instalações e condução de povoamentos já instalados.	73
Quadro 69 - Modelo de Silvicultura para o Eucalipto (EC1) - novas instalações e condução de povoamentos já instalados.	74
Quadro 70 - Modelo de Silvicultura para o Pinheiro radiata (PR) - novas instalações e condução de povoamentos já instalados.	74
Quadro 52 - Modelo de Silvicultura para o Freixo (FR) - novas instalações e condução de povoamentos já instalados	75
Quadro 72 - Quantificação da área de corte durante o período de vigência do PGF.	75
Quadro 73 - Quantificação da área de desbaste durante o período de vigência do PGF.	76
Quadro 74 - Modelo de Silvicultura para o Sobreiro (SB1) - novas instalações e condução de povoamentos já instalados.	76
Quadro 75 - Tiragem de cortiça durante o período de vigência do PGF.	79
Quadro 57 - Calendarização das intervenções nas infraestruturas para o período de vigência do PGF.	80
Quadro 77 - Nomenclatura da calendarização das intervenções.	83
Quadro 59 - Calendarização das intervenções.	85
Quadro 79 - Calendarização das intervenções.	86
Quadro 80 - Calendarização das intervenções.	87
Quadro 81 - Calendarização das intervenções.	88
Quadro 82 - Calendarização das intervenções.	89
Quadro 83 - Calendarização das intervenções.	90
Quadro 65 - Calendarização das intervenções.	91
Quadro 66 - Calendarização das intervenções.	92
Quadro 84 - Calendarização das intervenções.	93
Quadro 68 - Calendarização das intervenções.	94

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Distribuição percentual da perigosidade de incêndio florestal na ZIF.	43
Figura 2 - Distribuição percentual do risco de incêndio florestal na ZIF.	44
Figura 3 - Galeria ripícola com Amieiro (à esquerda) e Salgueiro (à direita)..	72



ÍNDICE DE MAPAS

Mapa 1 - Localização e enquadramento geográfico

Mapa 2 - Área aderente - Prédios rústicos

Mapa 3 - Tipos de solos

Mapa 4 - Perigosidade de Incêndio Florestal

Mapa 5 - Risco de Incêndio Florestal

Mapa 6 - Servidões e restrições de utilidade pública

Mapa 7 - Outros ónus relevantes para a gestão

Mapa 8 - Infraestruturas DFCI e outras

Mapa 9 - Zonamento funcional

Mapa 10 - Ocupação do solo

Mapa 11- Compartimentação (Talhões / Parcelas)

Mapa 12 - Programa de Infraestruturas DFCI (2022 - 2039)

Mapa 13 - Plano de intervenção florestal de 2022

Mapa 14 - Plano de intervenção florestal de 2023

Mapa 15 - Plano de intervenção florestal de 2024

Mapa 16 - Plano de intervenção florestal de 2025

Mapa 17 - Plano de intervenção florestal de 2026

Mapa 18 - Plano de intervenção florestal de 2027 - 2031

Mapa 19 - Plano de intervenção florestal de 2032 - 2036

Mapa 20 - Plano de intervenção florestal de 2037 - 2039

LISTA DE ANEXOS

ANEXO I - Normas de cartografia de ocupação do solo.....	98
ANEXO II - Cartografia de pormenor.....	99



LISTA DE ABREVIATURAS

AFLOBEI - Associação de Produtores Florestais da Beira Interior

ANEPC - Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil

ICNF - Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas

CAOF - Comissão de Acompanhamento das Operações Florestais

CE - Corredor Ecológico

CMDFCI - Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios

DFCI - Defesa da Floresta Contra Incêndios

GTF - Gabinete Técnico Florestal

ICNF - Instituto de Conservação da Natureza e Florestas

IM - Instituto de Meteorologia

INE - Instituto Nacional de Estatística

PDF - Plano de Defesa da Floresta

PDM - Plano Diretor Municipal

PGF - Plano de Gestão Florestal

PIO - Plano de Intervenção Operacional

PMDFCI - Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios

PNDFCI - Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios

POEC - Plano de Ordenamento e Exploração Cinegético

PDR - Programa de Desenvolvimento Rural

PROF CI - Programa Regional de Ordenamento Florestal do Centro Interior

PSRN - Plano Sectorial da Rede Natura

RAN - Reserva Agrícola Nacional

REN - Reserva Ecológica Nacional

RVF - Rede Viária Florestal

UGF - Unidade de Gestão Florestal

ZCA - Zona Caça Associativa

ZCT - Zona Caça Turística

ZCM - Zona Caça Municipal

ZIF - Zona de Intervenção Operacional

GLOSSÁRIO

Atividades - Corresponhem a um conjunto de intervenções táticas necessárias para atingir uma determinada produção esperada e/ou objetivo de produção.

Altitude - Distância, medida na vertical, desde o nível médio das águas oceânicas até ao lugar em referência.

Altura dominante - Média das alturas das três árvores com maior DAP da parcela de inventário, designadas por árvores dominantes (unidades: m).

Área arborizada - Área ocupada com espécies arbóreas florestais, desde que estas apresentem um grau de coberto igual ou superior a 10% e ocupem uma área igual ou maior a 0.5 ha.

Áreas ardidas - Terrenos de uso florestal, anteriormente ocupados por povoamentos florestais que, devido à passagem de um incêndio no último ano, estão atualmente ocupadas por vegetação queimada ou solo nu, com presença significativa de material morto ou carbonizado. Têm uma área no mínimo de 0,5 ha e largura não inferior a 20 metros.

Área basal - Somatório das áreas seccionais das árvores do povoamento, calculadas a 1,30 m do solo (unidades: m²).

Cadastro Predial - Registo administrativo, metódico e atualizado de carácter multifuncional, no qual se procede à caracterização e identificação dos prédios existentes no território nacional. Para efeitos de cadastro, a caracterização de um prédio é dada através da sua localização administrativa e geográfica, configuração geométrica e área.

Caminhos florestais - Vias principais, transitáveis por todo o tipo de veículos durante todo o ano, com uma largura mínima de 3 - 3,5 metros.

CAP (Circunferência à altura do peito) - Perímetro do tronco de uma árvore medido sobre casca a 1,30 m do solo (unidades: cm).

Carregadouro - Local destinado à concentração temporária de material lenhoso resultante da exploração florestal, com o objetivo de facilitar as operações de carregamento, nomeadamente a colocação do material lenhoso em veículos de transporte que o conduzirão às unidades de consumo e transporte para o utilizador final ou para parques de madeira.

Ciclo de exploração - Período de tempo que dista entre duas operações de colheita/exploração do povoamento florestal.

Compasso - Distância entre as linhas de plantação e distância entre as plantas na linha, como por exemplo, 3x3 m, 4x2 m, etc.

Composição - Variedade e natureza específica ou cultural dos indivíduos componentes dos povoamentos.

DAP (Diâmetro à altura do peito) - Diâmetro do tronco de uma árvore medido sobre casca a 1,30 m do solo (unidades: cm).

Densidade do povoamento - Número de árvores existentes num povoamento florestal por unidade de área (unidades: n° árvores / ha).

Estado sanitário - Avaliação de danos nos diversos órgãos ou tecidos das plantas, provocados por agentes bióticos.

Estradões - Vias secundárias de circulação limitada, sendo no Inverno apenas transitáveis por veículos todo-o-terreno. Têm como principal função servir de apoio às operações na mata e de compartimentação florestal.

Estrutura - Características de ocupação do espaço acima do solo pelas árvores, isto é, a forma de arranjo interno dos povoamentos.

Exploração - Conjunto de atividades necessárias para a transferência do material lenhoso produzido até ao local de transformação.

Exposição - Posição das vertentes em relação aos pontos cardeais (orientação solar).

Existência - Volume em pé.

Floresta - Extensão de terreno com área $\geq 5\ 000\ m^2$ e largura $\geq 20\ m$, com um grau de coberto $\geq 10\ \%$ (definido pela razão entre a área da projeção horizontal das copas e a área total da parcela), onde se verifica a presença de arvoredos florestais que, pelas suas características ou forma de exploração, tenha atingido, ou venha a atingir, porte arbóreo (altura superior a 5 m), independentemente da fase em que se encontre no momento da observação.

Índice de risco temporal de incêndio florestal - A expressão numérica que traduza o estado dos combustíveis florestais e da meteorologia, de modo a prever as condições de início e propagação de um incêndio.

Índice de risco espacial de incêndio florestal - A expressão numérica da probabilidade de ocorrência de incêndio.

Instalação - Período que decorre desde o início dos trabalhos de mobilização do terreno até à retanchar, quando esta não seja necessária, até um ano após o início da plantação.

Instrumentos de gestão florestal - Planos de gestão florestal (PGF), os elementos estruturantes das zonas de intervenção florestal (ZIF), os projetos elaborados no âmbito dos diversos programas públicos de apoio ao desenvolvimento e proteção dos recursos florestais e, ainda, os projetos a submeter à apreciação de entidades públicas no âmbito da legislação florestal.

Litologia - Descrição das características que determinam a natureza, o aspeto e as propriedades de uma rocha de modo a particularizá-la, tendo como base parâmetros como: textura, cor, composição mineralógica e/ou química, granulometria.

Manutenção - Período que decorre desde a instalação do povoamento até à sua exploração/colheita.

Matos - Extensão de terreno com área $\geq 5\ 000\ m^2$ e largura $\geq 20\ m$, com cobertura de espécies lenhosas de porte arbustivo, ou de herbáceas de origem natural, onde não se verifique atividade agrícola ou florestal, que podem resultar de um pousio agrícola, constituir uma pastagem espontânea ou terreno puro e simplesmente abandonado.

Modelos de Silvicultura - Conjunto de intervenções silvícolas base, necessárias e aconselhadas, com vista à correta instalação, manutenção e exploração de um determinado tipo de povoamento florestal, de acordo com os seus objetivos principais, adequado às funcionalidades dos espaços florestais.

Ocupação do solo - Identifica a cobertura física do solo.

Operações - Especificam o detalhe de cada atividade e correspondem a um conjunto de práticas operacionais capazes.

Ordenamento florestal - Conjunto de normas pelas quais se regulam as intervenções de natureza cultural ou de exploração com vista à obtenção, de forma sustentada, de um objetivo predeterminado.

Parcela - Unidade territorial delimitada de forma contínua, que apresenta uma composição florística, ecológica e estrutural homogénea (ocupação, ciclo e rotação) e está sujeita a um mesmo conjunto de práticas de gestão, de aplicação uniforme na respetiva área.

Parcela de inventário - Área de terreno conhecida onde se executam medições e avaliações de campo com vista ao tratamento estatístico dos dados para inferência das características dos povoamentos.

Planeamento - Fase de programação das atividades em que se conjugam cuidados ambientais, capacidades produtivas, capacidades operacionais e os objetivos para a área sob gestão, admitindo sempre a possibilidade de rever o planeado.

Plano de Gestão Florestal - É um instrumento operativo das explorações florestais e agroflorestais que regula, no tempo e no espaço, com subordinação, sempre que possível, ao plano regional de ordenamento florestal (PROF), as intervenções de natureza cultural e ou de exploração e visa a produção sustentada dos bens e serviços originados em espaços florestais, determinada por condições de natureza económica, social e ecológica.

Plano de Intervenção Operacional - Visa registar um conjunto de atividades previstas, capazes de sustentar um planeamento operacional prático e de reconstituir um referencial técnico orientador das ações que ocorrem sobre determinado povoamento florestal.

Política Florestal - Declaração do responsável pela UGF relativa às intenções e princípios relacionados com o seu desempenho florestal geral, que proporcione um enquadramento para a atuação e para a definição os seus objetivos e metas florestais.

Povoamento florestal - área ocupada com árvores florestais com uma percentagem de coberto no mínimo de 10%, que ocupa uma área no mínimo de 0,5 ha e largura não inferior a 20m.

Povoamento florestal puro - Povoamento constituído por uma ou mais espécies de árvores florestais, em que uma delas ocupa mais de 75% do coberto total.

Povoamento florestal misto - Povoamento em que, havendo várias espécies, nenhuma atinge os 75% do coberto. Neste caso, considera-se a espécie dominante a que for responsável pela maior parte do coberto.

Povoamento regular - Povoamento em que a maioria das árvores pertence à mesma classe de idade. As árvores existentes formam um só andar de vegetação.

Povoamento irregular - Povoamento em que as árvores pertencem a diferentes classes de idades. Usualmente as árvores existentes não podem ser separadas em diferentes andares de vegetação.

Prédio Rústico - Espaço coincidente com o cadastro predial ou das Finanças, desde que faça parte do património de uma pessoa singular ou coletiva.

Rede divisional - Conjunto de faixas - aceiros e arrifes - que dividem a Unidade de Gestão em unidades territoriais de planificação, para efeitos de gestão. Estas redes podem integrar redes de defesa da floresta contra incêndios.

Rede viária - Conjunto de caminhos florestais e estradões.

Regeneração natural - Estabelecimento de um povoamento florestal por meios naturais, ou seja, através de sementes provenientes de povoamentos próximos, depositadas pelo vento, aves ou outros animais.

Regime de alto fuste - Quando o povoamento se perpetua, direta ou indiretamente, por via seminal.

Regime de talhadia - Povoamento florestal proveniente de rebentos ou pólas, de origem caulinar ou radical, que surgem quando o tronco é removido e o sistema radical é deixado intacto.

Rotação - Intervalo de tempo que decorre entre a realização de cortes da mesma natureza no mesmo local de uma mata.

Secção - Parte da unidade de Gestão que tem a mesma função dominante e que está sujeita a um determinado tipo de tratamento. Pode não coincidir exatamente com o limite dos talhões, mas vir a ser constituída por conjuntos de parcelas independentemente da sua distribuição no espaço.

Sobrantes de exploração - Material lenhoso e outro material vegetal resultante de atividades agroflorestais.

Talhão - Unidade ideal de exploração, delimitada de forma contínua ou não, constituída por uma ou mais parcelas, que apresenta uma composição florística, ecológica e estrutural homogénea (ocupação, ciclo e rotação) e está sujeita a um mesmo conjunto de práticas de gestão, de aplicação uniforme na respetiva área.

Talhadia - Povoamento proveniente de rebentos ou pólas de origem caulinar ou radicular.

Tipo de Intervenção - Define o destino contabilístico de uma intervenção operacional, considerando que cada tipo de intervenção está univocamente direcionado para um tipo de conta destino, a que são imputados os custos dos trabalhos, sejam custos correntes ou de imobilizado.

Unidade de Gestão Florestal - Unidade territorial delimitada de forma contínua ou não, constituída maioritariamente por espaços florestais, sujeita a um plano de gestão e localizada sobre uma região relativamente restrita do ponto de vista edafoclimático e ecológico.

Zona de Caça Associativa - Zona de caça a constituir por forma a privilegiar o incremento e manutenção do associativismo dos caçadores, conferindo-lhes assim a possibilidade de exercerem a gestão cinegética.

Zona de Caça Turística - Zona de caça a constituir por forma a privilegiar o aproveitamento económico dos recursos cinegéticos, garantindo a prestação de serviços adequados.

Zona de Caça Municipal - Zona de caça a constituir para proporcionar o exercício organizado da caça a um número maximizado de caçadores em condições particularmente acessíveis.

INTRODUÇÃO E OBJECTIVOS

As características próprias dos espaços florestais, juntamente com a crescente preocupação com os aspetos ambientais e de conservação da biodiversidade a eles associados, bem como as suas apetências para a multifuncionalidade, obrigam à existência de uma gestão planeada e que dê resposta às políticas e objetivos definidos. A gestão planeada dos espaços florestais é a melhor forma de garantir a sua conservação, exploração sustentável e continuidade.

A necessidade de uma gestão florestal sustentável, multidisciplinar, ativa e permanente encontra-se refletida nos princípios orientadores da Lei de Bases da Política Florestal, regulamentada pela Lei n.º 33/96 de 17 de agosto, caracterizando-se o atual sistema de planeamento florestal nacional pela existência de uma vasta lista de instrumentos de ordenamento do território, de âmbito nacional, sectorial, regional e local. Estes princípios orientadores, nomeadamente os que se referem ao aumento da produção e à conservação da floresta e dos recursos naturais que lhe estão associados, bem como os relativos à necessidade do uso e gestão da floresta de acordo com políticas e prioridades de desenvolvimento nacionais, articuladas com políticas sectoriais e de ordenamento do território, implicam como as medidas de política florestal, a adoção e aplicação de Planos Regionais de Ordenamento Florestal (PROF) e de Plano de Gestão Florestal (PGF).

Os PROF's, regulamentados pelo Decreto-Lei n.º 16/2009 de 14 de janeiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 11/2019 de 21 de janeiro, permitem a aplicação regional, não só das diretrizes estratégicas nacionais como da monitorização da gestão florestal sustentável, uma vez que definem normas de silvicultura pelas quais a gestão das explorações florestais se deve efetuar. A **Unidade de Gestão em estudo (Zona de Intervenção Florestal de Sarzedas - Magarefa)** é abrangida pelo **Programa Regional de Ordenamento Florestal do Centro Interior (PROF CI)** regulamentado pela Portaria n.º 55/2019 de 11 de fevereiro.

Ao nível da propriedade florestal, o instrumento de operacionalização e integrador de todas as orientações e condicionantes presentes nos inúmeros instrumentos de ordenamento é o PGF, regulamentado pelo Decreto-Lei n.º 16/2009 de 14 de janeiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 11/2019 de 21 de janeiro e que aprova o regime jurídico dos PGF's.

O PGF é um instrumento de administração de espaços florestais que, de acordo com as orientações definidas no PROF, determina, no espaço e no tempo, as intervenções de natureza cultural e de exploração dos recursos, visando a produção sustentada dos bem e serviços por eles proporcionado e tendo em conta as atividades e os usos dos espaços envolventes.

Segundo a legislação em vigor, estão sujeitas à elaboração obrigatória de PGF explorações florestais e agroflorestais privadas com área igual ou superior a 25 ha, em todos os concelhos da Região PROF Centro Interior (n.º 2 do artigo 29º da Portaria n.º 55/2019 de 11 de fevereiro).

Esta situação reflete que, não obstante a inexistência de obrigatoriedade legal, os produtores florestais têm tido uma preocupação de obter instrumentos e ferramentas de melhoria da sua gestão sempre que sentem necessidade. Esta necessidade está, obviamente, associada à viabilidade económica e/ou rentabilidade da sua exploração florestal, que é o que motiva a promoção da gestão e do ordenamento florestal, e não a obrigatoriedade legal de fazer um PGF.

De acordo com a legislação em vigor, o PGF deve incluir a caracterização dos recursos existentes, nomeadamente nas suas componentes florestal, silvopastoril, de caça e pesca nas águas interiores, e aproveitamento de outros recursos, como sejam recursos geológicos e das energias renováveis, enquadramento territorial e social, programa de gestão da produção lenhosa, programa de aproveitamento dos recursos não lenhosos e outros serviços associados e programa de gestão da biodiversidade, sempre que estejam abrangidos por áreas classificadas.

Os objetivos do presente PGF consistem na realização de um planeamento adequado e economicamente viável das operações referentes a uma gestão florestal sustentável, integrando as componentes de gestão multifuncional da ZIF.

O período de vigência de um PGF coincide com o respetivo PROF da região e vigora no máximo 20 anos (n.º 2 do artigo 23 e n.º 1 do artigo 25º do Decreto-Lei nº 16/2009 de 14 de janeiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 11/2019 de 21 de janeiro). Neste caso em concreto, o **PGF da Zona de Intervenção Florestal de Sarzedas - Magarefa, tem um horizonte de planeamento de 2022 a 2039, ou seja, 18 anos**, facto este explicado pela data de aprovação do PROF do Centro Interior (PROF CI) (Portaria n.º 55/2019 de 11 de fevereiro).

A - DOCUMENTO DE AVALIAÇÃO

1. Enquadramento Social e Territorial do Plano

1.1. Caracterização do Proprietário e da Gestão

1.1.1 Identificação do Proprietário, Gestor ou Responsável pela Gestão

Quadro 1 - Identificação do proponente.

DESIGNAÇÃO DA PROPRIEDADE	Zona de Intervenção Florestal de Sarzedas - Magarefa		
ENTIDADE GESTORA	AFLOBEI - Associação de Produtores Florestais da Beira Interior		
MORADA	Av. General Humberto Delgado n° 57 - 1°, 6000-081 Castelo Branco		
EMAIL	aflobei@aflobei.pt		
TELEFONE	272 325 741	NIF	504513184

1.1.2. Identificação do Responsável pela Elaboração do PGF

Quadro 2 - Identificação dos responsáveis pela elaboração do PGF.

ENTIDADE	AFLOBEI - Associação de Produtores Florestais da Beira Interior		
TÉCNICO	Ana Patrícia Dias dos Santos		
FORMAÇÃO ACADÉMICA	Licenciatura em Agronomia - Ramo Florestal		
MORADA	Av. General Humberto Delgado n° 57 - 1°, 6000-081 Castelo Branco		
TELEFONE	272 325 741	FAX	272 325 782
EMAIL	aflobei@aflobei.pt		

1.2 Caracterização geográfica da exploração florestal

1.2.1 Identificação da exploração florestal e dos prédios que a constituem

A Zona de Intervenção Florestal de Sarzedas - Magarefa, totaliza cerca de 1287,47 ha (Mapa 1). Os quadros seguintes fazem síntese dos aderentes e respetivos prédios rústicos que integram a ZIF, à presente data (Mapa 2).

Quadro 3 - Identificação dos Prédios Rústicos da propriedade.

ID	Nome do Aderente	2º Titular	3º Titular	4º Titular	Designação do prédio	Secção	Artigo	Área (ha)
1	Alberto Nunes Varanda	Augusto N. Pires			Moncalvo	BM	33	5,40
2	Alfredo Mateus Lourenço				Vale dos Marmeleiros	AS	19	0,35
3						AS	20	0,59
4						AS	21	1,27
5						BG	53	1,31
6					Pé Fernandes	BG	67	3,12
7					Ponte	BG	13	1,58
8					Vale Marmeleiros	AU	45	0,21
9					Alzira Do Carmo M. A. Miguel			
10	Amável Manuel Gonçalves Dias				Barroca do Pousão	BJ	8	0,86
11					Baiuca	BJ	19	0,66
12					Rapoula	BI	48	0,05
13					Rapoulinha	BI	70	0,09
14					Várzea	BI	99	0,03
15					Jogo Malhão	BI	107	0,04
16						BI	109	0,33
17					Barroca da Lameira	BI	169	0,28
18					Jogo malhão	BI	103	0,05
19						BI	106	0,11
20						BI	222	0,24
21					Curralão	BI	147	2,71
22					Valejo	BH	37	0,29
23					Barroca Velha	BH	55	1,71
24	Lameiras	CC	22	0,33				
25	Américo Afonso Nunes				Barreiro Vermelho	BM	119	4,07
26	Américo Martins				Risca do Açude	BU	23	0,84
27						BU	24	0,76
28	António Almeida Nunes				Chão da Ladeira	AP	47	1,02
29						AP	40	0,71
30					Valeira	AP	10	0,30
31					Boixinha	AP	65	2,14
32						AP	66	1,64
33					Seixinho	AQ	47	0,11
34					Fontinha	BJ	52	0,09
35						BJ	53	0,09
36	António Antunes Almeida				Pé Fernandes	BG	41	1,25
37					Rapoula	BI	81	0,30
38						BI	80	0,14

Quadro 4 - Identificação dos Prédios Rústicos da propriedade.

ID	Nome do Aderente	2º Titular	3º Titular	4º Titular	Designação do prédio	Secção	Artigo	Área (ha)				
39	António Antunes Almeida				Várzea	BI	98	0,11				
40					Fonte da Rapoulinha	BH	39	1,57				
41					Serra Cimeira	AP	91	0,60				
42	António da Conceição Nunes Dias	Francisco Antunes Nunes			Barroca do Braço	BJ	26	1,78				
43					Pé Fernandes	BG	35	1,20				
44		Regadia			BJ	47	0,10					
45		Manuel Lourenço Nunes			Francisco Antunes Nunes	Fontinha	BJ	51	0,31			
46						Olheiro	AP	52	0,11			
47		Artur José Nunes						Cabeceiro Alto	BF	4	0,75	
48		Augusto Almeida Afonso						Vale da Azenha	BH	30	6,22	
49	Augusto Nunes Pires				Cavadinha	AT	141	0,18				
50					Horta	BG	7	0,38				
51					Vale da Lousa	AS	30	0,06				
52					Canto	BG	12	1,94				
53					Vale de Mato	BG	16	1,10				
54					Pé Fernandes	BG	26	2,04				
55						BG	39	0,35				
56					Vale de Rocadas	BG	47	0,71				
57					Chão da Quelha	AT	121	0,11				
58					Risca da Horta	AT	138	2,07				
59					Tanque	AT	209	0,20				
60					Costa das Figueiras	AT	127	0,06				
61					Carminda Nunes G. Peres				Canteiros	BV	33	1,48
62					Cecília Nunes Lourenço				Fonte da Rapoulinha	BH	42	1,40
63										BH	40	0,64
64					Domingos Marques Nunes Lourenço				Vale das Barrocas	BM	128	0,29
65	BM	118	2,33									
66	Serra	BL	6	8,17								
67	Horta do Catarino	BU	13	2,85								
68	Valejo	BU	12	0,60								
69	Barroca do Gaspar	BT	100	0,21								
70	Lagar	BT	5	0,11								
71		BT	26	0,13								
72		BT	43	0,03								
73	Azinhal	BM	157	0,13								
74	Cimada	BM	55	0,11								
75	Miúda (Minda)	BT	38	0,05								
76	Traz das Casas	BT	51	0,82								
77	Regadia do Monte de Goula	BT	92	0,63								
78	Regadias	BT	58	0,22								
79	Regadia	BT	63	0,02								
80	Vale das Barrocas	BM	131	0,69								
81	Vale das Barrocas	BM	127	1,24								
82	Várzea	BU	34	0,44								
83	Horta Barroca	BU	27	0,18								
84	Maninho	BM	140	0,54								

Quadro 5 - Identificação dos Prédios Rústicos da propriedade.

ID	Nome do Aderente	2º Titular	3º Titular	4º Titular	Designação do prédio	Secção	Artigo	Área (ha)
85	Domingos Marques Nunes Lourenço				Açude	BM	142	0,15
86	Eduardo Henriques Lourenço				Vale Junco	BL	50	1,07
87					Vale Junco	BL	51	0,94
88					Gatas	BU	125	0,50
89					Cabeço	BU	113	0,02
90					Pesseira	AP	62	0,30
91					Ica	AN	40	0,04
92					Eduardo Lourenço Rodrigues	Cavadinha	AS	29
93	Vale da Lousa					AS	74	0,01
94	Vale dos Marmeleiros					AS	22	0,39
95	Fontinha	BJ	33	0,21				
96	Lomba	AT	205	0,04				
97		AT	206	0,04				
98	Vale do Mato	AT	210	0,37				
99	Lomba	AT	207	0,12				
100	Eduardo Nunes Afonso 1	José Ribeiro de Almeida	Pedreira	BH		21	1,49	
101			Caldeirão	BJ		20	0,53	
102		Tapada da Eira	BI	135	2,82			
103		Cavadinha	BI	152	0,08			
104		Rapoulinha	BI	66	0,09			
105		Pedreira	BH	20	1,58			
106		Horta dos Nabos	BH	27	0,58			
107	Lúcio Almeida Rodrigues	Vale de Trás	BV	8	5,21			
108		Eduardo Nunes Afonso 2	Pé Fernandes	BG	27	1,37		
109	BG			55	0,54			
110	Eduardo Nunes Goncalves				Revolta	BF	14	0,13
111	Ermelinda dos Anjos Nunes Afonso				Barroca do Braço	BJ	28	1,62
112					Barroca da Lameira	BI	172	0,22
113	Etelvina Martins Gonçalves Gomes				Tapada do Moinho	BV	25	0,68
114	Eugénio Joaquim Nunes				Vale da azenha / Pé	BH	29	5,12
115					Corcovado	BH	18	0,98
116					Varginha	BH	12	0,18
117					Várzea	BI	79	0,35
118	Fernando Nunes Dias				Corga da Cal	AO	36	1,35
119						AO	40	0,26
120		Cadaboso	AO	47	0,30			
121		Portela	AO	82	1,34			
122		Corga da Cal	AO	85	1,13			
123		Moncalvo	AO	89	0,10			
124		Bica	AO	100	1,03			
125			AO	107	0,75			
126		Moncalvo	AO	114	0,42			
127		Serra	AP	78	1,98			
128	Francisco da Silva Afonso	Vale da Queda	BI	30	2,51			
129		Fonte	BI	44	0,92			
130		Poço do Barro	BI	159	2,07			

Quadro 6 - Identificação dos Prédios Rústicos da propriedade.

ID	Nome do Aderente	2º Titular	3º Titular	4º Titular	Designação do prédio	Secção	Artigo	Área (ha)				
131	Francisco da Silva Afonso				Vale de são Vicente	BJ	30	6,79				
132						BJ	32	6,11				
133					Vale da Barroca	BL	3	1,72				
134					Barroca do Judeu	BL	53	24,40				
135					Monte da Cunha	BL	58	1,44				
136					Azenha Velha	BV	1	12,57				
137					Vale Almoinhas	BV	2	5,17				
138						BV	3	10,16				
139					Várzea	BI	76	0,93				
140					Vale da Azenha	BH	28	6,93				
141					Bertelinho	BM	137	0,80				
142					Várzea do Meio	BU	121	0,82				
143					Gatas	BU	127	0,22				
144					Fonte dos Amoinhos	BX	14	0,40				
145					Fontinha	BJ	50	0,47				
146					Barreiro Vermelho	BG	33	0,50				
147					Barroca da Cilha	BL	57	6,77				
148					Francisco Nunes Dias	Manuel António			Azenha de Baixo	BH	7	0,36
149									Olheiro	AP	53	0,18
150										AP	54	0,41
151	3 titulares	Serra Cimeira	AP	90					1,56			
152	Francisco Nunes Dias (1/3)	António da Conceição Nunes	Cecília Nunes Lourenço (2/3)		Azenha de Baixo	BJ	48	0,52				
153	Herculano Rodrigues Almeida				Fonte	AT	153	0,10				
154					Vale do Mato	AT	211	0,28				
155	Hermínia Pombo Roque Antunes Portela	Rogério Nunes Costa			Várzea	BJ	39	0,22				
156					Pé Fernandes	BG	34	0,32				
157					Rapoula	BI	117	0,03				
158	João Afonso Moroso				Maninho/Bartelinho	BM	135	11,27				
159					Maceirão	BM	41	1,17				
160					Casalinho	BV	9	14,34				
161					Regadio do Couto	BU	50	0,09				
162					Risca do Açude	BU	26	0,29				
163					Regadio da Gata	BU	82	0,08				
164						BU	90	0,09				
165					Ribeiro Vale Carneiro	BU	120	0,51				
166					Gatas	BU	126	0,23				
167						BU	128	0,15				
168					Horta da Barreira	BU	16	0,29				
169					Açude	BU	81	0,08				
170					Horta da Barroca	BU	15	1,27				
171					Cimadas	BT	57	0,02				
172	Canto	BT	112	0,32								
173	Vale de Junco	BL	52	1,35								
174	João Almeida Barata				-	AQ	125	0,09				
175					-	AP	5	0,28				
176					-	AP	69	0,17				

Quadro 7 - Identificação dos Prédios Rústicos da propriedade.

ID	Nome do Aderente	2º Titular	3º Titular	4º Titular	Designação do prédio	Secção	Artigo	Área (ha)
177	João Almeida Barata				-	AP	74	0,29
178					Fonte	BN	191	4,27
179	João Antunes Henriques				Chão Monte da Goula	BT	91	0,16
180					Bertolinho	BU	1	2,73
181					Vale	AP	1	0,62
182	João Fernandes				Rica do Meio	AP	4	1,17
183					Francelheira	AP	15	1,80
184	João Gonçalves Pedro				Vale de Rocadas	BG	49	2,05
185					Cavadinha	AT	139	1,14
186					Vale de Carneiro	BU	146	3,37
187	João Joaquim Martins				Valeira	BL	49	1,18
188					Casalinho	DE	11	1,96
189					Risca do Berto	AO	34	6,18
190					Vale	AO	35	2,10
191						AP	2	0,66
192					Francelheira	AP	16	2,26
193					Medronheira	AP	42	4,97
194		José Almeida Nunes			Olheiros	AP	55	1,71
195						AP	58	0,70
196					Serra da Magarefa	AP	59	0,77
197						AP	88	0,73
198						AP	87	0,66
199					Francelheira	AP	70	0,49
200					Maroucintas	AQ	126	0,08
201					Açude	AQ	65	2,51
202	João José Mateus				Vinha	AQ	58	0,12
203						AQ	57	0,06
204						AQ	160	0,73
205					Feiteiras	AQ	158	0,29
206						AQ	157	0,46
207					Fonte	AQ	147	0,06
208					Cascalheira	AQ	134	0,53
209					Sobral	AQ	151	0,11
210						AS	4	1,92
211					Vale do Paio	AS	63	5,49
212						AS	47	2,61
213						AS	49	2,15
214					Vale da Azenha	CE	2	2,58
215					Vale	AO	29	1,25
216					Bica	AN	54	0,64
217					Serra	BJ	3	1,43
218						BJ	5	4,24
219	João Lourenço				Lameira	BI	176	0,09
220					Almoinhas	BI	219	0,01
221					Canteiros	BI	220	0,03
222					Almoinhas	BI	180	0,01

Quadro 8 - Identificação dos Prédios Rústicos da propriedade.

ID	Nome do Aderente	2º Titular	3º Titular	4º Titular	Designação do prédio	Secção	Artigo	Área (ha)				
223	João Lourenço				Almoinhas	BI	181	0,04				
224					Covas	BI	178	0,07				
225					Almoinhas	BI	189	0,05				
226					Lameiro	BI	185	0,46				
227					Quintal	BI	184	0,03				
228					Lameira	BI	187	1,08				
229						BI	175	2,08				
230					Azenha de Baixo	BH	4	0,07				
231					Vale da Azenha	BH	31	1,65				
232						BH	32	0,85				
233						BH	33	0,74				
234					Cabeço da Fonte	CC	5	0,43				
235					Quinteiros	CC	1	0,69				
236					Quinteiros	CC	2	0,35				
237					Canteiros	CC	24	1,42				
238					Covão	BV	32	0,40				
239						BX	8	0,34				
240					Eias	BX	18	0,57				
241						BX	24	0,59				
242						BX	23	0,91				
243					João Nunes	José Ribeiro de Almeida			Canto	BI	7	4,15
244									Barroca da Cilha	BL	5	15,76
245									Barroca do Pousão	BL	25	2,27
246	Valejo	BH	35	0,97								
247	Vale d'Água	BM	35	7,56								
248	Vale das Barrocas	BM	125	1,07								
249	Lameiro	BI	156	0,61								
250		BI	157	0,09								
251	Almoinhas	BI	211	0,34								
252	Chão de Cima	BI	215	0,10								
253	Lameiras	CC	17	1,64								
254	Hortas do Amieiro	BX	10	0,46								
255	Areias	BX	16	0,59								
256	Fonte dos Amoinhos	BX	15	1,95								
257	Lameirão	BX	25	0,41								
258	João Nunes Agostinho				Vale de Lousa	AS	33	0,42				
259	João Nunes Antunes				Azenha de Baixo	BJ	46	0,25				
260						BJ	45	0,09				
261					Pé Fernandes	BG	40	1,54				
262					Várzea	BI	78	0,19				
263	Rapoula				BI	96	0,10					
264	Barroca do Lameiro				BI	168	0,21					
265	Barroca do Pousão				BL	22	0,23					
266	Avesseira				AQ	60	0,21					
267	José Afonso (2)				Sobral	AQ	148	0,19				
268		Portela Vale Paio	AP	41	2,68							

Quadro 9 - Identificação dos Prédios Rústicos da propriedade.

ID	Nome do Aderente	2º Titular	3º Titular	4º Titular	Designação do prédio	Secção	Artigo	Área (ha)				
269	José Almeida Nunes				Sobralinho	AP	38	0,23				
270					Vale de Paio	AP	39	3,82				
271					Trás da Serra	AP	56	1,04				
272					Valadinho	AQ	135	0,17				
273					Ribeira de V. M ^a Don	AR	46	0,96				
274					Serra da Magarefa	AP	94	0,35				
275					Francelheira	AP	79	1,77				
276					Marmeleiros	AS	16	3,40				
277					Vesseiro	AS	17	0,78				
278					José de Almeida Afonso				Ribeira	AS	69	0,32
279	Vale dos Marmeleiros	AS	37	0,40								
280	Valeira	BG	6	0,54								
281	Vale de Rocadas	BG	42	1,71								
282		AT	213	0,88								
283	José de Almeida Afonso (1/2)	Ricardo Mateus Lourenço (1/2)							Avesseiro	AS	14	2,43
284	José Filipe Gonçalves								Vale Junco	BL	30	1,41
285									Barroca dos Marmelos	BL	35	0,57
286										BL	36	0,35
287										BL	37	0,53
288					Vale Junco	BL	39	1,95				
289						BL	40	0,38				
290						BL	42	0,14				
291						BL	41	0,38				
292					Pontão	BL	48	1,57				
293					Barroca dos Marmelos	BU	18	0,67				
294						BU	19	1,36				
295						BU	20	0,58				
296						Moinho Vento	BU	130	1,58			
297					Moinho de Vento	BU	131	0,68				
298					Barroca dos Marmelos	BU	22	0,53				
299					Vale Junco	BL	46	0,55				
300					Boucha	BM	126	0,46				
301					José Luís Henriques dos Santos				Nave	BM	20	0,98
302	Fonte	BN	190	0,62								
303	José Manuel Gonçalves Rodrigues				Regadia	BT	61	0,03				
304						BT	42	0,04				
305					Covas	BM	150	0,18				
306					Vale das Barrocas	BM	123	0,45				
307					Vale das Barrocas	BM	130	0,12				
308					Cimada	BT	96	0,03				
309	José Martins Gonçalves				Vale de Rocadas	BG	48	0,56				
310					Chão dos Touriz	AT	135	0,18				
311					Costa das Figueiras	AT	130	0,12				
312					Cavadinha	AT	2	1,34				
313						AT	136	2,24				
314					Várzea da Rapoulinha	BI	3	0,60				

Quadro 10 - Identificação dos Prédios Rústicos da propriedade.

ID	Nome do Aderente	2º Titular	3º Titular	4º Titular	Designação do prédio	Secção	Artigo	Área (ha)				
315	José Martins Gonçalves				Várzea Rapoulinha	BI	4	0,04				
316						BI	5	0,05				
317						BI	8	0,96				
318					Risca da Raposa / Va	BI	13	8,96				
319					Barroca da Lameira	BI	174	2,44				
320					Rapoula	BI	54	0,26				
321					Horta da Sede	BH	22	0,87				
322					Couca	AR	44	2,30				
323					Barroca do Pousão	BL	14	0,14				
324					Maria da Piedade Bernardino	Chão da Rapoulinha	BI	74	0,19			
325					Maria da Piedade Bernardino	Tapada	BI	82	0,08			
326					José Nunes Luís				Várzea	BI	90	0,23
327									Bainca	BJ	18	1,39
328									Risca do Linhar	BI	37	0,53
329	Cavadinha	BI	154	0,67								
330	Horta da Barroca	BU	14	0,67								
331	Vale de Freixo	BM	113	0,28								
332	Vale de Junco	BL	31	1,18								
333	Serra	BL	7	1,10								
334	Vale das Rocadas	BG	46	3,98								
335	Várzea da Rapoulinha	BI	12	0,50								
336	Vale da Rapoula	BI	23	3,93								
337	Penteado	BI	32	0,41								
338	Risca dos Linhares	BI	140	0,73								
339	Barroca do Pousão	BL	11	3,61								
340	Monte da Cunha	BL	23	0,24								
341	Vale do Almorinhal	BV	4	2,27								
342	Lameiras	CC	23	0,53								
343	João Nunes	Penteado	BI	1	7,96							
344	João Nunes	Curralão	BI	143	5,94							
345	José Rodrigues	Pé Fernandes	BG	51	2,57							
346	José Rodrigues Gonçalves				Barroca do Pousão	BJ	10	0,48				
347						BJ	13	0,18				
348					Vale de Rocadas	BG	43	2,61				
349					Cavadinha	AT	140	0,43				
350					Fonte	AT	154	0,78				
351					Quelha	BI	108	0,18				
352					Conheiras	AS	66	3,60				
353	Pé Fernandes	BG	37	1,06								
354	Lúcia Maria de Almeida				Pedreira	BI	75	0,35				
355					Várzea	BI	77	0,16				
356					Monte da Fonte	BV	11	13,23				
357					Penteado	BI	31	0,44				
358	Lucinda Martins Gonçalves				Risca do Linhar	BI	36	0,88				
359					Rapoulinha	BI	60	0,03				
360					João Lourenço	Cabeço da Fonte	CC	7	0,50			

Quadro 11 - Identificação dos Prédios Rústicos da propriedade.

ID	Nome do Aderente	2º Titular	3º Titular	4º Titular	Designação do prédio	Secção	Artigo	Área (ha)		
361	Lucinda Martins Gonçalves				Lameirão	BX	26	0,34		
362	Lúcio Almeida Rodrigues				Serra	AP	60	1,78		
363					Pé Fernandes	BG	62	3,22		
364					Fonte	AT	119	0,79		
365					Tanque	AT	150	0,36		
366					Ribeiro	AR	35	0,42		
367					Ribeiro da Ponte	AR	42	1,78		
368					Várzea da Rapoulinha	BI	11	0,23		
369	Vale da Queda				BI	41	0,09			
370	Lurdes Maria Rosa				Rapoula	BI	47	0,19		
371						BI	28	0,09		
372					BI	52	0,08			
373					Várzea	BI	91	0,10		
374					Fonte	BI	138	0,23		
375						BI	141	0,71		
376					Risca dos Linhares	BI	142	0,95		
377					Lavadouro	BI	198	0,23		
378					Fonte da Rapoula	BI	40	0,04		
379					Tapada do Moinho	BV	21	0,20		
380	BV					16	0,28			
381	Manuel Afonso				Várzea	BU	36	1,97		
382					Portela do Vale	AO	31	0,56		
383						AO	32	1,17		
384						AO	33	1,75		
385					Vale da Abroja	AO	44	6,06		
386					Tapada do Pedro	AO	63	1,22		
387					João Nunes Afonso	Corga do Mangaz	AN	64	5,13	
388					Manuel Almeida Peres	António de Almeida Peres	Francisco de Almeida Peres	Azenha de Baixo	BJ	43
389	António de Almeida Peres					Francisco de Almeida Peres	Pé Fernandes	BG	36	0,77
390	Manuel Cardoso							BG	58	2,32
391							Corcovado	BH	17	0,96
392							Barreira da Horta	BJ	35	0,71
393							Vale da Azenha	BH	31	1,63
394							Horta da Barroca	BU	33	0,07
395	Manuel Francisco Nunes						Moncalco	BM	31	1,86
396							Nave	BM	18	0,17
397		Ribeiro	BM	52			0,01			
398		Moncalvo	AO	96			0,22			
399	Manuel Lourenço Henriques				Vale do Paio	AS	61	1,48		
400	Manuel Nunes Afonso				Vale das Barrocas	BM	120	0,78		
401					Bertelinho	BM	136	0,95		
402					Várzea	BU	37	0,46		
403	Manuel Rodrigues Gonçalves						Bartolinho	BU	43	0,22
404								BU	41	0,12
405		BU	5	0,36						
406		Várzea Fundeiro	BU	122			0,65			

Quadro 12 - Identificação dos Prédios Rústicos da propriedade.

ID	Nome do Aderente	2º Titular	3º Titular	4º Titular	Designação do prédio	Secção	Artigo	Área (ha)				
407	Manuel Rodrigues Gonçalves				Vale Penedo	BU	66	0,26				
408					Hortas	BU	108	0,08				
409					Valejo	BU	10	0,30				
410					Baleiras	BU	35	2,10				
411					Azinhais	BM	154	0,14				
412					Barroca dos Marmelos	BM	122	2,41				
413					Ponte	BM	174	0,13				
414					Vale de Junco	BL	43	0,23				
415					Tapadão	BJ	17	5,82				
416					Barroca do Pousão	BL	16	0,14				
417					Quenxoso	BV	13	0,26				
418					Pontão	BT	27	0,15				
419					Valejo	BU	11	0,38				
420					Serra	BL	9	2,99				
421					Boucha	BM	124	0,50				
422					Vale de Freixo	BM	115	0,60				
423					Barroca dos Marmelos	BL	38	1,13				
424					Marmelos	BU	32	0,87				
425					Maria Adélia Martins Afonso	Agostinho Almeida Afonso Martins Alzira do Carmo Martins Afonso			Serra da Magarefa	BL	10	8,93
426									Moinho e Vale do Paio	AS	12	11,54
427									Vale de Marmeleiros	AT	9	0,14
428					Maria Augusta Afonso				Costa das Figueiras"	AT	124	0,05
429									Lameiros	BI	131	0,27
430									Covadinha	BI	148	3,42
431	Lameiros	BI	158	1,28								
432	Os Palheiros	BI	177	0,08								
433	Barroca	BI	191	0,35								
434	Vale da Azenha	BH	47	2,35								
435	Lameiras	CC	20	1,02								
436	Monte	BL	61	0,16								
437		BL	63	0,06								
438	Vale de Trás	BV	5	2,44								
439	Canada	BV	30	1,27								
440	Cruz das Almas	BZ	4	1,11								
441	Maria Augusta Afonso Marques				Barroca do Mocho	BJ	4	1,39				
442					Barroca do Mocho	BJ	7	0,94				
443	Chã	BI	173	0,06								
444	Maria Conceição Agostinho Nunes				Vale da Lousa	AS	24	2,46				
445					Conheiras	AS	65	1,43				
446					Hortas da Ribeira	AS	70	0,42				
447					Vale dos Marmeleiros	AS	18	0,84				
448					Vale de Rocadas	BG	22	1,50				
449					Horta da Fonte	AT	11	0,35				
450					Risca da Horta	AT	79	0,09				
451					Vale do Marmeleiro	AU	50	1,85				
452					Horta da Fonte	AU	46	0,43				

Quadro 13 - Identificação dos Prédios Rústicos da propriedade.

ID	Nome do Aderente	2º Titular	3º Titular	4º Titular	Designação do prédio	Secção	Artigo	Área (ha)
453	Maria Conceição A. Nunes				Medronheira	AP	43	1,01
454	Maria da Piedade A. Henriques				Lameirinhos	BN	37	0,03
455	Maria das Dores Dias Grácio Pires				Canteiro	BM	164	0,30
456					Azinhai	BM	161	0,77
457					Bartolinho	BU	6	0,52
458					Monte da Goula	BT	90	0,21
459					Vale da Barroca	BL	2	5,30
460	Maria Delfina Gonçalves Mateus				Conheiras	AS	40	2,80
461					Valeira	AS	38	0,98
462					Vale de Lousa	AT	4	0,44
463					Chão da Quelha	AT	112	0,02
464					Costa das Figueiras	AT	125	0,04
465					Horta da Fonte	AU	41	0,11
466					Cabeceiro Alto	BF	7	0,36
467					Pé Fernandes	BG	56	1,00
468					Pé Fernandes	BG	57	0,82
469					Cabeceiro Alto	BF	6	0,35
470	Maria do Carmo Afonso Nunes				Canto	BU	46	0,18
471					Bartolinho	BU	2	0,11
472					Ribeiro	BM	8	0,50
473					Barroca da Fonte	BM	16	0,81
474					Vale de Junco	BL	34	0,92
475	Maria Gracinda Barata Gonçalves				Bertolinho	BU	40	0,21
476					Canto	BU	48	0,05
477					Sítio do Açude	BU	69	0,07
478					Cimada	BT	41	0,02
479					Barroca do Gaspar	BT	110	0,05
480	Maria Joana Filomena				Barroca do Pousão	BL	15	0,11
481					Várzea Rapoulinha	BI	2	0,08
482					Vale da Queda	BI	42	0,10
483					Jogo Malhão	BI	105	0,53
484					Cavadinha	BI	149	0,11
485	Maria José Levita Pires	José Luís Henriques dos	José Rodrigues Levita		Rib.Barr.Marinho V.F	BM	110	12,88
486	Maria Paula Marques Gonçalves	José Almeida Peres			Lameiras	CC	21	2,87
487	Maria Piedade Bernardino Rodrigues				Várzea	BJ	36	0,14
488					Azenha de Baixo	BJ	44	0,08
489					Rapoula	BI	55	0,16
490					Chão do Roque	BI	56	0,22
491					Tapada Nova	BI	87	0,08
492					Lameiro	BI	128	0,31
493					Rapoulinha	BI	68	0,05
494					Tapada da Rapoulinha	BI	69	0,08
495					Vale do Paio	AS	5	0,09
496		Maria Rosa Lourenço				Vale do Paio	AS	51
497					Várzea	BG	5	0,45
498						BG	10	0,33

Quadro 14 - Identificação dos Prédios Rústicos da propriedade.

ID	Nome do Aderente	2º Titular	3º Titular	4º Titular	Designação do prédio	Secção	Artigo	Área (ha)				
499	Maria Rosa Lourenço				Vale de Lousa	AT	3	0,32				
500	Maria Rosalina Rodrigues Almeida Agostinho						Cavadinha	AS	27	0,74		
501								BG	17	1,29		
502								BG	66	0,55		
503								AT	200	0,11		
504								AU	42	0,04		
505								BG	20	1,70		
506	Maria Suzete Gonçalves Lourenço				João Rodrigues Afonso			Valeda Lousa	AT	7	1,32	
507	Natércia Maria Gonçalves A. Fernandes									Vale de Tredo	BI	137
508					Monte da Cunha	BL	62				1,21	
509					Vale	BV	6				2,56	
510					Currala	BV	23				0,52	
511		Canteiros	BV	34	6,04							
512		Lameiras	CC	18	1,77							
513		Linhares	BI	132	0,32							
514		Jogo Malhão	BI	123	0,36							
515		Portela	BH	59	0,29							
516			BH	61	0,15							
517		Ortelinda Lourenço Rodrigues			Valeira	AS	39				0,16	
518						Vale da Lousa	AS				73	0,09
519						Canto	AS				72	2,12
520						Vale de Mato	BG				15	0,97
521						Costa das Figueiras	AT				114	0,05
522							AT				115	0,05
523						Vale do Mato	AT				208	1,79
524						Horta da Fonte	AU				3	0,91
525	Barroca do Pousão					BL	18	0,16				
526	Serra da Magarefa					AP	89	0,90				
527	Vale do Paio					AS	1	0,51				
528	Várzea					BG	4	1,36				
529	Pé Fernandes	BG	61	0,82								
530	Várzea	BI	84	0,31								
531		BH	44	0,60								
532	Vale da Lousa	AS	32	0,59								
533	Alqueirinho	AS	56	1,70								
534	Risca	BI	14	0,34								
535	Medronheira	AP	46	0,57								
536	Conheiras	AS	68	0,56								
537		AS	67	0,14								
538	Horta da Fonte	AU	2	0,47								
539	Rogério Nunes da Costa				Tapada do Moinho	BV	20	3,52				
540	Rui Manuel Rodrigues Gonçalves						Vale dos Marmeleiros	AS	35	2,53		
541		Pé Fernandes	BG	54				0,29				
542		Risca da Horta	AT	80				0,55				
543		Monte da Cunha	BL	60				0,14				
544			BL	64				0,24				

Quadro 15 - Identificação dos Prédios Rústicos da propriedade.

ID	Nome do Aderente	2º Titular	3º Titular	4º Titular	Designação do prédio	Secção	Artigo	Área (ha)
545	Soc. Agrícola Horta Grande, Lda.	José Martins Rodrigues			Pé Fernandes	BG	52	3,04
546						BG	31	0,93
547					Pousão	BL	12	12,52
548					Barroca da Cilha	BL	56	2,56
549					Barroca do Açude	BJ	23	9,03
550					Eira	BI	45	2,23
551					Regadeira da Nora	BH	5	8,09
552					Regadia Grande	BH	9	2,32
553					Fonte das Almoinhas	CC	4	0,26
554					Vale do Paio	AS	59	0,89
555					Barroca do Braço	BJ	25	2,36
556					Barreira da Horta	BJ	34	0,99
557					Varginha	BH	10	0,23
558					Regadia	BH	6	0,18
559					Corcovado	BH	16	1,09
560					Varginha	BH	11	0,18
561						BH	77	1,28
562					Barroca das Madeiras	BJ	1	3,77
563					Couca	BJ	21	0,41
564					Herdade	BJ	22	17,72
565					Barroca do Braço	BJ	29	6,01
566					Várzea da Azenha	BJ	41	0,24
567					Azenha de Baixo	BJ	40	2,64
568					Azenha de Baixo	BJ	42	0,25
569					Vale D'Azenha	BH	13	1,34
570					Moinho de Vento	BH	19	1,47
571					Moinheco	BJ	24	0,73
572	Tiago André Alves Henriques				Pé Fernandes	BG	59	2,18
573	Tomás Nunes Almeida				Risca	BI	21	0,27
574		Ribeiro	BI	65	3,11			
575	Tomáz Lourenço Marcelino				Cabeço dos Bois	AP	68	0,89
576		Serra da Magarefa	AP	85	7,50			
577	Trindade Rodrigues Afonso				Vale da Queda	BI	39	0,78

1.2.2 Inserção administrativa

A área de estudo localiza-se no Distrito e Concelho de Castelo Branco e inserida na Freguesia de Sarzedas.

Quanto ao enquadramento 1:25 000, a UGF encontra-se na folha da Carta Militar n.º 279.

1.2.3 Localização e acessibilidade da exploração

O acesso à ZIF partindo de Castelo Branco realiza-se pela estrada N233 que faz ligação entre Castelo Branco e Sarzedas. Após a aldeia de Sarzedas, seguir à direita no cruzamento. Seguindo pela EN548, a ZIF encontra-se à direita.

2. CARACTERIZAÇÃO BIOFÍSICA DA PROPRIEDADE

Os fatores físicos mais relevantes para a caracterização de um povoamento florestal e das suas potencialidades são a altitude, declives, exposições, clima e os solos, a análise destes fatores foi feita com base na produção do Modelo Digital do Terreno (MDT), carta litológica e carta de solos da área de estudo.

2.1 Variáveis Fisiográficas - Altimetria, Declives e Exposições

2.1.1 Altimetria

A altitude influencia a variação dos elementos climáticos, afeta a distribuição do coberto vegetal, o tipo de intervenção e a condução dos povoamentos. O relevo provoca a formação de microclimas e tem uma grande influência nos regimes de ventos.

A altitude está frequentemente associada com a distribuição dos combustíveis, existindo espécies que não se adaptam a determinadas altitudes. No fundo dos vales junto das linhas de água é frequente encontrar culturas agrícolas. Associada com o aumento da altitude, existe a diminuição da temperatura em 1°C por cada 154 metros, sendo também a pluviosidade mais elevada no topo das cordilheiras.

Os valores de altitude da ZIF variam entre os 260 e 509 m. O Quadro seguinte caracteriza a variação e respetiva percentagem de área que cada classe representa.

Quadro 16 - Distribuição percentual das classes de altimétricas da ZIF.

UGF	Classes Altimétricas (m)	% Área
ZIF de Sarzedas - Magarefa	260 - 310	37
	310 - 360	48
	360 - 410	10
	410 - 460	3
	460 - 509	2

2.1.2 Declives

O declive tem uma influência direta numa série de processos, nomeadamente, no processo de erosão, na infiltração das águas e no ângulo de incidência dos raios solares. A inclinação do terreno condiciona também o uso que se dá a uma determinada área, bem como a utilização de maquinaria no terreno.

No quadro 16 estão identificadas as percentagens correspondentes a cada classe de declives da ZIF. Estes valores são de certa forma subjetivos uma vez que não revelam a presença de afloramentos rochosos, nem a pedregosidade existente na camada superficial do solo.

Quadro 17 - Distribuição percentual das classes de declive da UGF.

UGF	Classes Declive	% Área
ZIF de Sarzedas - Magarefa	0 - 10	29
	10 - 20	41
	20 - 30	19
	30 - 40	8
	>40	3

2.1.3 Exposições

A exposição, tal como a altitude, são fatores determinantes na distribuição das comunidades vegetais. As encostas orientadas a Sul e a Nascente recebem mais cedo e ao longo da maior parte do dia a radiação solar. Enquanto as encostas orientadas a Norte e a Poente, só a partir do meio-dia solar é que se consegue captar a energia do Sol. Numa perspetiva fitoclimática pode afirmar-se que as espécies vegetais heliófilas (esteva, rosmaninho etc.) distribuem-se preferencialmente nas encostas viradas a Sul e as espécies ciáfilas pelas encostas viradas a Norte.

Um outro aspeto importante relacionado com as exposições de encostas passa pela carga combustível e pelo seu teor em humidade. Zonas com exposição Oeste e Sul encontram-se geralmente mais quentes e secas do que as expostas a Norte e Este, apresentando por isso, uma menor quantidade de combustível. No entanto, este combustível apresenta menos teor de humidade, logo maior propensão para a ignição.

Fazendo uma breve análise do quadro seguinte, verifica-se que dominam as encostas viradas a Norte, representando 27% da área, seguindo-se as encostas com exposição a Este (25%), a Oeste (24%), a Sul (22%) e encostas sem exposição (3%).

Quadro 18 - Distribuição percentual das classes de exposição da UGF.

UGF	Classes Exposição	% Área
ZIF de Sarzedas - Magarefa	Sem Exposição	3
	Este	25
	Sul	22
	Oeste	24
	Norte	27

2.1.4 Hidrografia

Este parâmetro fisiográfico está diretamente relacionado com a circulação e o escoamento das águas superficiais. Numa perspetiva de enquadramento, é de referir que o Concelho de Castelo Branco faz parte da bacia hidrográfica do Rio Tejo e é drenado por várias sub-bacias, das quais as mais importantes são a bacia do Rio Ocreza e a bacia do Rio Ponsul, que drenam respetivamente, cerca de 60% e de 35% da área do Concelho. A restante área do Concelho (cerca de 5%) é drenada por outras pequenas bacias afluentes do Rio Tejo.

Relativamente à ZIF pode referir-se, que existem algumas linhas de água de carácter permanente, como a Ribeira da Magueija que atravessa toda a área de estudo da zona Oeste para Este. Além deste curso de água principal, temos ainda a presença de alguns dos seus afluentes como é o caso do Ribeiro das Almoinhas, Ribeiro do Vale de Maria Dona e Ribeiro do Cadaboso.

Na ZIF existe ainda um elevado número de linhas de água de cariz temporário (Mapa 1).

A vegetação associada às linhas de água e zonas húmidas desempenha um importante papel no funcionamento dos ecossistemas associados, proporcionando habitats de alimentação, abrigo e reprodução para um grande número de espécies terrestres, aquáticas e anfíbias, muitas delas com estatuto de conservação. A sua remoção ou artificialização conduz a uma perda de capacidade de suporte para a generalidade das espécies que dela dependem. **A manutenção destas zonas húmidas e da vegetação ripícola em geral tem uma importância fundamental para o ecossistema e no geral para a valorização da paisagem.**

2.2 Clima

O clima pode definir-se como o conjunto das condições meteorológicas vigentes durante um certo intervalo de tempo. É a principal causa determinante na distribuição de todos os seres vivos. Os dados climáticos são de grande importância para o planeamento das intervenções de ordenamento florestal, particularmente ao permitirem determinar o leque de espécies possíveis, prever o risco de erosão e estabelecer medidas para a sua mitigação, tal como, planear e alertar os meios necessários para a prevenção dos incêndios, perceber o fluxo turístico, o tipo de uso do solo existente, que no seu conjunto permitam uma leitura geral da paisagem. Para a caracterização climática foram tidos em consideração os dados que constam no Atlas do Ambiente.

Quadro 19 - Dados Climáticos (Fonte: Atlas do Ambiente).

UGF	Temperatura (°C)	Precipitação (mm)	Humidade do Ar (%)	Geada (n.º dias)
ZIF de Sarzedas - Magarefa	Entre 12,5 - 15	Entre 1000 - 1200	Inferior 65 Entre 65 - 70	Entre 10 e 30

A temperatura é um dos elementos mais importantes para a caracterização de um determinado clima. Tem influência direta no desenvolvimento vegetativo e está correlacionada com os mecanismos fisiológicos das plantas e dos animais. Um outro aspeto de relevância, é a distribuição sazonal da temperatura, que quando atinge valores muito elevados por períodos muito longos

conduz a um forte grau de secura dos combustíveis florestais, aspeto por vezes determinante na severidade de um fogo. Analisando o Quadro 18, verifica-se que a ZIF apresenta valores médios anuais de temperatura que oscilam entre os 12,5°C e os 15°C.

Relativamente à precipitação, está abrangida por um intervalo entre os 1000 e 1200 mm.

A humidade do ar, apresenta valores inferiores a 65% e no intervalo entre 65 - 70%.

O interesse de englobar a **geada** na caracterização climática do território é devido à influência que este parâmetro tem sobre as culturas, dado que a sua ocorrência pode originar grandes prejuízos e perdas, especialmente em determinadas fases do desenvolvimento vegetativo, sendo que a ZIF se insere no intervalo de 10 a 30 dias.

No que respeita às Zonas ecológicas é de referir:

A Carta Ecológica de Portugal baseia-se na silva climática onde são consideradas espécies florestais ou arborícolas indicadoras do clima e também em índices de caracterização termo pluviométricos. A Zona Ecológica é a unidade fundamental desta classificação e corresponde a um tipo de ambiente definido por agrupamentos de espécies florestais dominantes. A definição das Zonas Ecológicas teve como ponto de partida os cinco polos de diferenciação ecológica (Atlântico, Termo Atlântico, Oro-Atlântico, Eumediterrâneo e Ibérico). Definiram-se 30 Zonas Fitoclimáticas e 7 Zonas edafo-climáticas (Albuquerque, 1954).

A ZIF encontra-se abrangida por uma zona ecológica submediterrânea (SM) do tipo fitoclimática, que corresponde ao nível Basal (altitude inferior a 400m).

2.3 Solo

Os fatores edáficos são após os agentes climáticos, os elementos mais importantes que influenciam direta ou indiretamente a sucessão das comunidades vegetais. Na ZIF efetuou-se uma análise da litologia e da capacidade de uso do solo.

2.3.1 Litologia / Capacidade de Uso do Solo

Para a caracterização deste ponto, tomou-se de referência, a Carta Litológica de Portugal Continental, Atlas do Ambiente, elaborada pela Estação Agronómica Nacional.

No que respeita à natureza do perfil de solo, a ZIF apresenta solos do tipo Regossolos (56%) e Luvisolos (46%), (Quadro 20).

Quadro 20 - Tipos de Solo da UGF (Fonte: Atlas do Ambiente).

UGF	Tipo de Solo	Área (ha)	%
ZIF de Sarzedas - Magarefa	Regossolos	564,95	56
	Luvisolos	722,52	46

Em termos litológicos na ZIF existe uma formação sedimentar e metamórfica de Xistos, grauvaques (Complexo xisto-grauváquico), (51%) e uma formação sedimentar de Cascalheiras de planalto, arcoses da Beira Baixa, arenitos, calcários (45%) e Areias, calhaus rolados, arenitos pouco consolidados, argilas (4%), (Quadro 21).

Quadro 21 - Litologia da UGF (Fonte: Atlas do Ambiente).

UGF	Complexo Litológico	Designação	Área (ha)	%
ZIF de Sarzedas - Magarefa	Formações Sedimentares e metamórficas	Xistos, grauvaques (Complexo xisto-grauváquico)	661,57	51
	Formações Sedimentares	Cascalheiras de planalto, arcoses da Beira Baixa, arenitos, calcários	570,16	45
		Areias, calhaus rolados, arenitos pouco consolidados, argilas	55,74	4

Relativamente à capacidade de uso, os solos são agrupados em classes que apresentem o mesmo nível de limitações e/ou riscos de deterioração semelhantes, que afetam o seu uso durante um período de tempo longo. Como se pode verificar no quadro seguinte, na ZIF temos presente três classes de capacidade de uso do solo, 1% da classe A (Agrícola), 85% da classe F (utilização não agrícola - florestal) e 14% da classe A + F (Complexos).

Quadro 22 - Capacidade de Uso do Solo da UGF.

UGF	Classe	Utilização	Área (ha)	%
ZIF de Sarzedas - Magarefa	Classe A	Agrícola	4,80	1
	Classe F	Não Agrícola (Florestal)	1100,81	85
	Classe A+ F	Complexos	181,86	14

2.4 Fauna, flora e habitats

Recursos faunísticos

A ZIF não integra nem Zona de Proteção Especial (ZPE), nem Sítio de Importância Comunitária (SIC), nem Important Bird Área (IBA) e nem corredor ecológico.

A ZIF está inserida na Zona de Caça Municipal da Malhada do Cervo (Proc. n.º 3062 - ICNF) e na Zona de Caça Municipal das Sarzedas (Proc. n.º 2720 - ICNF) e regista-se a presença da seguinte fauna cinegética:

Mamíferos: Lebre (*Lepus europaeus*), coelho-bravo (*Oryctolagus cuniculus*), raposa (*Vulpes vulpes*), saca-rabos (*herpestes ichneumon*) e javali (*Sus scrofa*).

Aves: Rola comum (*streptopelia turtur*), perdiz-vermelha (*Alectoris rufa*), tordo comum (*Turdus philomelos*), pombo-torcaz (*Columba palumbus*) e tordo-ruivo (*Turdus iliacus*).

Recursos florísticos

A componente florestal é bastante acentuada, originando a seguinte composição florística:

Estrato Arbóreo:

- Azinheira - *Quercus rotundifolia*;
- Pinheiro bravo - *Pinus pinsater*;
- Pinheiro radiata - *Pinus radiata*;
- Eucalipto - *Eucalyptus globulus*;
- Sobreiro - *Quercus suber*;
- Freixo - *Fraxinus angustifolia*;
- Folhosas ripícolas - Amieiro, Salgueiro e Freixo; e
- Invasoras lenhosas - Acácia mimosa (*Acacia dealbata*).

Estrato Arbustivo:

- Esteva - *Cistus ladanifer*;
- Giestas - *Cytisus sp*;
- Rosmaninho - *Lavandula stoechas*;
- Urze - *Erica arborea*;
- Carqueja - *Baccharis trimera*;
- Medronheiro - *Arbutus unedo*.

Habitats

No que respeita aos habitats, foi identificado o seguinte habitat natural e semi-natural de interesse comunitário:

- Galerias ripícolas da ribeira da Magueija - Florestas aluviais de *Alnus glutinosa* e *Fraxinus excelsior* (Alno-Padion, *Alnion incanae*, *Salicion albae*), (**habitat 91E0**), subtipo Amiais ripícolas (**habitat 91E0pt1**)

HABITAT 91E0 - Florestas aluviais de *Alnus glutinosa* e *Fraxinus excelsior* (Alno-Padion, *Alnion incanae*, *Salicion albae*), subtipo Amiais ripícolas (habitat 91E0pt1**)**

Bosques de amieiros e salgueiros de margens de cursos de água permanentes (galerias ripícolas), comum em quase todas as bacias hidrográficas.

Tem como **ameaças** o abandono da gestão tradicional, limpeza desregrada das margens dos cursos de água, construção de obras hidráulicas e corte para madeira, alterações ao nível das toalhas freáticas e o pastoreio por gado ovino no verão.

Relativamente a **orientações de gestão**, deve-se condicionar as práticas de limpeza das margens dos cursos de água, interditar o corte de material lenhoso, condicionar obras de hidráulica que

provoquem alterações ao nível das toalhas freáticas, interdição ao pastoreio na área de ocupação do habitat e eventualmente contratualização do uso na área de ocupação atual do habitat.

2.5 Pragas, doenças e infestantes

A fitossanidade florestal quando abordada exige a referência de alguns dos aspetos críticos que sendo determinantes para o estado de desenvolvimento das árvores, poderão ajudar o gestor na tomada de decisão.

A maior ou menor intensidade, bem como o seu grau de dispersão, do ataque de pragas em árvores isoladas ou povoamentos depende essencialmente do vigor com que estas se encontram, da qualidade da estação, de como foi efetuada a sua plantação e das condições climatéricas a que se encontram sujeitas. É de salientar que condições de seca extrema ou de encharcamento prolongado (stress hídrico), afetam a atividade das raízes, o vigor das árvores e aumentam a suscetibilidade a pragas e a doenças.

Para além dos aspetos já referidos, outros existem que podem ser determinantes na suscetibilidade ou resistência das árvores aos diferentes agentes e por conseguinte na forma como evolui o estado fitossanitário da floresta, tais como, operações de silvicultura essenciais à correta gestão, mas que se não forem executadas corretamente detêm um carácter negativo.

O Decreto-Lei n.º 95 de 8 de agosto de 2011, retificado pela Declaração de Retificação n.º 30-A de 7 de outubro de 2011, estabelece medidas extraordinárias de proteção fitossanitária indispensáveis ao controlo do Nemátodo da Madeira do Pinheiro (NMP). Assim, se na ZIF for detetada a presença de coníferas identificadas como infetadas ou hospedeiras, deve dar-se cumprimento ao previsto no Decreto-Lei n.º 95 de 8 de agosto de 2011.

Relativamente a pragas e doenças presentes, registou-se a presença pouco significativa de Processionária do Pinheiro, nas áreas de Pinheiro bravo.

Já as pragas e doenças potenciais, podemos destacar o Nemátodo da madeira do Pinheiro e o Cancro resinoso do Pinheiro, nas áreas de Pinheiro bravo, o Gorgulho do Eucalipto, a Broca do Eucalipto e o Cancro do Eucalipto, nas áreas de Eucalipto, a Cobrilha da cortiça, Cobrilha dos ramos, Plátipo e Carvão do entrecasco, nas áreas de Sobreiro e a Fitóftora nas áreas de Azinheira.

Os quadros seguintes fazem síntese das pragas e doenças presentes e potenciais, consoante as espécies presentes na ZIF.

Quadro 23 - Síntese de Pragas e Doenças presentes na UGF.

Espécie	Pragas	Doenças	Medidas de controlo e prevenção
Pinheiro bravo	Processionária do Pinheiro		Processionária do pinheiro
			<ul style="list-style-type: none"> Os danos provocados pela processionária passa por árvores debilitadas que vão favorecer o aparecimento de outras pragas e provocar a morte de árvores mais debilitadas; A forma de identificar uma infestação é através do seu estágio em cada época do ano. No Inverno os sintomas mais comuns são a formação de ninhos de seda nos topos dos pinheiros e na Primavera filas de lagartas a percorrerem os troncos dos pinheiros; O tratamento fitossanitário vai depender da época do ano, do local e do grau de infestação, mas passa por aplicação de inseticidas.

Quadro 24 - Síntese de Pragas e Doenças potenciais na UGF.

Espécie	Pragas	Doenças	Medidas de controlo e prevenção
Pinheiro bravo	-	Nemátodo da Madeira do Pinheiro Cancro Resinoso do Pinheiro	Nemátodo da madeira do Pinheiro
			<ul style="list-style-type: none"> É um verme microscópico, do grupo das lombrigas, que ataca preferencialmente pinheiros e outras árvores resinosas; Os sintomas das árvores afetadas são o amarelecimento e murchidão das agulhas, manutenção das agulhas mortas por período prolongado, diminuição da produção de resina e secura total da copa; As principais medidas que se impõem são o abate e remoção das árvores mortas ou com sintomas de declínio, de preferência entre Novembro e Março e eliminação de todos os sobrantes da exploração florestal (para evitar a multiplicação do insto vetor).
			Cancro Resinoso do Pinheiro
			<ul style="list-style-type: none"> Este fungo pode propagar-se através do vento, da água, de insetos, das sementes, do substrato e até dos contentores. No caso de árvores adultas, o fungo precisa de uma porta de entrada que pode ser ramos partidos pelo vento, danos provocados por insetos ou feridas de poda entre outros; O sintoma mais característico é o aparecimento de exsudações abundantes de resina no tronco e nos ramos, geralmente associados à presença de cancrios. Na parte aérea incluem o amarelecimento das agulhas, que acabam por ficar avermelhadas e caírem, e a seca de ramos; Sempre que é confirmado um caso positivo, o material infetado tem de ser destruído, sendo que, no caso das plantas ou das sementes, todo o lote é destruído.
Eucalipto	Gorgulho do Eucalipto Broca do Eucalipto	-	Gorgulho do Eucalipto
			<ul style="list-style-type: none"> Inseto desfolhador que ataca folhas adultas e recém formadas; Ataques são intensos pode roer a casca dos ramos terminais. Provoca a quebra do crescimento, podendo levar à seca dos ramos terminais e à bifurcação dos troncos, com consequências em termos de aproveitamento da madeira; Luta química com fungicidas homologados; Medidas preventivas, aconselha-se a utilização em novas plantações de espécies ou clones de eucaliptos adaptadas às condições locais e tolerantes à doença, evitar adubações excessivas; Quando forem detetadas arvores doentes proceder ao corte e queima do material afetado.
			Broca do Eucalipto
			<ul style="list-style-type: none"> Insetos perfuradores do tronco e entrecasco do eucalipto, estando presentes em Portugal, a <i>Phoracantha semipunctata</i> e a <i>Phoracantha recurva</i>; Afetam preferencialmente árvores debilitadas pela seca, fogos ou por fatores de stresse, as quais emitem odores que atraem os insetos adultos; Toros recém cortados são também suscetíveis de serem atacados; Os ataques são mais prováveis nas regiões mais quentes; Os principais sintomas passam pela copa seca ou a secar, tronco com exsudações de quino, rebentação ao longo do tronco e presença de serrim, galeias larvares, orifícios de emergência dos insetos adultos e sinais de predação por pica-paus; O método de controlo mais importante é a prevenção, evitando plantar em zonas suscetíveis a fatores de stresse como regiões com verões muito quentes, secos e prolongados.

Quadro 25 - Síntese de Pragas e Doenças potenciais na UGF.

Espécie	Pragas	Doenças	Medidas de controlo e prevenção
Eucalipto	-	Cancro do Eucalipto	<p style="text-align: center;">Cancro do Eucalipto</p> <ul style="list-style-type: none"> Sintomas típicos da doença são lesões necróticas nos tecidos do caule, ao longo do tronco e nos ramos, manifestando-se inicialmente pelo escurecimento do tecido da casca e do lenho; Adotar meios de luta, como o uso de fungicidas homologados para esta doença em floresta; Como medidas preventivas aconselha-se a utilização de novas plantações de espécies ou clones de eucaliptos adaptadas às condições locais e tolerantes à doença e evitar adubações excessivas.
			<p style="text-align: center;">Cobrilha da cortiça</p> <ul style="list-style-type: none"> O escaravelho tem 15mm de comprimento, cor verde-bronzeado, com franjas nos élitros ataca o tronco da árvore. Na sua forma larvar entram na cortiça para escavarem galerias e posteriormente na fase de adulto emergem por pequenos orifícios para o exterior; Os sintomas passam pelo aparecimento de manchas amareladas na casca e aquando a operação de descortiçamento, que se torna mais difícil e provoca feridas na árvore de difícil cicatrização, tornando-se uma porta de entrada para vários fungos; As medidas preventivas prendem-se com a adoção de técnicas culturais ou silvícolas adequadas e que visem melhorar as condições vegetativas do montado (Fertilizações, correção do pH do solo, etc.). <p style="text-align: center;">Cobrilha dos ramos</p> <ul style="list-style-type: none"> É uma praga, em que na forma adulta é de cor verde com faixas azuladas nos élitros e com 10 a 20mm de comprimento. Os sintomas passam por ramos mortos, casca levantada nos ramos, galerias debaixo da casca dos ramos e presença de larvas. Vai provocar a presença de folhas avermelhadas nos ramos, redução da produção de madeira, cortiça e bolota, deformações nas árvores se as galerias são perfuradas no ramo principal e árvores fortemente enfraquecidas que podem acabar por morrer; As medidas preventivas prendem-se com a adoção de técnicas culturais com podas e queima dos ramos atacados, na Primavera, antes da emergência dos adultos. <p style="text-align: center;">Plátipo</p> <ul style="list-style-type: none"> Os principais sintomas são as folhas do sobreiro tornam-se avermelhadas ou acastanhadas. Primeiro, “seca” uma pernada e posteriormente as seguintes até a copa ficar com a folhagem toda acastanhada. Apesar de não haver luta direta deve-se fazer a retirada das árvores secas e doentes antes da emergência dos insetos adultos pois irá diminuir a progressão da dispersão dos insetos; A fim de diminuir a progressão deve colocar-se armadilhas com feromonas a fim de atrair as fêmeas e retirar assim dos povoamentos um grande número de insetos que por sua vez iriam produzir um grande número de descendentes. Danos e sintomas: amarelecimento e seca generalizada da copa, ramos mortos ou com pouca folhagem, folhas secas e enroladas, podendo permanecer agarradas aos ramos, podridão do colo e das raízes; Os meios de luta a adotar passam por utilizar plantas sãs nos repovoamentos, efetuar a instalação de novos povoamentos em solos bem drenados e não movimentar solos que estejam contaminados. <p style="text-align: center;">Carvão do Entrecasco</p> <ul style="list-style-type: none"> Doença causada pelo fungo <i>Biscogniauxia mediterrânea</i>; Os sintomas da doença são a descoloração e rarefação progressiva da copa, manchas negras na casca com exsudações de líquido viscoso e fendilhamento do tronco e ramos; Como medidas preventivas aconselha-se a monitorização de novos ataques, poda dos ramos e abate de árvores atacadas, remoção de material infetado e desinfecção de instrumentos de poda e descortiçamento.
Sobreiro	Cobrilha da cortiça Cobrilha dos ramos Plátipo	Carvão do entrecasco	<p style="text-align: center;">Cobrilha da cortiça</p> <ul style="list-style-type: none"> O escaravelho tem 15mm de comprimento, cor verde-bronzeado, com franjas nos élitros ataca o tronco da árvore. Na sua forma larvar entram na cortiça para escavarem galerias e posteriormente na fase de adulto emergem por pequenos orifícios para o exterior; Os sintomas passam pelo aparecimento de manchas amareladas na casca e aquando a operação de descortiçamento, que se torna mais difícil e provoca feridas na árvore de difícil cicatrização, tornando-se uma porta de entrada para vários fungos; As medidas preventivas prendem-se com a adoção de técnicas culturais ou silvícolas adequadas e que visem melhorar as condições vegetativas do montado (Fertilizações, correção do pH do solo, etc.). <p style="text-align: center;">Cobrilha dos ramos</p> <ul style="list-style-type: none"> É uma praga, em que na forma adulta é de cor verde com faixas azuladas nos élitros e com 10 a 20mm de comprimento. Os sintomas passam por ramos mortos, casca levantada nos ramos, galerias debaixo da casca dos ramos e presença de larvas. Vai provocar a presença de folhas avermelhadas nos ramos, redução da produção de madeira, cortiça e bolota, deformações nas árvores se as galerias são perfuradas no ramo principal e árvores fortemente enfraquecidas que podem acabar por morrer; As medidas preventivas prendem-se com a adoção de técnicas culturais com podas e queima dos ramos atacados, na Primavera, antes da emergência dos adultos. <p style="text-align: center;">Plátipo</p> <ul style="list-style-type: none"> Os principais sintomas são as folhas do sobreiro tornam-se avermelhadas ou acastanhadas. Primeiro, “seca” uma pernada e posteriormente as seguintes até a copa ficar com a folhagem toda acastanhada. Apesar de não haver luta direta deve-se fazer a retirada das árvores secas e doentes antes da emergência dos insetos adultos pois irá diminuir a progressão da dispersão dos insetos; A fim de diminuir a progressão deve colocar-se armadilhas com feromonas a fim de atrair as fêmeas e retirar assim dos povoamentos um grande número de insetos que por sua vez iriam produzir um grande número de descendentes. Danos e sintomas: amarelecimento e seca generalizada da copa, ramos mortos ou com pouca folhagem, folhas secas e enroladas, podendo permanecer agarradas aos ramos, podridão do colo e das raízes; Os meios de luta a adotar passam por utilizar plantas sãs nos repovoamentos, efetuar a instalação de novos povoamentos em solos bem drenados e não movimentar solos que estejam contaminados. <p style="text-align: center;">Carvão do Entrecasco</p> <ul style="list-style-type: none"> Doença causada pelo fungo <i>Biscogniauxia mediterrânea</i>; Os sintomas da doença são a descoloração e rarefação progressiva da copa, manchas negras na casca com exsudações de líquido viscoso e fendilhamento do tronco e ramos; Como medidas preventivas aconselha-se a monitorização de novos ataques, poda dos ramos e abate de árvores atacadas, remoção de material infetado e desinfecção de instrumentos de poda e descortiçamento.

Quadro 26 - Síntese de Pragas e Doenças potenciais na UGF.

Espécie	Pragas	Doenças	Medidas de controlo e prevenção
Azinheira	-	Fitóftora	Fitóftora
			<ul style="list-style-type: none"> Danos e sintomas: amarelecimento e seca generalizada da copa, ramos mortos ou com pouca folhagem, folhas secas e enroladas, podendo permanecer agarradas aos ramos, podridão do colo e das raízes; Os meios de luta a adotar passam por utilizar plantas sãs nos repovoamentos, efetuar a instalação de novos povoamentos em solos bem drenados e não movimentar solos que estejam contaminados.

Relativamente a infestantes na área da ZIF, surgem focos dispersos, de **Acácia-mimosa (*Acacia dealbata*)**, sendo que estas áreas devem ser constantemente monitorizadas e sempre que se detete algum novo foco, devem-se implementar os meios de luta adequados.

Quadro 27 - Métodos de controlo utilizados na Acácia-mimosa.

FÍSICO	Arranque Manual	<ul style="list-style-type: none"> Método adequado a Plântulas ou Plantas jovens ($\emptyset \leq 1\text{cm}$); Realizar o arranque na época das chuvas, facilita a remoção; Deve garantir a remoção das raízes de maiores dimensões. 	
	Corte com Motorroçadora	<ul style="list-style-type: none"> Realizar em plantas jovens que germinaram por semente com $\emptyset \leq 3\text{cm}$; Realizar em dias quentes (setembro a outubro) em condições de segurança (risco incêndio). 	
	Descasque	<ul style="list-style-type: none"> Realizar em plantas adultas com casca lisa, sem feridas; Fazer anel contínuo no tronco a 30 cm do solo e remover toda a casca até ao solo (março e abril). 	
FÍSICO + QUÍMICO	Corte combinado com aplicação de herbicida	<ul style="list-style-type: none"> Realizar e aplicar a plantas adultas. Corte do tronco rente ao solo quanto possível e aplicação imediata de herbicida (princípio ativo: glifosato) na touça; Se houver formação de rebentos com 25-50 cm de altura, estes devem ser alvo de pulverização foliar com herbicida (princípio ativo: glifosato). 	
QUÍMICO	Aplicação foliar de herbicida	<ul style="list-style-type: none"> Aplica-se a rebentos jovens (25-50 cm de altura) ou germinação elevada (tipo tapete de acácias); Pulverizar com herbicida (princípio ativo: glifosato) limitando a aplicação à espécie-alvo (março a maio). 	
	Injeção com herbicida (Plantas Adultas)	Golpe/Entalhe	Realizar golpes com um serrate em volta do tronco sem se tocarem com uma inclinação de 45°, injetar glifosato imediatamente em cada golpe, cerca de 1 ml por golpe.
		Furos	Fazer furos com berbequim com 10 cm de profundidade envolta do tronco com uma inclinação de 45°, aplicar 1 ml de herbicida imediatamente após o furo. Os furos devem ter entre eles 5-10 cm de distância.
CONTROLO BIOLÓGICO + FOGO CONTROLADO		Não se aplica.	

Quadro 28 - Métodos de controlo utilizados na Cana-comum.

CONTROLO	MÉTODO	OPERAÇÕES
FÍSICO	Arranque Manual	<ul style="list-style-type: none"> Método adequado a Plântulas ou Plantas jovens ($\emptyset \leq 20\text{cm}$); Realizar o arranque na época das chuvas, facilita a remoção; Deve garantir a remoção das raízes de maiores dimensões.
	Corte e remoção	<ul style="list-style-type: none"> Realizar em plantas com rizomas muito extensos; Garantir que não ficam rizomas de maiores dimensões no solo, devendo ser retirados do para queima; Os caules devem ser posteriormente destruídos.
FÍSICO + QUÍMICO	Corte combinado com aplicação de herbicida	<ul style="list-style-type: none"> Realizar e aplicar a plantas adultas. Corte do tronco rente ao solo quanto possível e aplicação imediata (impreterivelmente nos segundos que se seguem) de herbicida (princípio ativo: glifosato); Se houver formação de rebentos com 1 a 2m de altura, estes devem ser alvo de pulverização foliar com herbicida (princípio ativo: glifosato); A aplicação deve ser realizada após a floração.
QUÍMICO	Aplicação foliar de herbicida	<ul style="list-style-type: none"> Aplica-se a rebentos jovens (1 - 2m de altura); Pulverizar com herbicida (princípio ativo: glifosato) limitando a aplicação à espécie-alvo; Deve realizar-se após a floração (março a maio) e com recurso a pulverizadores.
CONTROLO BIOLÓGICO + FOGO CONTROLADO		Não se aplica.

2.6 Incêndios florestais, inundações e outros riscos naturais

A partir da informação disponibilizada no site do ICNF e SCRIF/IGeoE, relativa às estatísticas sobre os incêndios florestais, perigosidade, risco incêndio e áreas ardidas efetuou-se a análise deste conjunto de parâmetros. Este enquadramento será efetuado ao nível da Freguesia da área de estudo e particularizado sempre que possível à ZIF. Serão analisados parâmetros como, área ardida, risco de incêndio florestal e perigosidade de incêndio florestal.

2.6.1 Ocorrências / Área ardida

Segundo os dados disponíveis no *site* do ICNF período de 10 anos (período 2010-2020), não há registos de áreas ardidas.

2.6.2 Carta de Perigosidade

Em Portugal continental os prejuízos elevados resultantes da destruição de edificado e de vastas áreas de povoamentos florestais dos quais as populações retiram rendimentos, justifica a necessidade de se avaliar a perigosidade de incêndio florestal.

A utilização de variáveis com forte relação espacial para elaboração de um mapa de suscetibilidade e respetivas curvas de sucesso e de predição, com recurso a validação independente, permitem avaliar a perigosidade para todo o país, com base probabilística associada a cenários. Com um compromisso eficaz entre o número de variáveis e a capacidade preditiva é possível avaliar com objetividade a perigosidade de incêndio florestal.

A Cartografia de perigosidade de incêndio florestal utilizada no presente PGF é baseada na cartografia de perigosidade do PMDFCI do Município de Castelo Branco, sendo posteriormente cruzada com as parcelas da ZIF.

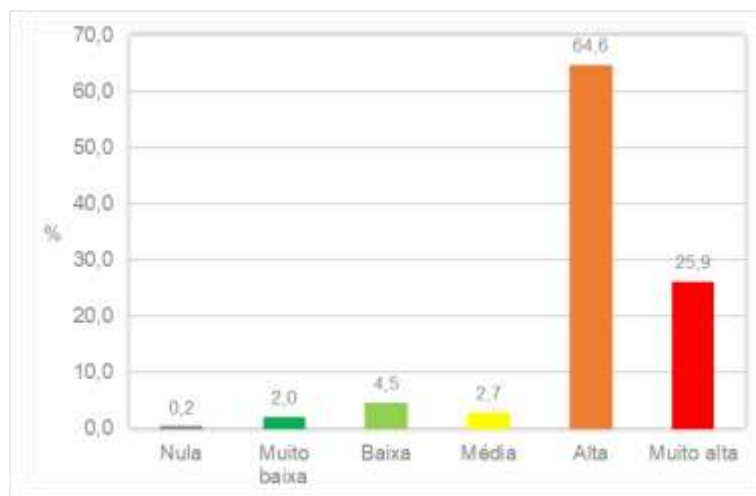


Figura 1 - Distribuição percentual da perigosidade de incêndio florestal na ZIF.

Fazendo uma breve análise (Figura 1) verifica-se que na ZIF 64,5% da área apresenta perigosidade alta, sendo a mais representativa. 25,9% apresenta perigosidade muito alta, 4,5% perigosidade baixa, 2,7% média, 2% muito baixa e 0,2% perigosidade nula.

O Mapa 4 apresenta a distribuição geográfica das classes de perigosidade de incêndio florestal.

2.6.3 Carta de Risco de Incêndio

O risco de incêndio traduz-se no produto da perigosidade pelo dano potencial, sendo este último o resultado do produto entre o valor económico dos elementos em risco e a vulnerabilidade que lhe é intrínseca, expressa no grau de perda a que determinado elemento está sujeito.

As cartas de Risco de Incêndio Florestal têm por objetivo apoiar o planeamento de medidas de prevenção aos fogos florestais, assim como a otimização dos recursos e infraestruturas disponíveis para a defesa e combate aos fogos florestais.

A deflagração de um incêndio nestas zonas, muitas delas já percorridas pelo fogo, torna uma situação que já é delicada, num acontecimento dramático, a nível ecológico e subsequentemente, ao nível da segurança para as populações.

Com recurso à análise do PMDFCI do Município de Castelo Branco foi elaborada a carta de risco de incêndio florestal, verificando-se que a classe com maior expressão 35,8%, corresponde a zonas onde o risco de incêndio é médio, 25% é alto, 21,4% é baixo, 11,8% é nulo e 6,1% é muito baixo (Figura 2).

O Mapa 5 apresenta a distribuição geográfica das classes de risco de incêndio florestal.

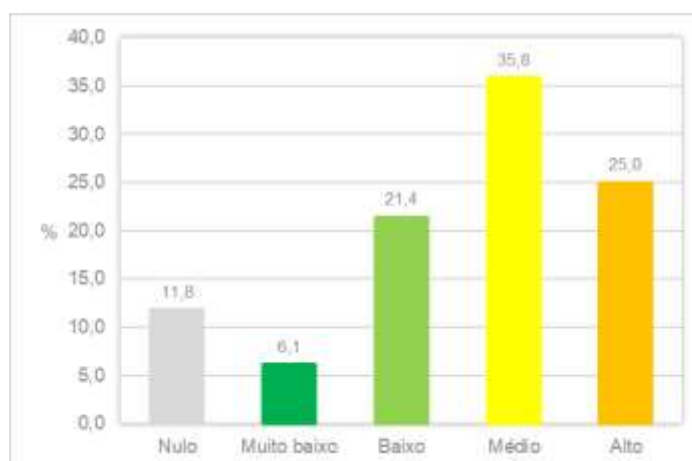


Figura 2 - Distribuição percentual do risco de incêndio florestal na ZIF.

3. REGIMES LEGAIS ESPECÍFICOS

3.1 Restrições de utilidade pública

O Plano Diretor Municipal (PDM) estabelece o modelo de estrutura espacial do território municipal, constituindo uma síntese da estratégia de desenvolvimento e ordenamento local, integrando as opções de âmbito nacional e regional com incidência na respetiva área de intervenção. O modelo de estrutura espacial assenta na classificação e na qualificação do solo.

O PDM define também as condicionantes/servidões e restrições de utilidade pública. Entende-se por servidão administrativa o ónus ou encargo imposto por uma disposição legal sobre uma propriedade, limitando o exercício do direito da propriedade, por razões de utilidade pública. Resulta imediatamente da Lei e do facto de existir um objeto que a Lei considere como dominante sobre os prédios vizinhos. Este estatuto contribui para maximizar a utilidade pública dos bens que a determinam. Quando o interesse público a conservar é abstrato, não corporizado na utilidade de um objeto concreto, chama-se restrição de utilidade pública.

A ZIF de Sarzedas - Magarefa localiza-se no Concelho de Castelo Branco, como tal segue o modelo de estrutura espacial do território municipal, PDM de Castelo Branco.

A atividade florestal está sujeita a algumas condicionantes legais que limitam o exercício do direito da propriedade, com vista a maximizar a utilidade pública de um determinado bem. Estas condicionantes resultam do reconhecimento da necessidade de salvaguardar o solo de usos indevidos ou limitar o solo a usos adequados.

De seguida faz-se referência às restrições de utilidade pública que podem ter maior impacto no planeamento florestal da ZIF (Mapa 6):

- **REN (Reserva Ecológica Nacional)** - Estabelece um conjunto de condicionamentos à ocupação, uso e transformações do solo, identificando os usos e as ações compatíveis com os objetivos desse regime nos vários tipos de áreas. Tem como principais objetivos proteger os recursos naturais água e solo; prevenir e reduzir os efeitos da degradação da recarga de aquíferos, dos riscos de inundação, de cheias, de erosão hídrica do solo etc. Nas áreas de REN são proibidas ações ou usos que se traduzam em operações de loteamento, obras de urbanização, construção e ampliação; vias de comunicação, aterros, escavações e destruição do coberto vegetal, não incluindo as ações necessárias ao normal e regular desenvolvimento das operações correntes de condução e exploração dos espaços florestais. Qualquer intervenção prevista para as parcelas em zona de REN não dispensa parecer da CCDR;

- **RAN (Reserva Agrícola Nacional)** - Tem como objetivo a proteção de áreas que sejam constituídas por solos de maiores potencialidades agrícolas, ou por terem sido objeto de importantes investimentos destinados a aumentar a capacidade produtiva, mostrando-se assim mais vocacionados para uma agricultura moderna e racional;

- **Proteção a Espécies Florestais** - O sobreiro e azinheira estão protegidas por lei, o Decreto-Lei n.º 169/2001 de 25 maio que estabelece as medidas de proteção ao sobreiro e à azinheira, estando este decreto sujeito a alterações pelo Decreto-Lei n.º 155/2004 de 30 de junho. Qualquer intervenção sobre estas espécies está sujeita a autorização do ICNF. Na cartografia estão representadas as áreas puras de Sobreiro, no entanto sempre que estas espécies surgirem associadas a outras ou no Sub-Coberto serão protegidas;
- **Oliveiras** - O regime jurídico de proteção às oliveiras rege-se pelo DL n.º 120/86 de 28 de maio. O arranque e corte raso de olival só pode ser efetuado mediante prévia autorização concedida pelas direções regionais de agricultura da respetiva área, as autorizações serão concedidas quando se verifica qualquer uma das condições definidas no art.º 2 do DL 120/86. O arranque ou corte de oliveiras isoladas dispensa autorização prévia;
- **Domínio hídrico (servidão de margem)** - As correntes de água, lagos ou lagoas têm uma servidão de margem de 10 metros para cada lado (30 metros nas águas navegáveis), a partir da linha limite do leito. Não é permitida a execução de quaisquer obras, permanentes ou temporárias, nos leitos e nas margens, bem como no respetivo subsolo e no espaço aéreo correspondente, sem licença dos serviços competentes, quer estas sejam parcelas públicas ou privadas. A utilização do domínio hídrico com infraestruturas hidráulicas, culturas biogénicas, bem como a sementeira, plantação e corte de árvores está sujeita à obtenção de um título de utilização. **A ZIF é delimitada e intercetada por várias linhas de água, como o Ribeiro do Cadaboso, o Ribeiro do Vale Maria Dona, o Ribeiro das Almoinhas e a Ribeira da Magueija;**
- **Servidões de Passagem às de Linhas Elétricas** - Os proprietários ficam obrigados a permitir a entrada nas suas propriedades das pessoas responsáveis pela manutenção, vigilância, reparação das linhas elétricas. Os proprietários não devem permitir nem conservar nestas áreas plantações que possam interferir ou prejudicar as linhas elétricas. Nos espaços florestais, deve ser efetuada pelas entidades competentes a gestão de combustível na faixa correspondente à projeção vertical dos cabos condutores das linhas de transporte e distribuição de energia elétrica acrescidos de uma faixa de acordo com o tipo de linha elétrica para cada um dos lados;
- **Infraestruturas de Transportes e Comunicações** - Estrada Nacional 548, Estrada Municipal que liga Azenha de Cima - Vale Maria Dona, Sarzedas - Rapoula - Rapoulinha - Azenhas de Baixo - Vale Maria Dona. Na zona de estrada nacional é proibido cortar, mutilar, destruir ou danificar de qualquer modo árvores, demais vegetações ou viveiros, sendo que nos terrenos limítrofes a implantação de árvores ou arbustos nas zonas de visibilidade ou a menos de 1 m do limite da zona da estrada também é interdita;
- **Marco geodésico** (Magarefe) - Os marcos geodésicos ou de triangulação cadastral têm zonas de proteção que abrangem uma área em redor do sinal, com o raio mínimo de 15m, estando aí condicionada a plantação de árvores.

3.2 Instrumentos de planeamento florestal

Os quadros seguintes fazem a síntese dos instrumentos de planeamento florestal onde a ZIF se insere, nomeadamente o PROF Centro Interior, com as principais orientações territoriais, silvícolas relevantes.

Quadro 29 - Enquadramento da ZIF no Plano Regional de Ordenamento Florestal do Centro Interior (PROF CI).

PROF	SUB-REGIÃO HOMOGÉNEA - OBJECTIVOS ESPECIFICOS	SISTEMAS E ESPÉCIES A PRIVILEGIAR			FUNÇÕES			
		ESPÉCIE/SISTEMA	GRUPO I	GRUPO II				
PROF CI	Floresta do Interior	1ª PRIORIDADE						
		<ul style="list-style-type: none"> • Selecionar espécies com boa aptidão produtiva e, em igualdade de outros fatores, menos suscetíveis ao fogo; • Selecionar espécies com boa aptidão produtiva adaptáveis a sistemas de produção conjuntos com caça e silvopastorícia; • Selecionar espécies com boa aptidão produtiva e suscetíveis de redução de cogumelos e plantas aromáticas e medicinais; • Aumentar a fração dos sistemas e espécies florestais com menos suscetibilidade ao fogo; • Ajustar o regime cinegético e silvopastoril à função de gestão de combustíveis; • Aplicar ao ordenamento orientações provenientes da resposta Nacional aos incêndios de 2017; • Aplicação sistemática das normas de conservação do solo e da água na instalação e gestão de povoamentos e na gestão dos sistemas florestais; • Promover a diversificação de habitats no contexto dos sistemas e espécies a privilegiar; • Diminuir a ocupação por espécies exóticas invasoras (visando a erradicação); • Selecionar espécies e sistemas que permitam rendimentos suficiente para uma gestão conjunta; • Integrar as metas conservação do solo e da água nos PGF; • Integrar as metas de gestão de combustíveis nos PGF; • Integrar a gestão da caça e a silvopastorícia no âmbito dos objetivos e medidas aplicáveis às áreas em gestão conjunta; • Promover o aumento da micorrização orientada para a produção de cogumelos, promovendo a recolção nas áreas agrupadas; • Promover a apicultura nas áreas agrupadas; • Promover a produção de plantas aromáticas e medicinais em áreas agrupadas. 	Povoamentos puros de eucalipto Povoamentos puros de pinheiro-bravo Povoamentos de sobreiro e carvalho-português, puros ou mistos, em regime silvopastoril e cinegético, em montado ou floresta, com aproveitamento do medronheiro Matagais em regime, em silvopastoril e cinegético com regeneração de <i>Quercus spp</i> Galerias ripícolas com <i>Populus spp</i> , <i>Fraxinus angustifolia</i> e outras espécies ripícolas	Eucalipto Pinheiro-bravo Medronheiro Lódão-bastardo Castanheiro Carvalho português Azinheira Sobreiro	Aveleira Cedro-do-Oregon Cedro-do-Buçaco Cipreste-comum Nogueira-preta Cerejeira-brava Pseudotsuga Pinheiro-larício Pinheiro-manso Pinheiro-insigne Pinheiro silvestre Carvalho-negral Carvalho-alvarinho Carvalho-americano	Pd	Pt	Sc/P

Quadro 30 - Enquadramento da ZIF no Plano Regional de Ordenamento Florestal do Centro Interior (PROF CI) (cont.).

PROF CI	SUB-REGIÃO HOMOGÉNEA - OBJECTIVOS ESPECIFICOS	SISTEMAS E ESPÉCIES A PRIVILEGIAR			FUNÇÕES				
		ESPÉCIE/SISTEMA	GRUPO I	GRUPO II					
Floresta do Interior	2ª PRIORIDADE	<ul style="list-style-type: none"> Selecionar espécies com boa aptidão produtiva, valorizadoras da paisagem tradicional da SRH; Promover a diversificação de habitats no contexto dos sistemas e espécies a privilegiar; Promover a diminuição do risco de destruição de habitats e espécies classificadas e destruição maciça de habitat; Promover objetivos e avaliação da conservação da biodiversidade aplicáveis a grandes áreas em gestão conjunta, incluindo Planos de Ação de espécies; Promover áreas de utilização turística com gestão conjunta; Integrar a exploração silvopastoril de pequenos ruminantes como um modo de gestão do combustível aplicável aos sistemas de produção florestal; Recuperar e valorizar a dimensão turística da caça; Valorizar espaços florestais através da sua utilização turística; Valorizar a utilização turística através do consumo de produtos tradicionais produzidos nos espaços florestais. 	Povoamentos puros de eucalipto Povoamentos puros de pinheiro-bravo Povoamentos de sobreiro e carvalho-português, puros ou mistos, em regime silvopastoril e cinegético, em montado ou floresta, com aproveitamento do medronheiro Matagais em regime, em silvopastoril e cinegético com regeneração de <i>Quercus spp</i> Galerias ripícolas com <i>Populus spp</i> , <i>Fraxinus angustifolia</i> e outras espécies ripícolas	Eucalipto Pinheiro-bravo Medronheiro Lódão-bastardo Castanheiro Carvalho português Azinheira Sobreiro	Aveleira Cedro-do-Oregon Cedro-do-Buçaco Cipreste-comum Nogueira-preta Cerejeira-brava Pseudotsuga Pinheiro-larício Pinheiro-manso Pinheiro-insigne Pinheiro silvestre Carvalho-negral Carvalho-alvarinho Carvalho-americano	Pd	Pt	Sc/P	
	3ª PRIORIDADE								<ul style="list-style-type: none"> Selecionar espécies com boa aptidão produtiva e ajustáveis aos objetivos de conservação da Rede Natura 2000; Ajustar as prioridades de intervenção da DFCl ao valor dos espaços florestais para a conservação da natureza em particular as áreas classificadas; Integrar as metas de conservação da natureza nos PGF.
	TRANSVERSAL A TODAS AS SUB-REGIÕES HOMOGÉNEAS								<ul style="list-style-type: none"> Melhorar a gestão dos povoamentos existentes; Aproveitar o potencial da regeneração natural.

A **Resolução do Conselho de Ministros n.º 65/2006, de 26 de maio**, que aprova o Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI) e o **Decreto-Lei n.º 82/2021 de 13 de outubro** que revoga o Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, na sua redação atual, com as devidas exceções (art.º 80º do Decreto-Lei n.º 82/2021 de 13 de outubro) estabelecem as medidas e ações a desenvolver no âmbito do Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios.

Os PMDFCI têm por missão o estabelecimento de ações de prevenção, que incluam a previsão e a programação integrada das intervenções das diferentes entidades envolvidas perante a eventual ocorrência de incêndios.

Os PMDFCI avaliam a vulnerabilidade do concelho aos incêndios e propõe a implementação de medidas e de ações para o período de vigência de 10 anos, no âmbito da prevenção e do combate, visando a defesa da floresta contra incêndios (DFCI), nomeadamente, na gestão de infraestruturas, definição de zonas críticas, definição de prioridades de defesa, estabelecimento de mecanismos e procedimentos de coordenação entre os vários intervenientes na DFCI.

A Zona de Intervenção Florestal de Sarzedas - Magarefa está abrangida pelo Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios do Concelho de Castelo Branco (**PMDFCI - Castelo Branco**), tendo este plano por missão o estabelecimento de ações de prevenção, que incluam a previsão e a programação integrada das intervenções das diferentes entidades envolvidas perante a eventual ocorrência de incêndios.

As ações que sustentam os PMDFCI procurarão satisfazer os objetivos e as metas preconizadas nos principais eixos estratégicos definidos no PNDFCI, aprovado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 65/2006, de 26 de maio de 2006. Tais ações serão organizadas e hierarquizadas em função do impacto esperado na resolução dos problemas detetados, segundo o Despacho n.º 443-A/2018 que homologa o regulamento do PMDFCI.

O PMDFCI do respetivo Concelho é analisado ao nível da ZIF, tanto no que respeita à descrição e identificação das infraestruturas como ao nível das intervenções (Programa de Infraestruturas), a DFCI que têm um papel relevante na gestão da mesma, nomeadamente, faixas de gestão de combustíveis e mosaicos de parcelas de gestão de combustíveis, rede viária, pontos de água etc.

3.3 Instrumentos de gestão territorial

À presente data, a ZIF está inserida nos seguintes instrumentos de gestão territorial:

- Programa Regional de Ordenamento Florestal do Centro Interior (PROF CI) - aprovado pela Portaria n.º 55/2019 de 11 de fevereiro;
- Plano Diretor Municipal de Castelo Branco (PDM de Castelo Branco);
- Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Castelo Branco (PMDFCI Castelo Branco).

3.4 Outros ónus relevantes para a gestão florestal

Apoios Financeiros do Estado

Até à presente data, na Zona de Intervenção Florestal de Sarzedas - Magarefa, foram elaborados projetos ao abrigo de quadros comunitários:

QCA III (2000-2006)

AGRO Medida 3, Ação 3.1 Apoio à Silvicultura.

- **Projeto n.º 2003.410014199** (Montes do Afonso) a candidatura teve uma dimensão de 128,43 ha, sendo esta área dividida em 4 parcelas. Na parcela 1 (87,45 ha) 10% da área foi adensada com Sobreiro (*Quercus suber*), na restante área foi realizada uma beneficiação de Pinheiro bravo (*Pinus pinaster*), (limpeza do povoamento que inclui desramas e desbastes e limpeza dos matos), a parcela 2 (24,77 ha) foi arborizada com Pinheiro bravo (*Pinus pinaster*) a um compasso de 4m x 1,5m e uma densidade de 1667 plantas por ha, a parcela 3 (14,55 ha) foi arborizada com Sobreiro (*Quercus suber*) com um compasso de 4x4m e uma densidade de 625 plantas por ha e a parcela 4 (1,66 ha) foi arborizada com Freixo (*Fraxinus sp.*) com um compasso de 4x3m e uma densidade de 833 plantas por ha. Na área de influência do projeto efetuou-se a beneficiação de rede viária e abertura de rede divisional.

- **Projeto n.º 2004.410010575** (Sarzedas III) a candidatura teve uma dimensão de 63,38 ha, sendo dividida em 4 parcelas. Na parcela 1 (40,62 ha) foi efetuado um aproveitamento da regeneração natural de pinheiro bravo (*Pinus pinaster*) (limpeza do povoamento que inclui desramas e desbastes e limpeza dos matos), a parcela 2 (20,03 ha) foi arborizada com Sobreiro e Azinheira (*Quercus suber x Quercus rotundifolia*) em linhas intercaladas a um compasso de 4x4m e uma densidade de 625 plantas por ha, a parcela 3 (3,21 ha) foi arborizada com Freixo (*Fraxinus sp.*) com um compasso de 4x4m e uma densidade de 625 plantas por ha e a parcela 4 (0,52 ha) foi arborizada com castanheiro com um compasso de 4x4m e uma densidade de 625 plantas por ha. Na área de influência do projeto efetuou-se a beneficiação de rede viária e abertura de rede divisional.

PDR 2007-2013 / PRODER

Ação 2.3.1 «Minimização dos Riscos», Sub-ação 2.3.1.1, «Defesa da Floresta Contra Incêndios»

- **PA 7969**, o projeto teve como objetivos aumentar a resistência e resiliência dos espaços florestais aos incêndios, reduzir a incidência dos incêndios florestais e infraestruturar o território. Intervencionou-se 90,93 ha de mosaicos de gestão de combustível realizando o controlo da vegetação espontânea; 6,63 ha de faixas de gestão de combustível na rede primária com controlo

da vegetação espontânea, podas e desramas e 2103,03 m de beneficiação da rede viária florestal no interior da rede primária.

- **PA 55642**, com uma área candidata de 170,36 ha de mosaicos de gestão de combustível onde se realizou o controlo da vegetação espontânea; 21,09 ha de faixas de gestão de combustível na rede primária com controlo da vegetação espontânea, podas e desramas e 9,08 ha de intervenção nas FGC da Rede Secundária (2x10 m) numa faixa lateral de terreno confinante á rede viária florestal.

Ação 2.3.3 «Valorização Ambiental dos Espaços Florestais», Sub-acção 2.3.3.1, «Promoção do Valor Ambiental dos Espaços Florestais».

- **PA 9519 e PA 49018**, os projetos tiveram como objetivos atenuar os efeitos das alterações climáticas, melhorar a biodiversidade, minimizar os efeitos da erosão dos solos e proteger os recursos hídricos. Nas áreas intervencionadas (3,43 ha e 9,49 ha) realizaram-se operações de limpeza do leito e ramos pendentes das duas margens no interior da linha de água, limpeza total da vegetação heliófila, limpeza de mato manual e limpeza das margens exteriores através do corte manual de ramos e matos heliófilos.

PDR2020 (2014 - 2020)

1. Ação 8.1 «Silvicultura Sustentável», Operação 8.1.3 «Prevenção da Floresta contra Agentes Bióticos e Abióticos»

- **PA25944** - Com uma área de 166,57 ha de mosaicos de gestão de combustível onde se realizou o controlo da vegetação espontânea, podas e desramas; 21,07 ha de faixas de gestão de combustível na rede primária com controlo da vegetação espontânea, correção de densidades, podas e desramas e 8,92 ha de intervenção nas FGC da Rede Secundária (2x10 m) numa faixa lateral de terreno confinante á rede viária florestal com controlo da vegetação espontânea, correção de densidades, podas e desramas (Mapa 7).

2. Ação 8.1 «Silvicultura Sustentável», Operação 8.1.5 «Melhoria da Resiliência e do valor Ambiental das Florestas»

- **PA16911** - A candidatura teve uma dimensão de 4,37 ha, incidiu numa galeria ripícola da Ribeira da Magueija e foi efetuada a beneficiação de toda a galeria ripícola (Mapa 7).

- **PA16918** - A candidatura foi dividida em vários locais (3), tendo uma dimensão total de 314,64 ha. Realizaram-se operações controlo da vegetação espontânea, correção de densidades, podas e desramas. Foi ainda efetuada a beneficiação da rede viária florestal, em cerca de 26 279,37m (Mapa 7).

Zonas de Caça

A gestão das zonas de caça é fundamental ao sucesso da atividade cinegética, cujas ações de manejo de habitat são uma prioridade, quer pela realização de zonas de semeada, incrementadoras de um regime alimentar diversificado e abundante, que atrai e mantém as espécies faunísticas num dado habitat, quer pela manutenção de bosquetes com espécies ripícolas (orlas), fomentadoras da presença de avifauna. Desta forma podemos concluir que as zonas de caça potenciam o aumento da biodiversidade na floresta e favorecem a defesa da mesma relativamente aos incêndios, na medida que originam áreas de descontinuidade, fundamentais na prevenção e combate a incêndios florestais. Em termos cinegéticos a ZIF encontra-se inserida na zona de caça mencionada no quadro seguinte e no Mapa 7.

Quadro 31 - Zona de Caça que engloba a ZIF (Fonte: ICNF)

Tipo/Designação	Concessionário	Município	Área (ha)	Portaria	Processo
ZCM da Malhada do Cervo	Associação Desportiva de Caça e Pesca “Os Pioneiros”	Castelo Branco	7897,25	Concessão - 967/02 de 05 de agosto de 2002; Anexação - 451-ANEX/08 de 19 de junho de 2008; Renovação - 451-RENOV/08 de 19 de junho de 2008; Renovação - D316/14 de 21 de maio de 2014	Proc. N° 3062 ICNF
ZCM das Sarzedas	Associação Desportiva de Caça e Pesca “Os Pioneiros”	Castelo Branco	6095,86	Concessão - 1442/01 de 21 de dezembro de 2001; Renovação - 452/08 de 27 de junho de 2008; Renovação - D73/14 de 11 de fevereiro de 2014; Anexação - D N447/20 de 21 de agosto de 2020; Renovação - D N447-R/20 de 21 de agosto de 2020; Correção - D N481/20 de 10 de setembro de 2020; Desanexação - D 5075-DES/22 de 25 de janeiro de 2022	Proc. N° 2720 ICNF

O desenvolvimento destas áreas privilegia um aproveitamento económico dos recursos cinegéticos, que é garantido através da prestação de serviços adequados, definidos nos Planos de Ordenamento e Exploração Cinegéticos (POEC).

Sendo a exploração cinegética um aproveitamento com interesse económico, dever-se-á ter em conta um conjunto de intervenções que favoreçam e fomentem esta atividade. As espécies cinegéticas exploradas são de caça menor como, lebre (*Lepus europaeus*), coelho-bravo (*Oryctolagus cuniculus*), raposa (*Vulpes vulpes*), saca-rabos (*herpestes ichneumon*), rola comum (*streptopelia turtur*), perdiz-vermelha (*Alectoris rufa*), tordo comum (*Turdus philomelos*), pombo-torcaz (*Columba palumbus*), tordo-ruivo (*Turdus iliacus*) e como caça maior o javali (*Sus scrofa*). As ações de correção de densidades de espécies cinegéticas prejudiciais à fauna, flora, pescas, florestas, agricultura e pecuária revestem-se de carácter pontual e são submetidas a pedidos de autorização do Instituto de Conservação da Natureza e Florestas. A fiscalização dos atos ilegais como caça furtiva é feita pelas entidades gestoras de caça.

Aquando da elaboração do programa operacional para a ZIF, ter-se-á em consideração a prática desta atividade.

4. CARACTERIZAÇÃO DE RECURSOS

4.1 Infraestruturas florestais

4.1.1 Rede viária florestal (RVF)

A RVF (Rede Viária Florestal) é composta por um conjunto de vias de comunicação que atravessam ou dão acesso aos espaços florestais e que cumprem funções que permitem o acesso, exploração e defesa desses espaços em especial no que respeita a atividades de DFCI.

De modo geral a rede viária florestal é nada mais do que, **caminhos florestais**, que dão passagem durante todo o ano a todo o tipo de veículos; **estradas**, em que a circulação sem restrições durante o ano é limitada aos veículos todo-o-terreno, desempenhando uma função primordial de servir às operações e compartimentação florestais; **trilhos**, que são vias de existência efémera, destinadas à passagem exclusiva de tratores e máquinas florestais.

A RVF surge sob duas formas, **RVF fundamental (1ª e 2ª Ordem)**, a de maior interesse para a DFCI sobre a qual se desenvolve a restante RVF, garantindo o rápido acesso a todos os pontos dos maciços florestais, a ligação entre as principais infraestruturas DFCI e o desenvolvimento das ações de proteção civil em situações de emergência, **RVF complementar**, que engloba todas as restantes vias, de eventual importância para a gestão florestal e para todas as funções ligadas à DFCI.

A RVF é um dos elementos básicos da estratégia de defesa da floresta contra incêndios, constituindo com frequência o referencial para a implantação e eficiência dos restantes componentes DFCI. No contexto da DFCI, a RVF desempenha funções de:

- Rápido deslocamento dos meios de combate, não só à zona de incêndio, mas também aos pontos de reabastecimento de água e combustível;
- Integra a rede das FGC, sendo fundamental para a eficácia da rede primária, onde as equipas de combate encontram condições favoráveis para o combate ao fogo, em segurança; e
- Permite a circulação de patrulhas de vigilância móvel terrestre, em complemento à rede de vigilância fixa.

A RVF constitui zonas de descontinuidade horizontal da vegetação, podendo contribuir para travar o avanço de incêndios florestais. A acessibilidade aos espaços florestais constitui também um aspeto relevante para o ordenamento florestal e escoamento dos produtos florestais, assim como para a implementação de espaços de recreio e lazer para as populações. No Quadro 32 pode analisar-se em detalhe a distribuição da Rede viária florestal (RVF) na área da ZIF.

Quadro 32 - Distribuição da Rede Viária Florestal da UGF

UGF	Descrição da Rede Viária		Comprimento	Unidades
ZIF de Sarzedas - Magarefa	Rede Viária Florestal (RVF)	Complementar	56483,58	m
		1ª Ordem	5848,49	
		2ª Ordem	36073,44	
	Total da RVF (m)			98945,81
	Densidade da RVF (m/ha)			76,85

A rede viária florestal totaliza cerca de 98 945,81m de extensão e representa uma densidade de 76,85 m/ha.

Tendo em conta que o seu estado de conservação é razoável, prevê-se a sua manutenção ao longo do tempo (limpeza/abertura de valetas e regularização do piso consoante as necessidades), de forma permitir a deslocação de meios terrestres em boas condições (Mapa 8).

4.1.2 Armazéns e outros edifícios associados à gestão

Existe a presença de algumas edificações dispersas na área da ZIF que são utilizadas pelos proprietários como locais de armazenamento e apoio ao desenvolvimento de pequenas áreas agrícolas (nomeadamente hortas para consumo próprio). É do interesse dos proprietários a preservação das mesmas (Mapa 8).

4.1.3 Infraestruturas DFCI

A Zona de Intervenção Florestal de Sarzedas - Magarefa dispõe de diversas charcas de dimensão variável, alimentadas por linhas de água de capacidade distinta. As mesmas encontram-se em bom estado de conservação, sendo a água utilizada para abeberamento das espécies cinegéticas e na DFCI para abastecimento dos meios de combate. Devendo estes estarem regularizados de acordo com o Decreto-lei nº 93/2008 de 4 de junho com alterações introduzidas pelo Decreto-lei nº 32 de 11/2008 de junho.

No que diz respeito a faixas de gestão de combustível (FGC) que surgem na área de estudo teve-se em consideração o PMDFCI do respetivo Concelho e estão identificadas no quadro 33 e Mapa 8.

Quadro 33 - Quantificação das Componentes da Rede de Faixas e Mosaicos de Gestão de Combustíveis da ZIF.

UGF	Código da descrição da faixa / mosaico	Descrição da Faixa / Mosaico	Área (ha)
ZIF de Sarzedas - Magarefa	1	FGC às edificações em espaços rurais (50 m)	41,13
	2	FGC aos aglomerados populacionais (100 m)	82,92
	4	FGC à rede viária florestal (20 m)	
	8	FGC à rede primária (125m)	
	10	FGC linha elétrica Média Tensão (MT) (20 m)	
	12	FGC aos Pontos de água (30 m)	
		Total	200,58

No Programa Operacional de infraestruturas adiante descrito, serão previstas as intervenções silvícolas e as medidas a adotar ao nível da DFCI. No que respeita à Rede Viária Florestal é apresentado um quadro síntese das intervenções preconizadas, que tem como base aspetos como, estado de conservação da rede viária florestal, e manutenção das infraestruturas DFCI.

4.1.4 Infraestruturas de apoio à gestão cinegética

No que respeita ao Ordenamento Cinegético a UGF é composta por **2 Zonas de Caça Municipal**. Para conhecer em detalhe as infraestruturas de apoio à gestão, deve ser consultado o **POEC da Zona de Caça**, referida no Ponto 3.4 (Quadro 31).

4.1.5 Infraestruturas de apoio à silvopastorícia

Existe presença de algumas edificações dispersas na área da ZIF que são utilizadas pelos proprietários como locais de apoio à silvopastorícia. É do interesse dos proprietários a preservação das mesmas (Mapa 8).

4.1.6 Infraestruturas de apoio ao recreio e turismo

Não aplicável.

4.2 Caracterização socioeconómica da propriedade

A competitividade da fileira florestal portuguesa, está fortemente condicionada pelo custo das respetivas matérias-primas, que se encontram entre as mais altas do mundo. O uso de planeamento e da aplicação de melhores práticas operacionais são fundamentais não só para reduzir os custos das operações e assim da matéria-prima, mas também para minimizar os impactes ambientais e de segurança associados à atividade de exploração florestal lenhosa e não lenhosa.

Para que a componente da exploração florestal continue no futuro de forma sustentável deverá ter-se em conta aspetos como, a gestão sustentada dos recursos de forma a manter os níveis de produção, mas também a alguma diversidade na paisagem, preservação da regeneração natural e práticas adequadas que minimizem possíveis impactes decorrentes da exploração.

Relativamente à **ZIF de Sarzedas - Magarefa**, atualmente a **exploração de madeira surge como produto principal**. Além desta atividade são exploradas outras, de forma garantir um desenvolvimento sustentável, nomeadamente, a exploração de cortiça, olival, vinha e a caça ordenada. Na execução de todas estas atividades procura-se constantemente valorizar e manter um equilíbrio dos valores de conservação de biodiversidade, da flora e fauna existentes.

No que respeita à **zonagem funcional** esta incidiu nos **espaços florestais (floresta e incultos)**, tendo sempre presente o conceito de uso múltiplo, segundo o qual todas as áreas florestais e agroflorestais desempenham mais do que uma função. A atribuição das diferentes funções gerais resultou da análise dos bens e serviços proporcionados pelos espaços da exploração.

As diversas funções desempenhadas pelos espaços florestais e agroflorestais, de acordo com o Programa Regional de Ordenamento Florestal do Centro Interior (PROF CI), na ZIF encontram-se agrupadas em duas funções principais:

- Espaços florestais e agro-florestais com função de Produção (Pd);
- Espaços florestais e agro-florestais com função de Proteção (Pt);
- Espaços florestais com função de suporte à silvopastorícia, caça e pesca (Sc/p).

4.2.1 Função de produção

A função de produção é a que apresenta maior expressão em toda a área da ZIF e incide maioritariamente sobre as áreas de Pinheiro bravo, Eucalipto e em menor escala as áreas de Pinheiro radiata, Freixo e Sobreiro.

As parcelas compostas por Pinheiro bravo e Pinheiro radiata, os objetivos principais, prendem-se com a obtenção de madeira para preservação (postes), madeira para serração, madeira para desenrolar e a madeira que não tiver aproveitamento para estes fins será para trituração (pasta de papel ou aglomerados).

As parcelas compostas por Eucalipto, têm como objetivo a obtenção de lenho para trituração (pasta de papel).

As parcelas compostas por Freixo, têm como objetivo a obtenção de madeira.

As parcelas compostas por Sobreiro têm como objetivo a obtenção de cortiça, de fruto (bolota) e lenho resultante de podas.

Serão seguidos os modelos de silvicultura definidos para a sub-região homogénea identificada no PROF do CI, de modo obter-se produtos finais com elevada qualidade e garantir uma gestão florestal sustentável da ZIF.

4.2.2 Função de proteção

A função de proteção foi atribuída às áreas constituídas por incultos (matos), pelas áreas de Regeneração natural de Azinheira e pelas áreas de galeria ripícola (folhosas ripícolas como o amieiro, salgueiro e freixo). Estas áreas desempenham um papel importante ao nível da proteção da rede hidrográfica, proteção contra a erosão hídrica e cheias, recuperação de solos degradados, filtração de nutrientes e da compartimentação e valorização da paisagem. As ações preconizadas para as diferentes parcelas acautelam a manutenção da biodiversidade e o seu ordenamento.

4.2.3 Função de silvo pastorícia, caça e pesca

A ZIF encontra-se integrada na **Zona de Caça Municipal da Malhada do Cervo e na Zona de Caça Municipal de Sarzedas**. A exploração cinegética ordenada e sustentada é um outro recurso que pode permitir retirar rendimentos adicionais da floresta. Além disso apresenta benefícios que contribuem para o aspeto social e ambiental considerados positivos, contribuindo também para o desenvolvimento local.

Prevê-se continuar a apostar no desenvolvimento desta atividade em termos de gestão futura. De forma a assegurar uma perfeita compatibilização entre a componente florestal e silvopastoril sempre que se verificar a presença de exemplares de regeneração natural e que demonstre viabilidade deve ser protegida, garantindo um desenvolvimento sustentável das espécies florestais.

A silvopastorícia propriamente dita, desenvolve-se essencialmente no sub-coberto dos povoamentos florestais, zonas de incultos e áreas agrícolas (olival) dispersas por toda ZIF. O pastoreio contribui para a gestão de combustível, no entanto esta atividade tem pouca representatividade ao nível da ZIF e prevê-se que em termos de gestão futura venha perdendo importância podendo mesmo ser extinta, devido ao abandono do meio rural e ao envelhecimento da população.

Quadro 34 - Classificação funcional da ZIF

Ocupação do Solo Atual		Função	Área (ha)	
Atual	Futuro		2021	2039
Pov. Puro de Pinheiro bravo Reg. Natural de Pinheiro bravo Pov. Puro de Eucalipto Misto de Pinheiro bravo e Eucalipto Pov. Puro de Pinheiro Radiata Pov. Puro de Freixo Reg. Natural de Sobreiro		Produção (pd)	1037,65	
Folhosas ripícolas Reg. Natural de Azinheira		Proteção (pt)	17,13	
Incultos - Matos		Silvopastorícia caça e pesca (sc/p)	41,61	

4.2.4 Evolução histórica da gestão

Conforme os vários períodos temporais e as diferentes conjunturas económicas é praticada uma gestão ativa na Zona de Intervenção Florestal de Sarzedas - Magarefa de modo a otimizar a rentabilidade florestal.

Numa perspetiva de futuro planeia-se apostar em medidas e ações que fomentem o desenvolvimento dos recursos florestais e sempre que possível ao abrigo de fundos comunitários, procurando beneficiar os povoamentos presentes, com o intuito de otimizar e maximizar a rentabilidade nas diferentes áreas da Zona de Intervenção Florestal.

B - MODELOS DE EXPLORAÇÃO

1. Caracterização e Objetivos de Exploração

1.1. Caracterização dos Recursos

1.1.1 Caracterização geral

De acordo com nomenclatura classificativa adotada (Anexo I), a distribuição dos principais usos e ocupação do solo à data na ZIF são os apresentados no Quadro 35 e cartografados no Mapa 10.

Quadro 35 - Uso e Ocupação do Solo da ZIF.

Uso do Solo	%	Ocupação Atual			Ocupação Futura	
		Nível II	Designação	Área (ha)	Nível I	Nível II
Florestal	82	PB	Pov. Puro de Pinheiro bravo	21,77	Sem alteração da ocupação do solo	
			Reg. Natural de Pinheiro bravo	905,28		
		PBEC	Pov. Misto de Pinheiro bravo x Eucalipto	7,77		
		EC	Pov. Puro de Eucalipto	98,02		
		PR	Pov. Puro de Pinheiro Radiata	2,28		
		SB	Reg. Natural de Sobreiro	1,68		
		FRX	Pov. Puro de Freixo	0,75		
		AZ	Reg. Natural de Azinheira	0,73		
		FR	Folhosas Ripícolas	16,40		
Incultos	3	MA	Matos	41,61		
Agrícola	10	CA	Culturas Arvenses	14,29		
		OL	Olival	91,29		
		OSA	Outras Superfícies Agrícolas	10,07		
		PO	Pomar	0,24		
		VI	Vinha	10,44		
Infraestruturas	4	AS	Área social	2,99		
		IA	Infraestruturas de apoio	1,44		
		ID	Infraestruturas degradadas	0,25		
		FGC	Faixas de Gestão de Combustível	6,01		
		RV	Rede viária	0,94		
		RVF	Rede viária florestal	43,39		
Superfícies Aquáticas	1	LA	Linha de água	5,79		
		CH	Charca	1,92		

De acordo com a análise do Quadro 35, constata-se claramente que a componente florestal é a dominante na ZIF, representando (82%), sendo a Regeneração Natural de Pinheiro bravo (*Pinus pinaster*) a mais abundantes e distribuídos por toda a ZIF, seguidos dos povoamentos puros de eucalipto (*Eucalyptus globulus*), mistos de Pinheiro bravo e Eucalipto (*Pinus pinaster x Eucalyptus globulus*), povoamentos puros de freixo (*Fraxinus angustifolia*), regeneração natural de Sobreiro (*Quercus suber*) e regeneração natural de Azinheira (*Quercus rotundifolia*).

A área da ZIF apresenta uma forte componente de incultos (3%) onde estão incluídos matos como, a esteva (*Cistus ladanifer*), a giesta (*Cytisus sp*), o rosmaninho (*Lavandula stoechas*), a urze (*Erica arborea*), a carqueja (*Baccharis trimeria*) e o medronheiro (*Arbutus unedo*).

A componente agrícola onde estão incluídos os olivais, as culturas arvenses de sequeiro, outras superfícies agrícolas, vinhas e pomares representam 10% da área total.

A restante área da ZIF está dividida pelas infraestruturas e superfícies aquáticas (5%).

1.1.2 Compartimentação da propriedade, definição e delimitação das parcelas

A ZIF foi dividida em 12 talhões (A a M) de acordo com a espécie, que por sua vez se compartimentaram diferentes parcelas em consonância com a tipologia de ocupação do espaço dos povoamentos existentes, a dispersão das áreas, a idade dos povoamentos, as potencialidades da estação, zonagem funcional, dimensão e os objetivos do ordenamento florestal.

O Quadro 36 representa os talhões e divisão parcelar e o Mapa 11 a distribuição geográfica na ZIF.

Quadro 36 - Compartimentação da ZIF (Talhões e Parcelas).

Uso e Ocupação do Solo (Atual >> Futura)		Talhão	Área (ha)	Função
FL	Reg. Natural de Pinheiro bravo	A	905,28	Produção
	Pov. Puro de Pinheiro bravo		21,77	
	Pov. Puro de Eucalipto	B	98,02	
	Misto de Pinheiro bravo e Eucalipto	C	7,77	
	Pov. Puro de Pinheiro Radiata	D	2,77	
	Reg. Natural de Sobreiro	E	1,77	
	Freixo	F	0,75	
	Azinhreira	G	0,73	
IC	Folhosas Ripícolas	H	16,40	Proteção
	Matos	I	41,61	
AG	Culturas arvenses	J	14,29	-
	Olival		91,29	
	Outras Superfícies Aquáticas		10,07	
	Pomar		0,24	
	Vinha		10,44	
IE	Área social	L	2,99	-
	Infraestruturas de Apoio		1,44	
	Infraestruturas Degradadas		0,25	
	Rede Viária		0,94	
	Rede Viária Florestal		43,39	
	Faixas de Gestão de Combustível		6,02	
HH	Superfícies aquáticas	M	9,71	

1.1.3 Componente florestal

1.1.3.1 Caracterização das espécies florestais, habitats e povoamentos

Tal como referido no Ponto 1.1.1 e Quadro 35, a componente florestal representa cerca de **82% da área total da ZIF**, sendo a Regeneração Natural de Pinheiro bravo (*Pinus pinaster*), os povoamentos puros de eucalipto (*Eucalyptus globulus*), mistos de Pinheiro bravo e Eucalipto (*Pinus pinaster x Eucalyptus globulus*), povoamentos puros de freixo (*Fraxinus angustifolia*), regeneração natural de Sobreiro (*Quercus suber*) e regeneração natural de Azinheira (*Quercus rotundifolia*), os dominantes.

É também importante efetuar uma síntese das principais características dos povoamentos à presente data. O Quadro 37 representa a síntese das principais características dos povoamentos, atual e futura.

Quadro 37 - Características dos povoamentos da ZIF (Atual e Futura).

Características dos povoamentos		Atual		Futura	
		Área (ha)	%	Área (ha)	%
Origem	Plantação	122,83	11,6	Sem alteração das características dos povoamentos	
	Regeneração Natural	924,18	87,6		
	Reg. Natural / Plantação	7,77	0,74		
Estrutura	Regular	122,83	11,6	Sem alteração das características dos povoamentos	
	Irregular	924,18	87,6		
	Irregular / Regular	7,77	0,74		
Regime	Alto Fuste	932,59	88,4	Sem alteração das características dos povoamentos	
	Talhadia	98,02	9,3		
	Alto Fuste/ Talhadia	24,17	2,3		
Composição	Puro	1030,61	97,7	Sem alteração das características dos povoamentos	
	Misto	24,17	2,3		

1.1.3.2 Caracterização dos povoamentos (descrição parcelar - dp)

Quadro 38 - Caracterização parcelar dos povoamentos da ZIF.

Talhão	Parcelas	Área (ha)	Ocupação (Atual >> Futura)	Sub-Coberto	Rotação	Idade média	Origem	Estrutura	Regime	Composição	Compasso	Densidade	HM (m)	Ano da Cortiça	Função	MS
A	A1	0,75	Reg. Natural de Pinheiro bravo	Esteva, urze e carqueja		12-14	RN	I	AF	P		1000-1500	4-8		Produção	PB
	A10	3,69				18-23						600-800	12-15			
	A10	1,58				23-28						600-800	12-15			
	A100	0,35				28-53						400-600	18-20			
	A100	0,30				28-53						500-800	10-14			
	A101	0,39				28-53						400-600	18-20			
	A101	2,79				28-53						500-800	10-14			
	A102	11,07				28-53						400-600	18-20			
	A102	3,10				28-53						500-800	10-14			
	A103	3,04				28-53						400-600	18-20			
	A103	2,74		28-53	500-800	10-14										
	A104	0,62		28-53	400-600	18-20										
	A104	2,17		28-53	500-800	10-14										
	A105	0,38		28-53	400-600	18-20										
	A105	1,06		28-53	500-800	10-14										
	A106	0,57		28-53	400-600	18-20										
	A106	1,13		28-53	500-800	10-14										
	A107	0,71		23-28	600-800	12-15										
	A107	0,76		28-53	400-600	18-20										
	A107	0,42		28-53	500-800	10-14										
	A108	4,07		28-53	400-600	18-20										
	A108	7,43		28-53	500-800	10-14										
	A109	0,33		28-53	400-600	18-20										
	A109	0,67		28-53	500-800	10-14										
	A11	2,59		18-23	600-800	12-15										
	A11	1,36		23-28	600-800	12-15										
	A110	0,77		38-48	400-600	16-18										
	A111	1,12		38-48	400-600	16-18										
	A112	0,52		38-48	400-600	16-18										
	A113	0,10		38-48	400-600	16-18										
	A114	0,14		38-48	400-600	16-18										
	A117	4,81		18-23	600-800	12-15										
A118	0,99	18-23	600-800	12-15												
A118	0,10	23-28	600-800	12-15												
A119	1,55	18-23	600-800	12-15												
A119	0,51	23-28	600-800	12-15												
A12	0,61	23-28	600-800	12-15												
A120	2,72	18-23	600-800	12-15												
A122	2,67	18-23	600-800	12-15												
A123	0,51	18-23	600-800	12-15												
A13	1,29	18-23	600-800	12-15												
A13	1,24	23-28	600-800	12-15												
A14	0,16	23-28	600-800	12-15												
A15	0,16	23-28	600-800	12-15												
A16	1,12	23-28	600-800	12-15												
A17	0,52	17	600-800	10-12												
A18	0,35	17	600-800	10-12												
A19	10,41	17	600-800	10-12												
A2	0,98	18-23	600-800	12-15												
A20	3,94	17	600-800	10-12												
A21	1,12	17	600-800	10-12												
A22	0,80	17	600-800	10-12												
A23	3,29	17	600-800	10-12												

RN (Regeneração natural), PL (Plantação), I (Irregular), R (regular), AF (Alto fuste), T (Talhada), P (Puro), M (Misto)



Quadro 39 - Caracterização parcelar dos povoamentos da ZIF.

Talhão	Parcelas	Área (ha)	Ocupação (Atual >> Futura)	Sub-Coberto	Rotação	Idade média	Origem	Estrutura	Regime	Composição	Compasso	Densidade	HM (m)	Ano da Cortiça	Função	MS
A	A24	4,24	Reg. Natural de Pinheiro bravo	Esteva, carqueja e urze		18-23	RN	I	AF	P		600-800	12-15		Produção	PB
	A25	4,33				18-23						600-800	12-15			
	A26	4,04				18-23						600-800	12-15			
	A27	7,16		Esteva, giesta, urze e carqueja		18-23						600-800	12-15			
	A28	12,30		Esteva, carqueja e urze		18-23						600-800	12-15			
	A29	17,56				18-23						600-800	12-15			
	A3	2,32		Esteva e urze		18-23						600-800	12-15			
	A3	0,87				23-28						600-800	12-15			
	A30	7,85		Urze, esteva e carqueja		18-23						600-800	12-15			
	A31	13,98		Esteva, carqueja e urze		18-23						600-800	12-15			
	A32	21,88				18-23						600-800	12-15			
	A33	5,95				18-23						600-800	12-15			
	A34	49,98				18-23						600-800	12-15			
	A35	3,20				18-23						600-800	12-15			
	A36	3,68				18-23						600-800	12-15			
	A37	0,16				18-23						600-800	12-15			
	A38	11,31				18-23						600-800	12-15			
	A39	7,91				18-23						600-800	12-15			
	A4	0,22				Esteva e urze						18-23	600-800			
	A4	1,47		23-28								600-800	12-15			
	A40	16,81		Esteva, carqueja e urze		18-23						600-800	12-15			
	A41	7,88		Esteva, carqueja e urze		18-23						600-800	12-15			
	A42	8,68		Esteva, carqueja e urze		18-23						600-800	12-15			
	A43	4,90		Esteva, urze e carqueja		18-23						600-800	12-15			
	A44	0,97				18-23						600-800	12-15			
	A45	4,29				18-23						600-800	12-15			
	A45	2,63				18-28						600-800	12-15			
	A45	0,11				20-30						600-800	12-15			
	A46	13,08				18-23						600-800	12-15			
	A46	1,09		20-30		600-800						12-15				
	A47	0,30		esteva,urze,giesta		23-28						600-800	12-15			
	A48	2,09		Urze e esteva		23-28						600-800	12-15			
	A49	13,75		Esteva, urze e carqueja		23-28						600-800	12-15			
	A5	7,75				18-23						600-800	12-15			
A5	4,10	23-28	600-800		12-15											
A50	26,83	23-28	600-800		12-15											
A51	13,94	23-28	600-800		12-15											
A52	13,23	23-28	600-800		12-15											
A53	0,40	23-33	600-800		12-16											
A54	1,07	28-33	400-600	14-16												

RN (Regeneração natural), PL (Plantação), I (Irregular), R (regular), AF (Alto fuste), T (Talhada), P (Puro), M (Misto)

Quadro 40 - Caracterização parcelar dos povoamentos da ZIF.

Talhão	Parcelas	Área (ha)	Ocupação (Atual >> Futura)	Sub-Coberto	Rotação	Idade média	Origem	Estrutura	Regime	Composição	Compasso	Densidade	HM (m)	Ano da Cortiça	Função	MS
A	A55	0,80	Reg. Natural de Pinheiro bravo	Esteva		28-33	RN	I	AF	P		400-600	14-16		Produção	PB
	A56	2,05				33-43						400-600	16-18			
	A57	2,18				33-43						400-600	16-18			
	A58	0,82				28-48						400-600	14-18			
	A59	1,47				28-48						400-600	14-18			
	A6	2,37				23-28						600-800	12-15			
	A60	0,33				28-48						400-600	14-18			
	A60	0,54				28-48						400-600	16-18			
	A61	0,73				28-48						400-600	14-18			
	A61	0,33				28-48						400-600	16-18			
	A62	1,87				28-48						400-600	14-18			
	A63	4,21				28-53						500-800	8-12			
	A64	2,44				28-53						500-800	8-12			
	A65	0,84				28-53						500-800	8-12			
	A66	1,77				28-53						500-800	8-12			
	A67	3,17				28-53						500-800	8-12			
	A68	1,20				18-23						600-800	12-15			
	A68	11,72				28-53						500-800	8-12			
	A69	1,36				28-53						500-800	8-12			
	A7	1,23				18-23						600-800	12-15			
	A70	1,26				28-53						500-800	8-12			
	A71	5,28				28-53						500-800	8-12			
	A72	1,66				28-53						500-800	8-12			
	A73	2,92				28-53						500-800	8-12			
	A74	10,41				28-53						500-800	8-12			
	A75	7,88				28-53						500-800	8-12			
	A76	1,94				28-53						500-800	8-12			
	A77	1,11				28-53						500-800	8-12			
	A78	1,39				28-53						500-800	8-12			
	A79	8,64				28-53						500-800	8-12			
	A8	1,70				18-23						600-800	12-15			
	A8	4,30				23-28						600-800	12-15			
	A80	0,33				28-53						500-800	8-12			
	A81	0,35				28-53						500-800	8-12			
	A82	1,39				28-53						500-800	10-14			
A83	7,24		28-53	500-800	10-14											
A84	2,57		28-53	500-800	10-14											
A85	6,28		28-53	500-800	8-12											
A86	1,79		28-53	500-800	8-12											
A87	0,53		28-53	500-800	8-12											

RN (Regeneração natural), PL (Plantação), I (Irregular), R (regular), AF (Alto fuste), T (Talhada), P (Puro), M (Misto)



Quadro 41 - Caracterização parcelar dos povoamentos da ZIF.

Talhão	Parcelas	Área (ha)	Ocupação (Atual >> Futura)	Sub-Coberto	Rotação	Idade média	Origem	Estrutura	Regime	Composição	Compasso	Densidade	HM (m)	Ano da Cortiça	Função	MS
A	A88	7,13	Reg. Natural de Pinheiro bravo	Urze, carqueja e esteva		28-53	RN	I	AF	P		500-800	10-14			PB
	A89	8,43				28-53						500-800	10-14			
	A9	5,18				18-23						600-800	12-15			
	A9	3,55				20-30						600-800	12-15			
	A9	3,56				23-28						600-800	12-15			
	A90	1,95				28-53						500-800	10-14			
	A91	0,28				28-53						500-800	10-14			
	A92	2,18				28-53						500-800	10-14			
	A93	0,72				28-53						500-800	10-14			
	A94	2,00				28-53						500-800	10-14			
	A95	5,98				28-53						500-800	10-14			
	A96	3,70				28-53						500-800	10-14			
	A97	0,16				28-53						400-600	18-20			
	A97	2,52				28-53						500-800	10-14			
	A98	1,06				28-53						400-600	18-20			
	A98	2,38				28-53						500-800	10-14			
	A99	0,39				28-53						400-600	18-20			
A99	0,93	28-53	500-800	10-14												
B	B1	4,66	Pov. Puro de Eucalipto	s/mato	1ª	9	PL	R	T	P	4x2 m		8-10	Produção	EC1	
	B10	0,45		Esteva e rosmaninho	1ª	7							6-8			
	B11	0,15		Esteva e rosmaninho	1ª	7							6-8			
	B12	0,61		esteva, urze, carqueja	1ª	7							6-8			
	B13	0,03		s/mato	2ª	10							12-14			
	B13	2,23			2ª	10							12-14			
	B14	0,82		s/mato	2ª	11							10-12			
	B15	0,11			2ª	11							10-12			
	B16	0,16		Esteva e rosmaninho	2ª	11							10-12			
	B17	1,44		Esteva e rosmaninho	2ª	11							10-12			
	B18	0,76		s/mato	2ª	10							12-14			
	B18	0,58			2ª	12							12-14			
	B19	0,30			2ª	12							12-14			
	B19	1,73			2ª	12							12-14			
	B2	1,51		s/mato	1ª	10							12-14			
	B20	1,43			2ª	12							12-14			
	B21	0,19		Urze e esteva	2ª	12							12-14			
	B22	0,43		esteva, carqueja e urze	2ª	12							12-14			
	B23	0,80		s/mato	3ª	10							12-14			
	B24	0,27			2ª	11							10-12			
B25	1,80	1ª	9		8-10											
B26	0,67	1ª	9		8-10											

RN (Regeneração natural), PL (Plantação), I (Irregular), R (regular), AF (Alto fuste), T (Talhada), P (Puro), M (Misto)



Quadro 42 - Caracterização parcelar dos povoamentos da ZIF.

Talhão	Parcelas	Área (ha)	Ocupação (Atual >> Futura)	Sub-Coberto	Rotação	Idade média	Origem	Estrutura	Regime	Composição	Compasso	Densidade	HM (m)	Ano da Cortiça	Função	MS	
B	B27	1,07	Pov. Puro de Eucalipto	S/mato	1ª	9	PL	R	T	P	4x2 m		8-10		Produção	EC1	
	B28	0,12			1ª	9							8-10				
	B29	0,21			1ª	9							8-10				
	B3	0,42			1ª	10							12-14				
	B30	1,07			1ª	9							8-10				
	B31	0,18			1ª	9							8-10				
	B32	1,49			1ª	9							8-10				
	B33	0,25			1ª	9							8-10				
	B34	0,45			1ª	9							8-10				
	B35	2,85			1ª	9							8-10				
	B36	0,01			1ª	9							8-10				
	B36	0,21			1ª	9							8-10				
	B37	0,37			1ª	9							8-10				
	B38	1,55			1ª	9							8-10				
	B39	0,97			1ª	9							8-10				
	B4	2,51			Esteva, carqueja e urze	1ª							12				12-14
	B40	1,35			S/mato	1ª							9				8-10
	B41	0,22				1ª							9				8-10
	B42	1,12				1ª							9				8-10
	B43	2,03		1ª		9							8-10				
	B44	0,93		1ª		9							8-10				
	B45	3,90		1ª		9							8-10				
	B46	0,61		1ª		9							8-10				
	B5	2,38		1ª		12							12-14				
	B6	2,33		Urze, esteva		1ª							10				10-12
	B7	0,49		Esteva, carqueja e urze	1ª	7							6-8				
	B8	1,35		1ª	7	6-8											
	B9	0,14		Esteva e carqueja	1ª	7							6-8				
	C	C1		1,05	Misto de P. bravo e Eucalipto	Esteva e urze							3ª				EC12 PB20
E	E1	0,78	Reg. Natural de Sobreiro	s/mato		45-55	RN	I	AF	P		100-120	5-6	2013	Produção	SB1	
	E2	0,94				45-55	RN	I	AF	P		100-120	5-6	2013	Produção	SB1	
F	F1	0,76	Pov. Puro de Freixo			17	PL	R	AF	P	4x4 m		8-10		Produção	FR	
G	G1	0,71	Reg. Natural de Azinheira	Esteva e carqueja		60-70	RN	I	AF	P		100-150	20		Proteção	AZ	

RN (Regeneração natural), PL (Plantação), I (Irregular), R (regular), AF (Alto fuste), T (Talhada), P (Puro), M (Misto)

Quadro 43 - Caracterização parcelar dos povoamentos da ZIF.

Talhão	Parcelas	Área (ha)	Ocupação (Atual >> Futura)	Sub-Coberto	Rotação	Idade média	Origem	Estrutura	Regime	Composição	Compasso	Densidade	HM (m)	Ano da Cortiça	Função	MS
H	H1	0,13	Folhosas Ripícolas				RN	I	AF/T	M					Proteção	F.RIP
	H10	0,16														
	H11	0,15														
	H12	1,64														
	H13	0,13														
	H14	0,01														
	H15	0,03														
	H16	0,92														
	H17	0,58														
	H18	0,18														
	H19	0,41														
	H2	0,04														
	H20	0,42														
	H21	1,25														
	H22	0,23														
	H23	0,11														
	H24	0,21														
	H25	0,95														
	H26	0,83														
	H27	0,19														
	H28	0,13														
	H29	0,04														
	H3	0,28														
	H30	0,27														
	H31	0,00														
	H32	0,00														
	H33	0,00														
	H34	0,06														
	H35	0,01														
	H36	0,27														
	H37	0,24														
	H38	0,29														
	H39	0,01														
	H4	0,14														
	H40	0,01														
	H41	0,09														
H42	0,02															
H43	0,02															
H5	0,24															
H6	0,24															

RN (Regeneração natural), PL (Plantação), I (Irregular), R (regular), AF (Alto fuste), T (Talhadia), P (Puro), M (Misto)

Quadro 44 - Caracterização parcelar dos povoamentos da ZIF.

Talhão	Parcelas	Área (ha)	Ocupação (Atual >> Futura)	Sub-Coberto	Rotação	Idade média	Origem	Estrutura	Regime	Composição	Compasso	Densidade	HM (m)	Ano da Cortiça	Função	MS
H	H7	0,14	Folhosas Ripícolas			Multiénio	RN	I	AF/T	M						F.RIP
	H8	0,13														
	H9	0,23														
I	I1	1,42	Matos	Esteva, carqueja e urze												Proteção
	I10	0,46														
	I11	6,60														
	I12	0,47														
	I13	0,15														
	I14	0,34														
	I15	1,10														
	I16	0,93														
	I17	2,60														
	I18	2,10														
	I19	0,85														
	I2	3,93														
	I20	1,84														
	I21	0,51														
	I22	1,31														
	I23	0,09														
	I24	0,10														
	I25	0,65														
	I3	4,57														
I4	0,45															
I5	0,16															
I6	1,36															
I7	1,16															
I8	0,92															
I9	0,18															

RN (Regeneração natural), PL (Plantação), I (Irregular), R (regular), AF (Alto fuste), T (Talhada), P (Puro), M (Misto)

1.1.4 Componente silvopastoril

A componente silvopastoril da ZIF tem pouca representatividade, desenvolvendo-se essencialmente no sub-coberto dos povoamentos de pinheiro bravo, zonas de incultos e áreas agrícolas (olival) dispersas por toda área de estudo. Basicamente esta atividade é efetuada através do pastoreio de caprinos (e eventualmente de ovinos) para produção de carne e leite, sendo os produtos na sua maioria para consumo próprio dos proprietários. O pastoreio é também de extrema importância ao nível da gestão de combustível, diminuindo assim o risco de incêndio. Futuramente prevê-se que esta atividade venha perdendo importância podendo mesmo ocorrer a sua extinção, devido ao abandono do meio rural e ao envelhecimento da população.

1.1.5 Componente cinegética, aquícola e apícola

No que respeita à componente cinegética a ZIF encontra-se integrada em 2 zonas de caça, (ver ponto 3.4). Sendo assim, tudo o que respeite ao fomento cinegético, espécies, alimentação e refúgio deve ser consultado no Plano de Ordenamento e Exploração Cinegética (POEC) das respetivas zonas de caça.

A componente aquícola não é explorada na ZIF.

No que respeita à componente apícola não foi efetuado um levantamento exaustivo da existência de apiários, no entanto as condições naturais presentes na ZIF aparentam ter potencial para o desenvolvimento desta atividade, dada a presença de matos importantes para a flora melífera como é o caso do rosmaninho, esteva, urze, etc.

1.1.6 Componente de recursos geológicos e energéticos

Apresentando a área da ZIF uma componente florestal acentuada, a possibilidade de exploração de biomassa florestal poderá representar uma obtenção de receitas, logo será um recurso sempre a considerar.

Relativamente aos recursos geológicos com expressão como sejam pedreiras, minas ou saibreiras não se verifica a presença na ZIF.

1.1.7 Componente do património arqueológico

O património arqueológico integra depósitos estratificados, estruturas, construções, agrupamentos arquitetónicos, sítios valorizados, bens móveis e monumentos de outra natureza.

No que respeita à componente de património arqueológico, não se verifica a presença na ZIF.

1.2 Definição dos objetivos de exploração

A política de gestão florestal para a ZIF identifica os objetivos estratégicos a prosseguir, tendo em consideração as orientações transpostas nas diretrizes dos instrumentos de ordenamento do território e de planeamento florestal.

Além disso, considera as necessidades de mercado e as funções de proteção do solo, a minimização de impactes ambientais, bem como os interesses e expectativas da Entidade Gestora.

Um dos grandes objetivos é **garantir uma gestão florestal sustentável**, por forma a permitir a **distribuição regular das receitas e custos**, garantindo a vigência da produção para o futuro **nunca explorando acima da capacidade natural de reposição**.

Outro grande objetivo passa por **explorar o potencial produtivo dos povoamentos de Pinheiro bravo** existentes, ao nível da **produção de madeira** essencialmente, para transformação em produtos de maior **valor acrescentado** através da condução dos mesmos consoante a espécie em causa.

Outra potencialidade é a produção de resina de forma mais ou menos intensiva dependendo da finalidade a dar à madeira das árvores resinadas.

A política de gestão florestal da UGF assenta nos seguintes princípios:

- Distribuição regular das receitas e custos, garantindo a vigência da produção para o futuro nunca explorando acima do acréscimo médio anual (AMA);
- Explorar o potencial produtivo dos povoamentos existentes, ao nível dos produtos florestais lenhosos e não lenhosos, com qualidade para transformação em produtos de maior valor acrescentado através da condução dos mesmos consoante a espécie em causa;
- Promover as boas práticas silvícolas na gestão florestal, através da utilização de técnicas que conduzam a uma gestão florestal sustentável e responsável;
- Minimizar o risco de incêndio através de planeamento adequado da gestão de combustíveis;
- Reduzir a continuidade horizontal da vegetação para minimizar a suscetibilidade à propagação dos incêndios;
- Garantir a compatibilização da gestão dos recursos cinegéticos com a gestão dos espaços florestais;
- Priorizar arborizações coma utilização de espécies florestais adequadas às condições edafo-climáticas que caracterizam a ZIF;
- Efetuar o aproveitamento da regeneração natural de quercíneas nas áreas de maior potencialidade;

- Gerir os espaços florestais de forma a promover a diversidade faunística e florística;
- Potenciar as atividades lúdicas e de recreio compatibilizadas com a Natureza;
- Utilizar técnicas e equipamentos que permitam reduzir ou evitar impactos ambientais adversos, dedicando especial atenção aos relacionados com a proteção do solo;
- Preservar as áreas definidas como proteção/conservação aplicando apenas operações silvícolas mínimas; e
- Cumprir a legislação aplicável à atividade florestal.

2. Adequação ao PROF

Para além dos princípios orientadores definidos para a ZIF, deverão ainda ser tidos em conta os objetivos específicos do PROF para as várias sub-regiões homogéneas. Os Quadros 45 e 46 apresentam os objetivos do PROF sobre os quais a gestão da ZIF vai contribuir de forma direta no decorrer das ações a implementar ao longo do período de vigência do PGF.

Quadro 45 - Objetivos específicos das sub-regiões homogéneas aplicados à ZIF.

UGF	PROF	Sub-região homogénea	Objetivos específicos
ZIF de Sarzedas - Magarefa	PROF CI	Floresta do Interior	<ul style="list-style-type: none"> • Selecionar espécies com boa aptidão produtiva e, em igualdade de outros fatores, menos suscetíveis ao fogo; • Selecionar espécies com boa aptidão produtiva adaptáveis a sistemas de produção conjuntos com caça e silvopastorícia; • Aumentar a fração dos sistemas e espécies florestais com menos suscetibilidade ao fogo; • Ajustar o regime cinegético e silvopastoril à função de gestão de combustível; • Aplicar ao ordenamento orientações provenientes da resposta Nacional aos incêndios de 2017; • Aplicação sistemática das normas de conservação do solo e da água na instalação e gestão de povoamentos e na gestão dos sistemas florestais; • Promover a diversificação de habitats no contexto dos sistemas e espécies a privilegiar.

Para além dos princípios orientadores definidos para a ZIF, deverão ainda ser tidos em conta os objetivos específicos do PROF para a sub-região homogénea na qual está inserida.

Quadro 46 - Quadro resumo da contribuição para as metas do PROF.

UGF	Contribuição para as metas PROF	Vigência do PGF	
		Início	Fim
ZIF de Sarzedas - Magarefa	% de espaços florestais (floresta e matos)	85 %	
	% de arborização	11,6 %	
	% de áreas com aproveitamento de regeneração natural	87,6 %	
	% de composição florestal	97,7 % Povoamentos puro 2,3 % Povoamentos mistos	
	Pinheiro bravo	927,06	
	Eucalipto	98,02	
	Pinheiro bravo e Eucalipto	7,77	
	Pinheiro radiata	2,28	

3. Programas operacionais

De acordo com o Decreto-Lei nº 16/2009 de 14 de janeiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 11/2019 de 21 de janeiro que regulamenta o PGF, foram seguidas as orientações dadas pelo PROF que abrange a ZIF. No quadro seguinte estão identificados os modelos de silvicultura e gestão florestal sustentável, segundo as espécies presentes na ZIF.

Quadro 47 - Modelos de silvicultura e gestão florestal sustentável, segundo a legislação do PROF Centro Interior.

Povoamento	Composição do povoamento e objetivo	Código
Pinheiro bravo (<i>Pinus pinaster</i>)	Puro de pinheiro-bravo, para produção de lenho	PB
Eucalipto (<i>Eucalyptus globulua</i>)	Puro de eucalipto em talhadia, para produção de lenho para trituração	EC1
Sobreiro (<i>Quercus suber</i>)	Puro de Sobreiro, para produção de cortiça e lenho como produto secundário	SB1
Freixo (<i>Fraxinus angustifolia</i>)	Puro de Freixo para proteção e lenho como produto secundário	FR
Azinheira (<i>Quercus rotundifolia</i>)	Puro de azinheira em alto fuste, para produção de fruto, lenha e/ou lenho	AZ

No que respeita aos modelos de silvicultura afetos aos diferentes **Programas Operacionais de Gestão**, foram efetuadas as adaptações necessárias impostas pela estação aos modelos silvicultura do PROF-CI.

Quadro 48 - Modelos de silvicultura e gestão florestal sustentável, adaptados às tipologias específicas da UGF.

Povoamento	Composição do povoamento e objetivo	Código
Pinheiro radiata (<i>Pinus radiata</i>)	Puro pinheiro radiata, para produção de lenho	PR
Folhosas ripícolas (Amieiro, Salgueiro e freixo)	Folhosas ripícolas (Áreas de Proteção)	F.RIP

Cada Programa Operacional de Gestão faz referência aos modelos de silvicultura das ocupações dominantes e mais representativas na ZIF.

O Talhão - Parcelas H1 a H43 são constituídos por Folhosas Ripícolas (amieiro, salgueiro e freixo) e espécies arbustivas típicas das linhas de água e zonas húmidas (juncos e silvas), são classificados no presente PGF como áreas de proteção. O PROF-CI não contempla nenhum modelo de silvicultura específico para estas áreas, pelo que serão alvo beneficiação da galeria ripícola (BGR), sempre que se justifique.

3.1 Programa de gestão de biodiversidade

Tendo em consideração o enquadramento elaborado no ponto 2.4 (Fauna, Flora e Habitats) surgem, algumas orientações que devem ser tidas em consideração, uma vez que na ZIF existem espécies indicadoras de habitats, nas áreas designadas por galerias ripícolas (folhosas ripícolas como o amieiro, salgueiro e freixo).

HABITAT 91E0 - Florestas aluviais de *Alnus glutinosa* e *Fraxinus excelsior* (Alno-Padion, *Alnion incanae*, *Salicion albae*), subtipo Amiais ripícolas (*habitat 91E0pt1*)

Bosques de amieiros e salgueiros de margens de cursos de água permanentes (galerias ripícolas), comum em quase todas as bacias hidrográficas.

Por se situarem na interface de campos agrícolas e cursos de água e longe dos povoados, de um modo geral, encontram-se em bom estado de conservação. Os amieiros e salgueiros envelhecidos, estão frequentemente fragilizados por podridões do lenho e com facilidade tombam e levantam, por alavanca, as toijas, aumentando a resistência hidráulica do canal e expondo à força erosiva da água os ecossistemas terrestres vizinhos.

Tem como **ameaças** o abandono da gestão tradicional, limpeza desregrada das margens dos cursos de água, construção de obras hidráulicas e corte para madeira, alterações ao nível das toalhas freáticas e o pastoreio por gado ovino no verão.

Relativamente a **orientações de gestão**, deve-se condicionar as práticas de limpeza das margens dos cursos de água, interditar o corte de material lenhoso, condicionar obras de hidráulica que provoquem alterações ao nível das toalhas freáticas, interdição ao pastoreio na área de ocupação do habitat e eventualmente contratualização do uso na área de ocupação atual do habitat.



Figura 3 - Galeria ripícola com Amieiro (à esquerda) e Salgueiro (à direita).

3.2 Programa de gestão da produção lenhosa

Os modelos de silvicultura adotados para identificar a sequência das operações silvícolas necessárias para a **gestão dos povoamentos dedicados à produção lenhosa**, encontram-se listados de seguida. No decorrer da calendarização das operações na gestão florestal preconizada adiante descritas, em alguns casos foi necessário efetuar adaptações das operações à estação.

- **PB - Povoamento puro de Pinheiro bravo, para produção de lenho.**

Quadro 49 - Modelo de Silvicultura para o Pinheiro bravo (PB) - novas instalações e condução de povoamentos já instalados.

Momento de Intervenção (Anos)	Intervenção	Descrição da intervenção
2-3	Aproveitamento da Reg. Natural	É um método bastante usado em povoamentos de pinheiro bravo, no entanto, o sucesso do mesmo depende em muito das características da estação e do povoamento a regenerar.
0	Plantação	É aconselhável em solos não muito delgados ou que não estejam muito degradados. Dispensa a limpeza intraespecífica precoce. Permite a utilização de plantas selecionadas, ou mesmo melhoradas. É o método mais usado em Portugal, em linhas, entre outubro e novembro. Densidade inicial: entre 1200 e 1700 plantas por hectare. Estão contempladas neste momento de intervenção as operações de preparação do terreno e fertilização das plantas.
1	Retanchar	Consiste na reposição das árvores mortas.
Entre 1-10	Limpeza de Mato	Realizar com o objetivo de reduzir a concorrência pela luz, água e elementos minerais e reduzir o risco de incêndio. Efetuar quando a vegetação espontânea entra em concorrência direta com as plantas jovens, executar manualmente nas linhas de plantação e mecânica ou manual nas entrelinhas.
	Limpeza do Povoamento	Realizada com o objetivo de reduzir a densidade do povoamento, assegurando uma distribuição mais equilibrada das árvores do povoamento.
Aos 15 e 20	Desramação	Tem como objetivo melhorar a qualidade da madeira, através do aumento da proporção de lenho limpo, sem nós. Desramação das árvores selecionadas previamente como árvores de futuro, feita até aos 3-4 m de altura. Realizar em 2 a 3 intervenções.
Aos 20, 30 e 40	Desbaste	Permite a obtenção de receitas intermédias e seleção das árvores que chegarão a corte final. Realizar a operação quando houver contacto entre as copas das árvores. Remover as árvores mortas, doentes e de pior qualidade (com forma deficiente, com ramos muito grossos ou sem dominância apical).
47	Corte Final	Corresponde ao termo de explorabilidade e á obtenção da receita principal do povoamento.

- **EC1 - Povoamento puro de Eucalipto, em talhadia, cujo objetivo principal é a produção de lenho para trituração.**

Quadro 50 - Modelo de Silvicultura para o Eucalipto (EC1) - novas instalações e condução de povoamentos já instalados.

Momento de Intervenção (Anos)	Intervenção	Descrição da intervenção
0	Arranque/ Destruição de Cepos	Operação realizada em rearborizações e reconversões de povoamentos em subprodução após corte. Para a realização da operação pode recorrer-se à utilização de uma Enchó (ou Enxó), que permite arrancar e destroçar parcialmente raízes de árvores de médio e grande porte (cepos e toijas).
0	Plantação	Quando realizada a partir de meados de fevereiro, a plantação é mais homogênea e com menores custos, mas o sistema radicular pode não estar totalmente desenvolvido no verão. No início do outono, permitindo um bom desenvolvimento radicular, mas expondo a geadas e encharcamentos. Densidade inicial: 1100 a 1400 árvores/ha. Estão contempladas neste momento de intervenção as operações de preparação do terreno e fertilização das plantas
1	Retanchar	Consiste na reposição das árvores mortas
Entre 1-10	Limpeza de Mato	Realizar no fim da primavera, caso o grau de infestação justifique economicamente o seu controlo, com o objetivo de reduzir a concorrência pela luz, água e elementos minerais. Mobilizar superficialmente o terreno entre as linhas de plantação, completar com mondas à volta das árvores mais pequenas.
Aos 14 e 26	Adubação de Manutenção	Fazer ao longo da vida do povoamento e também consoante as carências existentes na estação em causa. Geralmente é efetuada aquando a seleção de varas.
Aos 14 e 26	Seleção de Varas (2ª e 3ª rotação)	Escolher, cerca de dois anos após o corte, as varas que deverão ficar até ao fim da revolução. Conveniente deixar 1 a 3 varas por toija, escolhidas de entre as mais vigorosas, para compensar eventuais perdas. A época de corte recomendável é o período de repouso vegetativo, pois minimiza a mortalidade das toijas. Devem sobretudo ser evitadas as épocas húmidas e quentes, pelo risco de surgirem fungos.
Aos 12, 24 e 36	Corte Final	Corresponde à obtenção da receita principal do povoamento.

- **PR - Povoamento puro de Pinheiro radiata, para produção de lenho.**

Quadro 51 - Modelo de Silvicultura para o Pinheiro radiata (PR) - novas instalações e condução de povoamentos já instalados

Momento de Intervenção (Anos)	Intervenção	Descrição da intervenção
Instalação (0)	Plantação	É aconselhável em solos não muito delgados ou que não estejam muito degradados. Plantação a compassos apertados com plantas em contentor.
Entre 2-5	Limpeza de Mato	Tem como objetivo reduzir a concorrência pela luz, água e elementos minerais. Efetuar quando a vegetação espontânea entra em concorrência diretamente com as jovens plantas.
Entre os 5-10	Desramação	Quando o povoamento for de baixa densidade, é necessário realizar desrama artificial. Desramar até 1/3 da altura das árvores. Não se devem cortar ramos com mais de 2 a 3 cm de diâmetro de base.
Entre os 8-10 e 15-18	Desbaste	Desbaste seletivo pelo baixo. Realizar a operação quando houver contacto entre as copas das árvores (aproximadamente nas idades indicadas).
Entre os 20-25	Corte de realização	Corresponde ao termo de explorabilidade e à obtenção da receita principal do povoamento.

- FR - Povoamento puro de Freixo, para produção de lenho

Quadro 52 - Modelo de Silvicultura para o Freixo (FR) - novas instalações e condução de povoamentos já instalados

Momento de Intervenção (Anos)	Intervenção	Descrição da intervenção
0	Plantação	É aconselhável em solos fundos, ligeiros, férteis e frescos, de pH próximo de 7 e textura franca. Especialmente indicada para terrenos agrícolas abandonados e terrenos ribeirinhos. Instalação de 800 a 1000 plantas por hectare, a efectuar no período de repouso vegetativo. Estão contempladas neste momento de intervenção as operações de preparação do terreno e fertilização das plantas.
1	Retanchar	Consiste na reposição das árvores mortas.
Entre 1-10	Limpeza de Mato	São muito sensíveis à concorrência das plantas espontâneas nas primeiras idades. Limpeza manual nas linhas de plantação, antes da rebentação, enquanto a altura média das árvores variar entre 1 e 6 metros. Realizar até as plantas deixarem de correr o risco de serem dominadas pela vegetação espontânea. Em faixas e/ou mecânica ou manualmente, junto às plantas.
15	Poda de Formação	Realizada com objetivo de garantir árvores com fuste direito e sem bifurcação. A realizar nas melhores árvores (vigorosas e bem conformadas), no máximo de 400 por hectare, bem distribuídas no terreno.
Aos 18 e 22	Desramação	Suprimem-se os ramos de baixo para cima. A altura a desramar nunca deverá ser superior a 1/3 a 1/2 da altura total; na primeira passagem desrama-se até 2 a 3 m de altura.
30	Desbaste	Deverá ser efetuado um desbaste pelo baixo, retirando cerca de 25% das árvores existentes no povoamento.
60	Corte Final	Corresponde ao termo de explorabilidade e á obtenção da receita principal do povoamento.

3.2.1 Programa de cortes e desbastes

Segundo os modelos de silvicultura e que tiveram na base da calendarização das operações, verifica-se que durante o período de vigência do PGF, algumas parcelas serão alvo da operação de desbaste (DB) e corte (C). Os quadros 72 e 73 sintetizam as áreas e respetivos anos de intervenção.

Quadro 53 - Quantificação da área de corte durante o período de vigência do PGF.

Espécie	Talhão/Parcela	Área (ha)	2022	2023	2024	2025	2026	2º Quinq.	3º Quinq.	4º Quinq.
Eucalipto	C1	1,05	C							
	B4 e B5	4,89								
	B18 a B22	4,66								
	B14 a B17 e B24	2,80			C					
	B2, B3, B6, B13, B18 e B23	8,08				C				
	B1	4,66					C			
	B25 a B44	23,41								C
	B7 a B12	3,18								
Pinheiro bravo	A56 e A57	4,24						C		
	A110 a A114	2,65								
	A3 a A6, A8 a A16, A45 a A55, A58 a A109, A118 e A119	279,18								C

Quadro 54 - Quantificação da área de desbaste durante o período de vigência do PGF.

Espécie	Talhão/Parcela	Área (ha)	2022	2023	2024	2025	2026	2º Quinq.	3º Quinq.	4º Quinq.
Pinheiro bravo	A3 a A6, A8, A9, A10 a A16, A24 a A30, A32 a A42, A45 a A55, A63 a A109, A117 a A120, A122	340,46	DB							
	A1, A25, A28, A35, A36, A38 a A40, A56 a A62	29,55			DB					
	A2 a A5, A7 a A11, A13, A17 a A46, A68	266,92				DB				
	A1 a A36, A38 a A41, A43 a A55, A58 a A109, A117 a A120, A122 e A123	537,46							DB	
	C1	1,05	DB					DB		DB
Freixo	F1	0,76		DB						

3.3 Programa de Gestão do Aproveitamento de Recursos Não Lenhosos e Outros Serviços Associados

Os modelos de silvicultura adotados para identificar a sequência das operações silvícolas necessárias para a gestão dos povoamentos dedicados à produção não lenhosa e outros serviços associados, encontram-se descritos de seguida.

- **SB1 - Povoamento puro de Sobreiro, cujo objetivo principal é a produção de cortiça e lenho como produto secundário.**

Quadro 55 - Modelo de Silvicultura para o Sobreiro (SB1) - novas instalações e condução de povoamentos já instalados.

Momento de Intervenção (Anos)	Intervenção	Descrição da intervenção
0	Plantação	É aconselhável em solos não muito delgados ou que não estejam muito degradados. Dispensa a limpeza intraespecífica precoce. Realizar no período de repouso vegetativo. Densidade inicial entre 200 a 400 árvores por ha.
	Reg. Natural	
	Sementeira	
1	RetanCHA	Consiste na reposição das árvores mortas.
Ao longo da vida do povoamento	Limpeza de Mato	Numa fase inicial tem como objetivo reduzir a concorrência pela luz, água e elementos minerais. Efetuar quando a vegetação espontânea entra em concorrência diretamente com as jovens plantas. Inicialmente controlar apenas em redor das mesmas, pelo efeito protetor da vegetação acompanhante.
		Numa fase de maturidade do povoamento essencialmente com o objetivo de controlar a carga combustível e a competição com a regeneração natural que vai surgindo.
7	Desramação	Tem como finalidade melhorar a qualidade da madeira através do aumento da proporção de lenho limpo, sem nós. A efetuar nas plantas com tendência para ramificar junto ao solo. Não ultrapassar 1/3 da altura total da árvore.

Aos 14 e 36	Poda de Formação	Remover todos os ramos laterais até uma altura de 3 m, não retirando mais de 30 % da copa viva, com o objetivo de promover o crescimento dum fuste mais direito e contribuir para uma copa mais equilibrada. Em sobreiros adultos, restringir à supressão de ramos.
Ao longo da vida do povoamento caso se justifique	Desbaste/Correção de Densidades	O objetivo consiste em proporcionar condições de desfogo necessárias às árvores de futuro. Deve retirar-se as árvores defeituosas, doentes, debilitadas e as que estiverem em concorrência com as mais bem conformadas e com as melhores produtoras de cortiça. Grau de coberto das copas após desbaste: 40 % a 50%.
30	Desbóia	O PAP (perímetro do tronco a 1,3 m do solo) mínimo é de 70 cm e a altura máxima a descortiçamento não pode exceder o dobro do PAP. Respeitar as alturas máximas de descortiçamento e a idade mínima de criação de cortiça fixadas pela legislação em vigor.
A partir dos 40	Descortiçamentos	Respeitar as alturas máximas de descortiçamento e a idade mínima de criação de cortiça fixadas pela legislação em vigor. O intervalo mínimo entre descortiçamentos é de 9 anos.
	Poda de Manutenção	Efetua-se com objetivos sanitários, removendo-se os ramos secos e enfraquecidos, ou para melhorar a iluminação interna da copa. efetuar sempre que necessário e nunca nos 2- 3 anos imediatamente anteriores ou posteriores ao descortiçamento.
A definir	Instalação de pastagem	De aveia ou outra, com gradagem no Inverno, para limpeza e enterramento da vegetação espontânea, e adubação (NP) na Primavera, seguida da sementeira da aveia e uma gradagem para enterrar a semente. Fazem-se várias instalações com alguns anos de diferença. Pode optar-se por instalação de pastagem permanente.

3.3.1 Programa de gestão subericola

Com a entrada em vigor do Decreto de lei n.º 155/2004 de 30 de junho, que regulamenta as medidas de proteção dos sobreiros e das azinheiras, ficou estabelecido que a partir do ano de 2030 não será permitida a exploração de sobreiros em meças.

Isto significa que se, em 2030, um sobreiro ainda se encontrar explorado em meças, o subericultor terá de aguardar que a totalidade da cortiça de reprodução que a árvore está a formar atinja, pelo menos, 9 anos de criação (ou, excecionalmente, 8, mediante autorização especial do ICNF), para poder descortiçar.

Se o Subericultor deixar para depois de 2030 o acerto das meças, tal poder-lhe-á trazer prejuízos graves. Isto porque:

- pode então ter de aguardar bastantes anos até lhe ser permitido voltar a descortiçar (e, assim, voltar a obter rendimento da cortiça); e
- Se for necessária uma espera prolongada, no fim, parte da cortiça encontrar-se-á, muito provavelmente, com uma idade de criação avançada (13 ou mais anos), o que é geralmente motivo de desvalorização.

Relativamente à execução do descortiçamento existe um conjunto de indicadores que nos permitem avaliar se o descortiçamento está a ser bem executado, nomeadamente:

- Só desboiar sobreiros com PAP (Perímetro Altura do Peito) medido sobre a cortiça ≥ 70 cm;

- Só extrair cortiça secundeira ou amadia com 9 ou mais anos de idade de criação, exceto se devidamente autorizado;
- Não exceder os limites definidos na legislação, relativo à altura de descortiçamento e para o perímetro, medido sobre a cortiça, no limite superior do descortiçamento (≥ 70 cm);
- Não descortiar “em meças” árvores habitualmente exploradas em “pau batido”, nem árvores exploradas pela primeira vez, visto que, a partir de 2030 não será permitida a exploração de sobreiros em “meças”;
- Não provocar danos no entrecasco;
- Evitar que os golpes do machado, ao efetuar as incisões, provoquem feridas no entrecasco, que, apesar de cicatrizarem muito bem, originam irregularidades que aparecem na futura prancha, efetuando esta ação por trabalhadores experientes ou recorrendo às ferramentas mecânicas recentemente aparecidas no mercado;
- Após o descortiçamento, inscrever, com tinta branca indelével e de forma visível sobre a superfície explorada dos sobreiros, o algarismo das unidades do ano da tiragem da cortiça. No caso de a extração ocorrer em manchas ou folhas, apenas é obrigatória a inscrição nos sobreiros que as delimitam;
- Em anos de seca e no caso de árvores enfraquecidas (que apresentem desfolha elevada) recomenda-se o adiamento do descortiçamento para a campanha seguinte;
- Os calços (cortiça formada na base da árvore junto ao solo) devem ser retirados como medida de precaução sanitária;
- Após descortiar uma árvore doente, desinfetar as ferramentas com produtos não proibidos pelo Código Internacional de Práticas Rolheiras (CIPR), devendo também evitar-se o seu contacto com o solo;
- A pilha de cortiça não deve estar em contacto com o solo, deve ser garantido não só o seu arejamento, orientando-a perpendicularmente aos ventos dominantes, mas também que sob ela não se acumula água da chuva; e
- Devem ser cumpridas todas as normas de Segurança e Higiene no Trabalho.

Um outro aspeto de extrema importância prende-se com o preenchimento do *Manifesto de Produção Subericola* por parte do produtor, sendo obrigatório o preenchimento da declaração da cortiça virgem, secundeira ou amadia extraída. O conhecimento da quantidade de cortiça extraída no País é fundamental para a definição de políticas, para a tomada de decisões pelos subericultores e para a programação da atividade de transformação industrial. Só o preenchimento correto do *Manifesto de Produção Subericola* e o seu reenvio ao ICNF vão permitir obter esse conhecimento. Os dados contidos no formulário são recolhidos para fins exclusivamente estatísticos.

O quadro seguinte faz a síntese da área de descortiçamento e respetivo talhão, durante o período de vigência do PGF.

Quadro 56 - Tiragem de cortiça durante o período de vigência do PGF.

Talhão	Parcela	Área (ha)	Tipo Cortiça Ano da Última Tiragem de Cortiça	Ano das Próximas Tiragens
E	1 e 2	1,72	Amadia - 2013	2022 + 2º Quinquénio (2031)

3.3.2 Programa de gestão cinegética

Como já foi referido anteriormente (ver ponto 3.4) a ZIF está incluída em 2 Zonas de Caça apresentando assim um elevado potencial cinegético tanto para caça maior como caça menor. O sucesso da gestão cinegética, residirá numa implementação cuidada de medidas de ordenamento, de forma garantir a compatibilização desta atividade com as atividades agroflorestais presentes.

As ações a implementar deverão basear-se em larga medida na melhoria do *habitat*, de modo a aproximá-lo dos requerimentos ecológicos das espécies presentes. A atuação específica em cada caso depende das carências detetadas, mas fundamentalmente deverá ir no sentido de melhorar as áreas de refúgio, reprodução e alimentação, reduzindo o efeito dos principais fatores limitantes a considerar: excesso de gado, predação, carência de água e alimento e coberto adequado.

Apresenta-se de seguida algumas medidas de fomento desta atividade:

- Sempre que possível, devem ser mantidos bosquetes de mato que têm como principal objetivo funcionar como refúgios para proteção contra os predadores ou condições adversas e assim, proporcionando sombra e abrigo contra o frio, a chuva, ou o vento;
- Preconiza-se a manutenção e limpeza de nascentes para um melhor acesso ao recurso por parte das espécies cinegéticas; e
- Sempre que se efetue podas ou desbastes seria interessante deixar alguns resíduos destas intervenções que seriam estrategicamente colocados no terreno de modo a proporcionarem coberto de refúgio ou mesmo de reprodução.

Um aspeto que não deve ser esquecido, é o facto de a caça ter um forte impacto na regeneração natural, que deve ser tido em conta, de forma a garantir o seu desenvolvimento, podendo passar pela utilização de técnicas de proteção.

3.4 Programa de infraestruturas

O programa de infraestruturas contempla intervenções para a área da ZIF, existindo intervenções inteiramente da responsabilidade do proprietário e outras cuja responsabilidade é de terceiros.

O Quadro 71 apresenta a síntese e calendarização das intervenções previstas na ZIF para os próximos quinquênios, no entanto proceder-se-á à manutenção constante de todas as infraestruturas DFCl e à construção de outras mediante as necessidades.

A calendarização das intervenções ao nível das infraestruturas DFCl tem de ser encarada como um aspeto dinâmico de forma a promover uma gestão fácil, objetiva e com elevado grau de eficiência durante o período de vigência do PGF.

Quadro 57 - Calendarização das intervenções nas infraestruturas para o período de vigência do PGF.

UGF	Tipo de intervenção	Anos / Área de Intervenção							
		2022	2023	2024	2025	2026	2ºQuinq	3ºQuinq	4ºQuinq
ZIF Sarzedas - Estacal	Rede Viária Florestal	<u>Manutenção Gradual</u> : 2022, 2025, 2ºQ, 3ºQ e 4ºQ = 98,95 km							
	Beneficiação de Pontos de Água	<u>Manutenção Gradual</u> : 2023, 2026, 2ºQ, 3ºQ e 4ºQ							
	FGC às edificações em espaços rurais (50m)	41,13 ha (replicar de 2 em 2 anos)							
	FGC aos aglomerados populacionais (100 m)	82,92 ha							
	FGC à rede viária florestal (20m)	12,00 ha (replicar de 2 em 2 anos)							
	FGC à rede primária (125m)	27,27 ha							
	FGC às linhas elétricas de média tensão (7 m)	(Faixa da responsabilidade da EDP, Definido no PMDFCl) 10,96 ha							
	FGC aos pontos de Água (30m)	26,29 ha							

No que respeita as **Faixas de Gestão de Combustível**, seguem os requisitos que constam no Decreto-Lei n.º 82/2021 de 13 de outubro que revoga o Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, na sua redação atual, com as devidas exceções (artº 80º do Decreto-Lei n.º 82/2021 de 13 de outubro).

De uma forma geral as intervenções a executar ao nível das FGC são:

- Limpeza de mato (manual e/ou mecânica);
- Podas;
- Desramas;
- Desbaste;
- Corte; e
- Eliminação de Resíduos.

Na implementação deste tipo de faixas (**Faixa de Redução de Combustível**) deve-se ter em consideração a **necessidade de manutenção futura**, pelo que deverão ser

construídas/beneficiadas de modo a promover uma gestão fácil, objetiva e com elevado grau de eficiência.

Ao nível da **rede viária florestal**, tendo em conta que o seu estado de conservação é razoável, prevê-se apenas a **regularização do piso, limpeza de valetas e abertura se necessário** por forma a permitir a deslocação de meios terrestres de forma rápida e eficaz.

3.5 Programa de Operações Silvícolas Mínimas

O programa de operações silvícolas mínimas (OSM) pretende elencar:

- Operações legalmente obrigatórias quanto à defesa da floresta contra incêndios, à defesa contra agente bióticos e à proteção dos recursos naturais, água e solo, tendo em consideração o **Decreto-Lei n.º 82/2021 de 13 de outubro que revoga o Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, na sua redação atual, com as devidas exceções (artº 80º do Decreto-Lei n.º 82/2021 de 13 de outubro).**

As OSM incluem operações como Limpeza de mato (manual e/ou mecânica), podas, desramas, desbaste, corte e eliminação de Resíduos (OSM - LM+PD+DR+DB+C+ER). As áreas da ZIF onde se realizam OSM são:

- Todos os **Talhões-Parcelas que intersectam com FGC** à Rede Primária, Rede Viária Florestal, Linhas Elétricas, Pontos de Água, Edificações e Aglomerados populacionais;

3.6 Gestão florestal preconizada (Calendarização das Intervenções)

Um dos objetivos do PGF é a identificação temporal das várias ações preconizadas para a ZIF, nomeadamente, a elaboração de um **PIO (Plano de Intervenção Operacional)** entre outros Programas.

Na **distribuição anual das intervenções foram consideradas algumas premissas que facilitaram a calendarização das operações** e permitirão garantir a sustentabilidade da gestão, nomeadamente:

- No decorrer da manutenção dos povoamentos, evitar gradagens contínuas nas áreas florestais com problemas de erosão, utilizando preferencialmente o corta-mato em detrimento da grade;
- No caso das áreas de Eucalipto e de acordo com o desenvolvimento dos rebentos, efetuar a seleção de varas 3-4 anos após o corte;

- O corte de áreas de Eucalipto é realizado em rotações de 12 em 12 anos;
- As podas nos Sobreiros devem ser efetuadas 2-3 anos antes ou após o descortiçamento; e
- Efetuar a Gestão de Combustível regular e concertada com o PMDFCI;

No período vigência do presente PGF é importante acautelar várias situações que podem ocorrer, fazemos referência a algumas delas, nomeadamente:

- Nas áreas definidas como de produção, tendo em vista otimizar a produção e a qualidade do material obtido, seguir-se-á uma silvicultura mais intensiva. **No caso das áreas cuja prioridade não é a produção, os modelos são menos intensivos e mais flexíveis;**
- Em todas as áreas a interencionar deve-se **preservar a regeneração natural das espécies autóctones**, dando-se prioridade à seleção de espécies folhosas em detrimento das resinosas;
- Nas áreas com **objetivos de proteção, deve-se intervir o menos possível**, ou seja, evitar mobilizações e aproveitar sempre que possível a regeneração natural, uma vez que pressupõe menores custos e menores impactes ambientais;
- **Aquando da realização de podas (podas de formação ou manutenção) e desramações**, tendo por finalidade a melhoria da qualidade do material lenhoso, **recomenda-se a aplicação de intervenções pouco intensas**, bem como a limitação apenas às árvores com probabilidade de integrarem o povoamento de futuro. Na realização destas operações deve-se ter especial atenção ao intervir em árvores que apresentem sintomas de doenças, devendo proceder-se a desinfeção dos instrumentos de poda, evitando assim o contacto com árvores sãs;
- **Aquando da realização de podas nas áreas de Sobreiro (podas de formação)**, tendo por finalidade a melhoria da qualidade do material lenhoso, e no mesmo ano exista **desbóia e/ou tiragem de cortiça**, as operações não incidem nas mesmas árvores; e
- **No caso de flutuações de mercado**, a ocorrência de riscos naturais (incêndios, pragas, doenças) e até do desenvolvimento propriamente ditos das espécies florestais, pode ser necessário reestruturar a calendarização das operações, garantindo a sustentabilidade.

Prevê se no futuro e com recurso a apoios comunitários vir a **efetuar candidaturas que apoiem a gestão da ZIF, ao nível:**

- **Florestações/reflorestações e adensamentos;**
- **Instalação de sistemas agroflorestais;**
- **Prevenção da floresta contra agentes bióticos e abióticos;**
- **Restabelecimento da floresta afetada por agentes bióticos e abióticos ou por acontecimentos catastróficos;**
- **Melhoria da resiliência e do valor ambiental das florestas; e**
- **Melhoria do valor económico das florestas.**

No que diz respeito a possíveis Florestações/Reflorestações, sejam elas por sementeira, plantação ou aproveitamento da regeneração natural, deve apresentar como densidades mínimas previstas:

- Sobreiro e/ou azinheira - 60 a 120 N;
- Pinheiro manso - 60 a 120 N;
- Outras folhosas - 150 a 200 N; e
- Outras resinosas - 400 a 500 N.

As ações contempladas ao nível das florestações/reflorestações são: preparação do terreno, plantação, sementeira e/ou adensamento, retanchar, sacha e amontoa, instalação de culturas melhoradoras do solo e proteções individuais de plantas.

Todas as ações referidas nos Planos de Intervenção Operacional (PIO) serão sempre que possíveis, enquadradas nos quadros comunitários de apoio.

Os quadros da calendarização das intervenções apresentam a seguinte informação:

- Ocupação Solo;
- Talhão / Parcela;
- Área de intervenção;
- Tipo de intervenção (ver nomenclatura Quadro 58); e
- Ano de intervenção.

Quadro 58 - Nomenclatura da calendarização das intervenções.

Sigla	Descrição da Operação	Sigla	Descrição da Operação
AB (FITO)	Abate de árvores	GRD	Gradagem
AD	Adubação	GC	Gestão de combustível
ADM	Adubação de manutenção	IC	Instalação de cultura
APRN	Aproveitamento da Regeneração Natural	ICM	Instalação de cultura melhorada
BGR	Beneficiação de galeria ripícola	LL	Limpeza de leito
C	Corte raso	LM	Limpeza de matos (manual e/ou mecânica)
CD	Correção de densidades	LP	Limpeza dos povoamento
CF	Colheita de frutos	MC	Manutenção de cultura
CP	Colocação de protetores	MCE	Manutenção de cerca
CS	Corte sanitário	OSM	Operações silvícolas mínimas
CRV	Colocação/Recuperação de vedação	PD	Podas
CVE	Controlo de veg. espontânea (manual e/ou mecânica)	PL	Plantação
CIL	Controlo de invasoras lenhosas	PT	Preparação do terreno
D	Desbóia	R	Retanchar
DT	Destruição de touças	SA	Sacha e amontoa
DB	Desbaste	SV	Seleção de varas
DR	Desrama	TC	Tiragem de cortiça
ER	Eliminação de resíduos	TS	Tratamento de solo

Detalhes das Operações

- No que respeita à operação de **Beneficiação de Galeria Ripícola (BGR) - Talhão-Parcela (H1 a H43)**, o mesmo inclui as seguintes intervenções: **limpeza de leito, corte de ramos pendentes, gestão seletiva de matos heliófilos, preservação da regeneração natural, eliminação de resíduos e consolidação de margens com ripícolas autóctones;**
- De uma forma geral as **intervenções a executar ao nível das Faixas de Gestão de Combustível e FGC Rede Secundária (FGC RS)** são: **Limpeza de mato (manual e/ou mecânica), podas, desramas e eliminação de resíduos;**
- A operação de **Gradagem (GRD)** nas áreas de eucalipto inclui a operação de **eliminação do mato e incorporação dos resíduos resultantes da operação de seleção de varas;**
- Podem existir nos PIO operações que se replicam dois anos consecutivos, este aspeto é justificado pelo facto de incluírem duas épocas de intervenção, na medida em que pode não ser possível a sua conclusão no ano em que têm início;
- Podem existir nos PIO, nas áreas de sobreiro, operações de poda (poda de formação), desbóia e/ou tiragem de cortiça no mesmo ano. Aquando da realização de podas, tendo por finalidade a melhoria da qualidade do material lenhoso, e no mesmo ano exista desbóia e/ou tiragem de cortiça, é de referir que a desbóia e/ou tiragem de cortiça é realizada nas árvores que não são alvo de podas;
- Quando estão previstas **operações de manutenção** num determinado ano, é importante salvaguardar que estas operações podem ter início no ano anterior ao previsto ou serem concluídas no ano seguinte ao previsto (está salvaguardada a legislação de proteção do Sobreiro e Azinheira);
- **Operações de tratamento do solo (Adubação e Calagem)** serão realizadas sempre que se justifique, não têm uma calendarização definida, estão dependentes das carências identificadas.

Todas as ações referidas nos PIOS (Quadros 59 a 68) serão sempre que possíveis enquadradas nos **Quadros Comunitários de Apoio**. Os Mapas 13 a 20 representam a sua distribuição geográfica.

Quadro 59 - Calendarização das intervenções.

Ocupação do Solo	Talhão Parcela	Área (ha)	2022	2023	2024	2025	2026	2ºQ	3ºQ	4ºQ	
Pinheiro bravo	A1	0,75			DB+DR+ER+LM			GC	DB+LM+ER	GC	
	A10	3,69				DB+DR+ER+LM			DB+LM+ER		
	A10	1,58	DB+DR+ER+LM				GC		DB+ER+LM	C	
	A100	0,64	DB+ER+LM					GC	DB+ER+LM	C	
	A101	3,18	DB+ER+LM					GC	DB+ER+LM	C	
	A102	14,17	DB+ER+LM					GC	DB+ER+LM	C	
	A103	5,79	DB+ER+LM					GC	DB+ER+LM	C	
	A104	2,79	DB+ER+LM					GC	DB+ER+LM	C	
	A105	1,44	DB+ER+LM					GC	DB+ER+LM	C	
	A106	1,70	DB+ER+LM					GC	DB+ER+LM	C	
	A107	0,71	DB+DR+ER+LM					GC		DB+ER+LM	C
	A107	1,18	DB+ER+LM						GC	DB+ER+LM	C
	A108	11,50	DB+ER+LM						GC	DB+ER+LM	C
	A109	1,00	DB+ER+LM						GC	DB+ER+LM	C
	A11	2,59								DB+LM+ER	
	A11	1,36	DB+DR+ER+LM					GC		DB+ER+LM	C
	A110	0,77			DB+ER+LM				C	APRN+ER+LM	DR+ER+LM
	A111	1,12			DB+ER+LM				C	APRN+ER+LM	DR+ER+LM
	A112	0,52			DB+ER+LM				C	APRN+ER+LM	DR+ER+LM
	A113	0,10			DB+ER+LM				C	APRN+ER+LM	DR+ER+LM
	A114	0,14			DB+ER+LM				C	APRN+ER+LM	DR+ER+LM
	A117	1,71				DB+DR+ER+LM				DB+LM+ER	
	A117	3,10	DB+DR+ER+LM						GC		GC
	A118	0,99				DB+DR+ER+LM				DB+LM+ER	
	A118	0,10	DB+DR+ER+LM					GC		DB+ER+LM	C
	A119	1,55				DB+DR+ER+LM				DB+LM+ER	
	A119	0,51	DB+DR+ER+LM					GC		DB+ER+LM	C
	A12	0,61	DB+DR+ER+LM					GC		DB+ER+LM	C
	A120	1,36								DB+LM+ER	
	A120	1,36	DB+DR+ER+LM						GC		GC
	A122	1,38				DB+DR+ER+LM				DB+LM+ER	
A122	0,10			DB+DR+ER+LM					GC	GC	
A122	1,20	DB+DR+ER+LM						GC		GC	
A123	0,51				DB+DR+ER+LM				DB+LM+ER		
A13	1,29				DB+DR+ER+LM				DB+LM+ER		
A13	1,24	DB+DR+ER+LM					GC		DB+ER+LM	C	

Quadro 60 - Calendarização das intervenções.

Ocupação do Solo	Talhão Parcela	Área (ha)	2022	2023	2024	2025	2026	2ºQ	3ºQ	4ºQ
Pinheiro bravo	A14	0,16	DB+DR+ER+LM				GC		DB+ER+LM	C
	A15	0,16	DB+DR+ER+LM				GC		DB+ER+LM	C
	A16	1,12	DB+DR+ER+LM				GC		DB+ER+LM	C
	A17	0,52				DB+DR+ER+LM		DR+LM+ER	DB+DR+ER+LM	
	A18	0,35				DB+DR+ER+LM		DR+LM+ER	DB+DR+ER+LM	
	A19	10,41				DB+DR+ER+LM		DR+LM+ER	DB+DR+ER+LM	
	A2	0,98				DB+DR+ER+LM			DB+LM+ER	
	A20	3,94				DB+DR+ER+LM		DR+LM+ER	DB+DR+ER+LM	
	A21	0,11				DB+DR+ER+LM		DR+LM+ER	DB+DR+ER+LM	
	A21	1,01				DB+DR+ER+LM		DR+LM+ER	DB+LM+ER	
	A22	0,80				DB+DR+ER+LM		DR+LM+ER	DB+DR+ER+LM	
	A23	3,29				DB+DR+ER+LM		DR+LM+ER	DB+DR+ER+LM	
	A24	0,30				DB+DR+ER+LM			DB+LM+ER	GC
	A24	3,95	DB+DR+ER+LM					GC	DB+ER+LM	GC
	A25	0,50			DB+DR+ER+LM				DB+LM+ER	
	A25	0,30			DB+DR+ER+LM			GC	DB+LM+ER	GC
	A25	2,33	DB+DR+ER+LM					GC	DB+ER+LM	GC
	A25	1,20	DB+DR+ER+LM					GC	DB+ER+LM	GC
	A26	0,59				DB+DR+ER+LM			DB+LM+ER	
	A26	3,41	DB+DR+ER+LM					GC	DB+ER+LM	GC
	A26	0,04	DB+DR+ER+LM					GC	DB+ER+LM	GC
	A27	2,64				DB+DR+ER+LM			DB+LM+ER	
	A27	4,29	DB+DR+ER+LM					GC	DB+ER+LM	GC
	A27	0,23	DB+DR+ER+LM					GC	DB+LM+ER	GC
	A28	8,16				DB+DR+ER+LM			DB+LM+ER	
	A28	3,63				DR+DB+LM+ER			DB+LM+ER	
	A28	0,24			DB+DR+ER+LM				DB+LM+ER	
	A28	0,27	DB+DR+ER+LM					GC	DB+ER+LM	GC
	A29	17,48				DB+DR+ER+LM			DB+LM+ER	
	A29	0,07	DB+DR+ER+LM					GC	DB+ER+LM	GC
	A3	2,32				DB+DR+ER+LM			DB+LM+ER	
	A3	0,87	DB+DR+ER+LM					GC	DB+ER+LM	C
A30	7,85	DB+DR+ER+LM						DB+LM+ER	GC	
A31	13,98				DB+DR+ER+LM			DB+LM+ER		
A32	16,08				DB+DR+ER+LM			DB+LM+ER		
A32	0,80	DB+DR+ER+LM					GC	DB+ER+LM	GC	

Quadro 61 - Calendarização das intervenções.

Ocupação do Solo	Talhão Parcela	Área (ha)	2022	2023	2024	2025	2026	2ºQ	3ºQ	4ºQ	
Pinheiro bravo	A32	4,43	DB+DR+ER+LM			DB+DR+ER+LM		GC		GC	
	A32	0,57	DB+DR+ER+LM			DB+DR+ER+LM		GC	DB+LM+ER	GC	
	A33	4,32				DB+DR+ER+LM			DB+LM+ER		
	A33	1,19	DB+DR+ER+LM					GC	DB+ER+LM	GC	
	A33	0,43	DB+DR+ER+LM			DB+DR+ER+LM		GC	DB+LM+ER	GC	
	A34	42,88				DB+DR+ER+LM			DB+LM+ER		
	A34	7,10	DB+DR+ER+LM			DB+DR+ER+LM		GC		GC	
	A35	0,92				DB+DR+ER+LM			DB+LM+ER		
	A35	0,83			DB+DR+ER+LM			GC	DB+LM+ER	GC	
	A35	1,45	DB+DR+ER+LM				DB+DR+ER+LM		GC		GC
	A36	3,22			DB+DR+ER+LM			GC	DB+LM+ER	GC	
	A36	0,47	DB+DR+ER+LM				DB+DR+ER+LM		GC		GC
	A37	0,16	DB+DR+ER+LM				DB+DR+ER+LM		GC		GC
	A38	4,69					DB+DR+ER+LM			DB+LM+ER	
	A38	4,45			DB+DR+ER+LM				GC	DB+LM+ER	GC
	A38	1,55	DB+DR+ER+LM				DB+DR+ER+LM		GC		GC
	A38	0,62	DB+DR+ER+LM				DB+DR+ER+LM		GC	DB+LM+ER	GC
	A39	2,48					DB+DR+ER+LM			DB+LM+ER	
	A39	0,09			DB+DR+ER+LM					DB+LM+ER	
	A39	4,98			DB+DR+ER+LM				GC	DB+LM+ER	GC
	A39	0,36	DB+DR+ER+LM				DB+DR+ER+LM		GC		GC
	A4	0,22					DB+DR+ER+LM			DB+LM+ER	
	A4	1,47	DB+DR+ER+LM					GC		DB+ER+LM	C
	A40	9,88					DB+DR+ER+LM			DB+LM+ER	
	A40	1,14			DB+DR+ER+LM				GC	DB+LM+ER	GC
	A40	5,79	DB+DR+ER+LM						GC		GC
	A41	7,26					DB+DR+ER+LM			DB+LM+ER	
	A41	0,63	DB+DR+ER+LM				DB+DR+ER+LM		GC		GC
	A42	8,68	DB+DR+ER+LM				DB+DR+ER+LM		GC		GC
	A43	4,90					DB+DR+ER+LM			DB+LM+ER	
	A44	0,97					DB+DR+ER+LM			DB+LM+ER	
	A45	4,29					DB+DR+ER+LM			DB+LM+ER	
	A45	2,63	DB+DR+ER+LM					GC		DB+ER+LM	GC
A45	0,11	DB+DR+ER+LM				DB+DR+ER+LM		GC	DB+ER+LM	C	
A46	13,08					DB+DR+ER+LM			DB+LM+ER		
A46	1,09	DB+DR+ER+LM				DB+DR+ER+LM		GC	DB+ER+LM	C	

Quadro 62 - Calendarização das intervenções.

Ocupação do Solo	Talhão Parcela	Área (ha)	2022	2023	2024	2025	2026	2ºQ	3ºQ	4ºQ		
Pinheiro bravo	A47	0,30	DB+DR+ER+LM				GC		DB+ER+LM	C		
	A48	2,09	DB+DR+ER+LM				GC		DB+ER+LM	C		
	A49	13,75	DB+DR+ER+LM				GC		DB+ER+LM	C		
	A5	7,75					DB+DR+ER+LM			DB+ER+LM	DB+LM+ER	
	A5	4,10	DB+DR+ER+LM						GC	DB+ER+LM	C	
	A50	26,83	DB+DR+ER+LM						GC	DB+ER+LM	C	
	A51	13,94	DB+DR+ER+LM						GC	DB+ER+LM	C	
	A52	13,23	DB+DR+ER+LM						GC	DB+ER+LM	C	
	A53	0,40	DB+DR+ER+LM						GC	DB+ER+LM	C	
	A54	1,07	DB+ER+LM						GC	DB+ER+LM	C	
	A55	0,80	DB+ER+LM						GC	DB+ER+LM	C	
	A56	2,05					DB+ER+LM			C	APRN+ER+LM	DR+ER+LM
	A57	2,18					DB+ER+LM			C	APRN+ER+LM	DR+ER+LM
	A58	0,82					DB+ER+LM			GC	DB+ER+LM	C
	A59	1,47					DB+ER+LM			GC	DB+ER+LM	C
	A6	2,37	DB+DR+ER+LM						GC	DB+ER+LM	C	
	A60	0,86					DB+ER+LM			GC	DB+ER+LM	C
	A61	1,06					DB+ER+LM			GC	DB+ER+LM	C
	A62	1,87					DB+ER+LM			GC	DB+ER+LM	C
	A63	4,21	DB+ER+LM						GC	DB+ER+LM	C	
	A64	2,44	DB+ER+LM						GC	DB+ER+LM	C	
	A65	0,84	DB+ER+LM						GC	DB+ER+LM	C	
	A66	1,77	DB+ER+LM						GC	DB+ER+LM	C	
	A67	3,17	DB+ER+LM						GC	DB+ER+LM	C	
	A68	1,20	DB+DR+ER+LM						GC	DB+ER+LM	C	
	A68	11,72	DB+ER+LM						GC	DB+ER+LM	C	
	A69	1,36	DB+ER+LM						GC	DB+ER+LM	C	
	A7	1,23					DB+DR+ER+LM			DB+LM+ER		
	A70	1,26	DB+ER+LM						GC	DB+ER+LM	C	
	A71	5,28	DB+ER+LM						GC	DB+ER+LM	C	
	A72	1,66	DB+ER+LM						GC	DB+ER+LM	C	
	A73	2,92	DB+ER+LM						GC	DB+ER+LM	C	
	A74	10,41	DB+ER+LM						GC	DB+ER+LM	C	
	A75	7,88	DB+ER+LM						GC	DB+ER+LM	C	
A76	1,94	DB+ER+LM		GC	DB+ER+LM	C						
A77	1,11	DB+ER+LM		GC	DB+ER+LM	C						

Quadro 63 - Calendarização das intervenções.

Ocupação do Solo	Talhão Parcela	Área (ha)	2022	2023	2024	2025	2026	2ºQ	3ºQ	4ºQ	
Pinheiro bravo	A78	1,39	DB+ER+LM					GC	DB+ER+LM	C	
	A79	8,64	DB+ER+LM					GC	DB+ER+LM	C	
	A8	1,70						DB+DR+ER+LM		DB+LM+ER	
	A8	4,30	DB+DR+ER+LM						GC	DB+ER+LM	C
	A80	0,33	DB+ER+LM						GC	DB+ER+LM	C
	A81	0,35	DB+ER+LM						GC	DB+ER+LM	C
	A82	1,39	DB+ER+LM						GC	DB+ER+LM	C
	A83	7,24	DB+ER+LM						GC	DB+ER+LM	C
	A84	2,57	DB+ER+LM						GC	DB+ER+LM	C
	A85	6,28	DB+ER+LM						GC	DB+ER+LM	C
	A86	1,79	DB+ER+LM						GC	DB+ER+LM	C
	A87	0,53	DB+ER+LM						GC	DB+ER+LM	C
	A88	7,13	DB+ER+LM						GC	DB+ER+LM	C
	A89	8,43	DB+ER+LM						GC	DB+ER+LM	C
	A9	5,18						DB+DR+ER+LM		DB+LM+ER	
	A9	3,56	DB+DR+ER+LM						GC	DB+ER+LM	C
	A9	3,55	DB+DR+ER+LM						GC	DB+ER+LM	C
	A90	1,95	DB+ER+LM						GC	DB+ER+LM	C
	A91	0,28	DB+ER+LM						GC	DB+ER+LM	C
	A92	2,18	DB+ER+LM						GC	DB+ER+LM	C
A93	0,72	DB+ER+LM		GC	DB+ER+LM	C					
A94	2,00	DB+ER+LM		GC	DB+ER+LM	C					
A95	5,98	DB+ER+LM		GC	DB+ER+LM	C					
A96	3,70	DB+ER+LM		GC	DB+ER+LM	C					
A97	2,69	DB+ER+LM		GC	DB+ER+LM	C					
A98	3,44	DB+ER+LM		GC	DB+ER+LM	C					
A99	1,32	DB+ER+LM		GC	DB+ER+LM	C					
Eucalipto	B1	4,66				C		SV+GRD+AD	GRD+AD	C	
	B10	0,45						C+SV+GRD+AD	GRD+AD	C	
	B11	0,15						C+SV+GRD+AD	GRD+AD	C	
	B12	0,61						C+SV+GRD+AD	GRD+AD	C	
	B13	2,26			C			SV+GRD+AD	C	SV+GRD+AD	
	B14	0,82		C			SV+GRD+AD	GRD+AD	C	SV+GRD+AD	
	B15	0,11		C			SV+GRD+AD	GRD+AD	C	SV+GRD+AD	
	B16	0,16		C			SV+GRD+AD	GRD+AD	C	SV+GRD+AD	
	B17	1,44		C			SV+GRD+AD	GRD+AD	C	SV+GRD+AD	
	B18	0,76			C			SV+GRD+AD	C	SV+GRD+AD	

Quadro 64 - Calendarização das intervenções.

Ocupação do Solo	Talhão Parcela	Área (ha)	2022	2023	2024	2025	2026	2ºQ	3ºQ	4ºQ						
Eucalipto	B18	0,58	C			SV+GRD+AD		GRD+AD	C	SV+GRD+AD						
	B19	2,03	C			SV+GRD+AD		GRD+AD	C	SV+GRD+AD						
	B2	1,51				C		SV+GRD+AD	GRD+AD	C	SV+GRD+AD					
	B20	1,43	C					SV+GRD+AD	GRD+AD	C	SV+GRD+AD					
	B21	0,19	C					SV+GRD+AD	GRD+AD	C	SV+GRD+AD					
	B22	0,43	C					SV+GRD+AD	GRD+AD	C	SV+GRD+AD					
	B23	0,80						C		SV+GRD+AD	GRD+AD	C	SV+GRD+AD			
	B24	0,27						C	SV+GRD+AD	GRD+AD	C	SV+GRD+AD				
	B25	1,80							C		SV+GRD+AD	GRD+AD	C	SV+GRD+AD		
	B26	0,67							C		SV+GRD+AD	GRD+AD	C	SV+GRD+AD		
	B27	1,07							C		SV+GRD+AD	GRD+AD	C	SV+GRD+AD		
	B28	0,12							C		SV+GRD+AD	GRD+AD	C	SV+GRD+AD		
	B29	0,21							C		SV+GRD+AD	GRD+AD	C	SV+GRD+AD		
	B3	0,42							C		SV+GRD+AD	GRD+AD	C	SV+GRD+AD		
	B30	1,07							C		SV+GRD+AD	GRD+AD	C	SV+GRD+AD		
	B31	0,18							C		SV+GRD+AD	GRD+AD	C	SV+GRD+AD		
	B32	1,49							C		SV+GRD+AD	GRD+AD	C	SV+GRD+AD		
	B33	0,25							C		SV+GRD+AD	GRD+AD	C	SV+GRD+AD		
	B34	0,45							C		SV+GRD+AD	GRD+AD	C	SV+GRD+AD		
	B35	2,85							C		SV+GRD+AD	GRD+AD	C	SV+GRD+AD		
	B36	0,22							C		SV+GRD+AD	GRD+AD	C	SV+GRD+AD		
	B37	0,37							C		SV+GRD+AD	GRD+AD	C	SV+GRD+AD		
	B38	1,55							C		SV+GRD+AD	GRD+AD	C	SV+GRD+AD		
	B39	0,97							C		SV+GRD+AD	GRD+AD	C	SV+GRD+AD		
	B4	2,51						C			SV+GRD+AD	GRD+AD	C	SV+GRD+AD		
	B40	1,35									C		SV+GRD+AD	GRD+AD	C	SV+GRD+AD
	B41	0,22									C		SV+GRD+AD	GRD+AD	C	SV+GRD+AD
	B42	1,12									C		SV+GRD+AD	GRD+AD	C	SV+GRD+AD
	B43	2,03									C		SV+GRD+AD	GRD+AD	C	SV+GRD+AD
	B44	0,93									C		SV+GRD+AD	GRD+AD	C	SV+GRD+AD
	B45	3,90									C		SV+GRD+AD	GRD+AD	C	SV+GRD+AD
	B46	0,61									C		SV+GRD+AD	GRD+AD	C	SV+GRD+AD
	B5	2,38								C			SV+GRD+AD	GRD+AD	C	SV+GRD+AD
	B6	2,33										C		SV+GRD+AD	GRD+AD	C
B7	0,49			C			C+SV+GRD+AD					GRD+AD	C	SV+GRD+AD		
B8	1,35			C			C+SV+GRD+AD					GRD+AD	C	SV+GRD+AD		

Quadro 65 - Calendarização das intervenções.

Ocupação do Solo	Talhão Parcela	Área (ha)	2022	2023	2024	2025	2026	2ºQ	3ºQ	4ºQ	
Eucalipto	B18	0,58	C			SV+GRD+AD		GRD+AD	C	SV+GRD+AD	
	B19	2,03	C			SV+GRD+AD		GRD+AD	C	SV+GRD+AD	
	B2	1,51				C		SV+GRD+AD	C	SV+GRD+AD	
	B20	1,43	C			SV+GRD+AD		GRD+AD	C	SV+GRD+AD	
	B21	0,19	C			SV+GRD+AD		GRD+AD	C	SV+GRD+AD	
	B22	0,43	C			SV+GRD+AD		GRD+AD	C	SV+GRD+AD	
	B23	0,80				C		SV+GRD+AD	SV+GRD+AD	C	SV+GRD+AD
	B24	0,27				C		SV+GRD+AD	GRD+AD	C	SV+GRD+AD
	B25	1,80				C		SV+GRD+AD	GRD+AD	C	SV+GRD+AD
	B26	0,67				C		SV+GRD+AD	GRD+AD	C	SV+GRD+AD
	B27	1,07		C	SV+GRD+AD	GRD+AD	C	SV+GRD+AD			
	B28	0,12		C	SV+GRD+AD	GRD+AD	C	SV+GRD+AD			
	B29	0,21		C	SV+GRD+AD	GRD+AD	C	SV+GRD+AD			
	B3	0,42		C	SV+GRD+AD	C	SV+GRD+AD				
	B30	1,07		C	SV+GRD+AD	GRD+AD	C	SV+GRD+AD			
	B31	0,18		C	SV+GRD+AD	GRD+AD	C	SV+GRD+AD			
	B32	1,49	C	SV+GRD+AD	GRD+AD	C	SV+GRD+AD				
	B33	0,25	C	SV+GRD+AD	GRD+AD	C	SV+GRD+AD				
	B34	0,45	C	SV+GRD+AD	GRD+AD	C	SV+GRD+AD				
	B35	2,85	C	SV+GRD+AD	GRD+AD	C	SV+GRD+AD				
	B36	0,22	C	SV+GRD+AD	GRD+AD	C	SV+GRD+AD				
	B37	0,37	C	SV+GRD+AD	GRD+AD	C	SV+GRD+AD				
	B38	1,55	C	SV+GRD+AD	GRD+AD	C	SV+GRD+AD				
	B39	0,97	C	SV+GRD+AD	GRD+AD	C	SV+GRD+AD				
	B4	2,51	C	SV+GRD+AD	GRD+AD	C	SV+GRD+AD				
	B40	1,35		C	SV+GRD+AD	GRD+AD	C	SV+GRD+AD			
	B41	0,22		C	SV+GRD+AD	GRD+AD	C	SV+GRD+AD			
	B42	1,12		C	SV+GRD+AD	GRD+AD	C	SV+GRD+AD			
	B43	2,03		C	SV+GRD+AD	GRD+AD	C	SV+GRD+AD			
	B44	0,93		C	SV+GRD+AD	GRD+AD	C	SV+GRD+AD			
	B45	3,90		C	SV+GRD+AD	GRD+AD	C	SV+GRD+AD			
	B46	0,61		C	SV+GRD+AD	GRD+AD	C	SV+GRD+AD			
	B5	2,38		C	SV+GRD+AD	GRD+AD	C	SV+GRD+AD			
	B6	2,33			C	SV+GRD+AD	SV+GRD+AD	C	SV+GRD+AD		
B7	0,49	C+SV+GRD+AD			GRD+AD	C	SV+GRD+AD				
B8	1,35			C	C+SV+GRD+AD	GRD+AD	C				

Quadro 66 - Calendarização das intervenções.

Ocupação do Solo	Talhão Parcela	Área (ha)	2022	2023	2024	2025	2026	2ºQ	3ºQ	4ºQ
Eucalipto	B9	0,14						C+SV+GRD+AD	GRD+AD	C
Misto de P. bravo e Eucalipto	C1	1,05	C(EC)+DR+ER+LM(PB)			SV	GRD+AD	GRD+AD(EC)+DB+DR+ER+LM(PB)	C(EC)+DR+ER+LM(PB)	SV+GRD+AD(EC)+DB+ER+LM(PB)
Reg. Nat. de Sobreiro	E1	0,78	TC					TC		
	E2	0,94	TC					TC		
Pov. Puro de Freixo	F1	0,76		DB+DR+ER+LM				DB+ER+LM	GC	GC
Reg. Nat. de Azinheira	G1	0,71	PD+ER+LM+TS+ICM				GC	PD+ER+LM+TS+ICM	PD+ER+LM+TS+ICM	PD+ER+LM+TS+ICM
Folhosas ripícolas	H1	0,13			BGR			BGR	BGR	BGR
	H10	0,16			BGR			BGR	BGR	BGR
	H11	0,15			BGR			BGR	BGR	BGR
	H12	1,64			BGR			BGR	BGR	BGR
	H13	0,13			BGR			BGR	BGR	BGR
	H14	0,01			BGR			BGR	BGR	BGR
	H15	0,03			BGR			BGR	BGR	BGR
	H16	0,92			BGR			BGR	BGR	BGR
	H17	0,58			BGR			BGR	BGR	BGR
	H18	0,18			BGR			BGR	BGR	BGR
	H19	0,41			BGR			BGR	BGR	BGR
	H2	0,04			BGR			BGR	BGR	BGR
	H20	0,42			BGR			BGR	BGR	BGR
	H21	1,25			BGR			BGR	BGR	BGR
	H22	0,23			BGR			BGR	BGR	BGR
	H23	0,11			BGR			BGR	BGR	BGR
	H24	0,21			BGR			BGR	BGR	BGR
	H25	0,95			BGR			BGR	BGR	BGR
	H26	0,83			BGR			BGR	BGR	BGR
	H27	0,19			BGR			BGR	BGR	BGR
	H28	0,13			BGR			BGR	BGR	BGR
	H29	0,04			BGR			BGR	BGR	BGR
	H3	0,28			BGR			BGR	BGR	BGR
	H30	0,27			BGR			BGR	BGR	BGR
	H31	0,00			BGR			BGR	BGR	BGR
	H32	0,00			BGR			BGR	BGR	BGR
	H33	0,00			BGR			BGR	BGR	BGR
	H34	0,06			BGR			BGR	BGR	BGR
	H35	0,01			BGR			BGR	BGR	BGR
	H36	0,27			BGR			BGR	BGR	BGR

Quadro 67 - Calendarização das intervenções.

Ocupação do Solo	Talhão Parcela	Área (ha)	2022	2023	2024	2025	2026	2ºQ	3ºQ	4ºQ
Folhosas ripícolas	H37	0,24			BGR		BGR	BGR	BGR	BGR
	H38	0,29			BGR		BGR	BGR	BGR	BGR
	H39	0,01			BGR		BGR	BGR	BGR	BGR
	H4	0,14			BGR		BGR	BGR	BGR	BGR
	H40	0,01			BGR		BGR	BGR	BGR	BGR
	H41	0,09			BGR		BGR	BGR	BGR	BGR
	H42	0,02			BGR		BGR	BGR	BGR	BGR
	H43	0,02			BGR		BGR	BGR	BGR	BGR
	H5	0,24			BGR		BGR	BGR	BGR	BGR
	H6	0,24			BGR		BGR	BGR	BGR	BGR
	H7	0,14			BGR		BGR	BGR	BGR	BGR
	H8	0,13			BGR		BGR	BGR	BGR	BGR
	H9	0,23			BGR		BGR	BGR	BGR	BGR
Matos	I1	1,42	GC			GC		GC	GC	GC
	I10	0,46	GC			GC		GC	GC	GC
	I11	6,60	GC			GC		GC	GC	GC
	I12	0,47	GC			GC		GC	GC	GC
	I13	0,15	GC			GC		GC	GC	GC
	I14	0,34	GC			GC		GC	GC	GC
	I15	1,10	GC			GC		GC	GC	GC
	I16	0,93	GC			GC		GC	GC	GC
	I17	2,60	GC			GC		GC	GC	GC
	I18	2,10	GC			GC		GC	GC	GC
	I19	0,85	GC			GC		GC	GC	GC
	I2	3,93	GC			GC		GC	GC	GC
	I20	1,84	GC			GC		GC	GC	GC
	I21	0,51	GC			GC		GC	GC	GC
	I22	1,31	GC			GC		GC	GC	GC
	I23	0,09	GC			GC		GC	GC	GC
	I24	0,10	GC			GC		GC	GC	GC
	I25	0,65	GC			GC		GC	GC	GC
	I3	4,57	GC			GC		GC	GC	GC
	I4	0,45	GC			GC		GC	GC	GC
	I5	0,16	GC			GC		GC	GC	GC
	I6	1,36	GC			GC		GC	GC	GC

Quadro 68 - Calendarização das intervenções.

Ocupação do Solo	Talhão Parcela	Área (ha)	2022	2023	2024	2025	2026	2ºQ	3ºQ	4ºQ
Matos	17	1,16	GC			GC		GC	GC	GC
	18	0,92	GC			GC		GC	GC	GC
	19	0,18	GC			GC		GC	GC	GC

4. Bibliografia

Albuquerque, J. P. M. 1954. Carta Ecológica de Portugal. DGSA, Lisboa, Portugal.

Aliança Florestal, Celbi, Direcção-Geral dos Recursos Florestais, Instituto Superior de Agronomia, Silvicultura, Unimadeiras. 2007. Planeamento Operacional e Boas Práticas de Exploração Florestal. Projecto AGRO 667. Setúbal, Portugal.

AFN. 2002. Manual de Silvicultura para a Prevenção de Incêndios. Direcção Geral das Florestas, Lisboa, Portugal.

AFN. 2007. Manual de Procedimentos para a Elaboração de Planos de Gestão Florestal em Matas Nacionais e Perímetros Florestais. Lisboa, Portugal.

AFN. 2009. Estratégia Nacional para as Florestas. <http://www.dgrf.min-agricultura.pt/portal/politica-e-planeamento-florestal/enf/estrategia-nacional-para-as-florestas/?searchterm=Estratégia%20Nacional%20para%20as%20Florestas>

ICNF. 2019. NORMAS TÉCNICAS DE ELABORAÇÃO DOS PLANOS DE GESTÃO FLORESTAL. <http://www2.icnf.pt/portal/florestas/gf/pgf/norm-tecn>

ICNF. 2012. Guia Técnico para elaboração do PMDFCI. <http://www2.icnf.pt/portal/florestas/dfci/Resource/doc/Guia-Tecnico-PMDFCI-AFN-Abril2012-v1.pdf/view>

ICNF. 2019. Programa Regional de Ordenamento Florestal do Centro Interior (PROF CI). <http://www2.icnf.pt/portal/florestas/profs/prof-em-vigor>

Alves, A. A., 1988. Técnicas de Produção Florestal, 2ª Edição. Instituto Nacional de Investigação Científica, Lisboa, Portugal. 331 pp.

CAP, Confederação dos Agricultores de Portugal, 2004. Código de Boas Práticas para uma Gestão Florestal Sustentável, Lisboa, 42 pp.

Diário da República. 2021. Decreto-Lei n.º 82/2021 de 13 de outubro que revoga o Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, na sua redação atual, com as devidas exceções (artº 80º do Decreto-Lei n.º 82/2021 de 13 de outubro) - Estabelece as medidas e ações a desenvolver no âmbito do Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios.

Diário da República. 2008. Decreto - Lei n.º 166/2008 - Estabelece o Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional. DR nº 162 Série I de 22/08/2008.

Diário da República. 2009. Decreto - Lei n.º 73/2009 - Aprova o Regime Jurídico da Reserva Agrícola Nacional. DR nº 63 Série I de 31/03/2009.

Federação dos Produtores Florestais de Portugal (2001b) Manual de Procedimentos para Aplicação de Indicadores de Gestão Florestal Sustentável. Federação dos Produtores Florestais de Portugal, Lisboa.

FPPF, Federação de Produtores Florestais de Portugal. Manual de Instruções para o Trabalho de Campo, Lisboa, 40 pp.

http://www.fppf.pt/downloads/docs/Manual_Campo.pdf (Data de Consulta 04/07/2007).

GTF. 2020-2029. Plano de Defesa da Floresta Contra Incêndios do Concelho de Castelo Branco.

IGP. 2008. Carta Administrativa Oficial de Portugal.

<http://www.igeo.pt/produtos/cadastro/caop/inicial.htm>

http://www.dgterritorio.pt/cartografia_e_geodesia/cartografia/carta_administrativa_oficial_de_portugal_caop/

IPMA. 2012. Instituto Português do Mar e da Atmosfera.

<http://www.ipma.pt/resources.www/light/index.html>

Instituto do Ambiente - Atlas Digital do Ambiente, 2003. Carta Ecológica.

http://www.iambiente.pt/atlas/dl/download.jsp?zona=continente&grupo=&tema=c_cecologica.

Instituto do Ambiente - Atlas Digital do Ambiente, 2003. Carta Litológica.
http://www.iambiente.pt/atlas/dl/download.jsp?zona=continente&grupo=&tema=c_clitologica.

Instituto do Ambiente - Atlas Digital do Ambiente, 2003. Humidade média anual do ar.
http://www.iambiente.pt/atlas/est/index.jsp?zona=continente&grupo=&tema=c_humrelativa.

Instituto do Ambiente - Atlas Digital do Ambiente. 2003. Precipitação média anual.
http://www.iambiente.pt/atlas/est/index.jsp?zona=continente&grupo=&tema=c_preceptota

Instituto do Ambiente - Atlas Digital do Ambiente. 2003. Temperatura média anual do ar.
http://www.iambiente.pt/atlas/est/index.jsp?zona=continente&grupo=&tema=c_temperatura

Público. 2007. Comunicação Social, S.A. Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento. Árvores e Florestas de Portugal - Proteger a Floresta “Incêndios, pragas e doenças”. Volume 8. Lisboa, Portugal.



ANEXO I - NORMAS DE CARTOGRAFIA DE OCUPAÇÃO DO SOLO



ANEXO II - CARTOGRAFIA DE PORMENOR

